



1º CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO DO ESPORTE
4º CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE GESTÃO DO ESPORTE

Anais

Tema:

**“Gestão Profissional do esporte, qualificação profissional e
Copa do Mundo 2014”**

Brasília - DF,
16, 17 e 18 de novembro de 2011

ISSN 2237-6046



WWW.CIGESP.COM.BR

Associação Brasileira de Gestão do Esporte – ABraGEsp

Anais do
1º Congresso Internacional e 4º Congresso
Brasileiro sobre Gestão do Esporte
1º CIGEsp

Tema

**“Gestão Profissional do Esporte, Qualificação
Profissional e Copa do Mundo 2014”**

Centro de Convenções Ulysses Guimarães

Brasília, 16, 17 e 18 de novembro de 2011.

Realização



Associação Brasileira de Gestão do Esporte – ABraGEsp



Secretaria de
Esporte

Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal



Conselho Regional de Educação Física 7ª Região – CREF7



Grupo de Pesquisa e Laboratório sobre Gestão do Esporte – GESPORTE

Sumário

Expediente.....	4
Comitê Organizador	5
Patrocinadores.....	8
Parceiros.....	9
Apoio.....	10
Palestrantes.....	11
Apresentação.....	12
Palavras do Presidente do Congresso – 1º CIGEsp.....	13
Palavras da Presidente da Associação Brasileira de Gestão do Esporte – ABraGEsp.....	14
Programação do Evento.....	15
Pôsteres.....	16
Desenvolvimento do esporte no Brasil: desafios a partir dos mega eventos.....	17
Gestão do esporte: um olhar sobre os objetivos e resultados do patrocínio esportivo.....	18
Marketing e Responsabilidade Social no Esporte.....	19
O patrocínio como ferramenta para o desenvolvimento do esporte.....	20
Análise do Planejamento de Parques Municipais na Cidade do Recife.....	21
Análise do perfil do gestor esportivo nas Instituições de Ensino Superior do Estado de Pernambuco.....	22
Gestão em Eventos Esportivos: a experiência na UPE no período de 2008 à 2010.....	23
Análise da infraestrutura das federações esportivas do estado de Pernambuco.....	24
A importância da implementação de Políticas de Esportes na Universidade de Pernambuco a partir dos anseios discentes.....	25
Gestão de recursos humanos nas federações esportivas do estado de Pernambuco.....	26
Perfil dos gestores de instalações esportivas da cidade de São Paulo.....	27
A importância do ensino dos valores olímpicos na escola.....	28
Lei de incentivo ao esporte: Panorama da aprovação e captação de recursos entre os anos de 2006 a 2010	29
Governança nas práticas esportivas sociais: estudo de organizações não governamentais no Brasil.....	30
Marketing para os clubes socioesportivos em São Paulo.....	31
A oferta de disciplinas relacionadas à gestão esportiva nas instituições de ensino superior da região sudeste	32
Análise da gestão do esporte e lazer e sua relação com o planejamento e aplicabilidade das ações com as comunidades nos governos municipais da região metropolitana de fortaleza.....	33
A imagem do Esporte na tela: impacto, eficácia e relevância no tratamento editorial dos telejornais da TV aberta brasileira nos eventos esportivos.....	34
O professor de Educação Física na escola e a sua interação acadêmica com os professores das demais disciplinas curriculares.....	35

O Profissional da Educação Física enquanto Gestor Desportivo.....	36
Laboratório de Gestão do Esporte do Estado do Ceará: um estudo exploratório.....	37
Implementação de Gestão Profissional na CBJ: um estudo de caso.....	38
O impacto da tributação na retenção de clientes.....	39
O papel de atuação dos gestores em relação aos professores de Educação Física.....	40
Perfil do Gestor Esportivo da Cidade de Lajedo – Pernambuco, Brasil.....	41
Programa Segundo Tempo para Pessoas com Deficiência: mais um avanço no cenário esportivo nacional...	42
Estádio Mané Garrincha: rentável após a Copa?.....	43
Mega Eventos e seus legados: considerações pós Copa do Mundo 2014 na cidade sede Recife.....	44
Efeito da Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana FAMFS na (co) gestão de políticas públicas de esporte do Ministério do Esporte.....	45
Análise da característica do perfil dos dirigentes das equipes e percepção dos mesmos sobre o campeonato de futebol sete denominado Joinville Cup 2011.....	46
Comunicações Oraís.....	47
Análise da gestão de equipamentos esportivos municipais do Recife-PE.....	48
Competências dos gestores públicos de esporte: uma análise do que é essencial, requerido e encontrado na Região da Grande Belo Horizonte.....	54
Caracterização e tipologia de academias no Brasil: um estudo exploratório.....	60
O Índice de Desenvolvimento Esportivo de Federações – IDEF – como estratégia de gestão pública no Estado do Pará.....	66
A governança de federações esportivas na perspectiva dos dirigentes voluntários.....	72
A dificuldade de implementar novas tecnologias no Futebol, dada a herança da “Common Law”.....	77
O papel de atuação dos gestores desportivos em relação aos professores de Educação Física.....	83
As Emoções e os Comportamentos Corporais dos Torcedores durante um Jogo de Futebol.....	91
Copa do Mundo FIFA Brasil 2014: uma breve análise da candidatura de Pernambuco.....	99
O Direito Constitucional contemporâneo e a legislação jurídico-desportiva brasileira.....	104
Understanding the Olympic Spectator: A Key Stakeholder in the Olympic Games	110
Relação entre a percepção dos docentes e dos alunos formandos de Educação Física acerca de sua qualificação para a entrada no mercado de trabalho	117

ISSN (International Standard Serial Number)

O ISSN – Número Internacional Normalizado para Publicações Seriadas é o identificador aceito internacionalmente para individualizar o título de uma publicação seriada, tornando-o único e definitivo. Seu uso é definido pela norma técnica internacional da International Standards Organization ISO 3297.

O ISSN é operacionalizado por uma rede internacional, e no Brasil o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT atua como Centro Nacional dessa rede.

O ISSN identifica o título de uma publicação seriada (jornais, revistas, anuários, relatórios, monografias seriadas, entre outras) em circulação futura (pré-publicação) e encerradas em qualquer idioma ou suporte física utilizado (impresso, online, CD-ROM, entre outros).

O ISSN é composto por oito dígitos, incluindo o dígito verificador, e é representado em dois grupos de quatro dígitos cada um, ligados por hífen, precedido sempre por um espaço e sigla ISSN. Exemplo: ISSN – 0256-5523.

Ficha Catalográfica

1º Congresso Internacional e 4º Congresso Brasileiro sobre Gestão do Esporte – CIGEsp
(1.:2011: Brasília, DF)

Gestão profissional do esporte, qualificação profissional e Copa do mundo 2014: Anais do I Congresso Internacional sobre gestão do esporte, 16, 17 e 18 de novembro de 2011. – Brasília: CREF7, 2011.

Material bibliográfico em forma de CD-ROM.

ISSN 2237-6046

1º CIGEsp - Gestão Profissional do Esporte, Qualificação Profissional e Copa do Mundo 2014 – Brasília, DF, 16, 17 e 18 de novembro de 2011.

1. Educação Física - Congressos. 2. Congressos. I. Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região - CREF-7. II. Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte - Universidade de Brasília – UnB.

CDU 796

Expediente

Produção Editorial
Editora CREF-7

Anais

1º Congresso Internacional e 4º Congresso Brasileiro sobre Gestão do Esporte

Associação Brasileira de Gestão do Esporte – ABraGEsp

Diretoria

Presidente – *Flávia da Cunha Bastos*
Vice-Presidente – *Gean Carlos Fermino*
1º Secretário – *Vilde Gomes de Menezes*
2º Secretário – *Geraldo Ricardo Hruschka Campestrini*
1º Tesoureiro – *Leandro Carlos Mazzei*
2º Tesoureiro – *Rubens Eduardo Nascimento Spessoto*

Conselho Fiscal

Presidente – *Adalir Pecos Borsatti*
Membro – *Ferdinand Câmara da Costa*
Membro – *João Eduardo Batista*
Membro – *Luiz Carlos Pessoa Nery*
Membro – *Anderson Gurgel*
Membro – *Ricardo João Sonoda Nunes*
Membro – *Vanessa Francalacci*

Comissão Científica

Presidente – *Paulo Henrique Azevêdo*
Membro – *Davi Rodrigues Poit*
Membro – *Ricardo André Ferreira da Silva*
Membro – *Rubens Eduardo Nascimento Spessoto*
Membro – *Vilde Gomes de Menezes*
Membro – *Gean Carlos Fermino*
Membro – *Geraldo Ricardo Hruschka Campestrini*

ESTAGIÁRIOS 2010

Alex Ribeiro
Cacilda Amaral
Leonardo Marinho
Simone Osaki

Comitê Organizador

Presidente



Paulo Henrique Azevêdo

Coordenador da Comissão de Administração



Roberto Correia

Secretaria Geral



Guilherme Nunes Pereira



Olga Correia



Raquel Rodrigues de Amorim



Vitor Ferreira Neves



Lucas Costa Modesto

Subcomissão de Turismo, Hotelaria e Local do Evento



Tatiana Lara Fabrício



Vitor Almada

Subcomissão de Equipamentos e Apoio



Alex Schlottfeldt Santos



Alexsander Gomes de Azevedo



Zenildo Caetano

Subcomissão de Divulgação, Marketing e Cerimonial



João Eduardo Batista



João Vitor Faria Domingues



Leonardo Peixoto Arêas da Silva



Natália Liggeri

Subcomissão Técnica e de Gestão de Projeto



Gisele Kede Flor Ocampo



Eunice Maria do Nascimento Santos



Carlos Eugenio Zardini Filho

Comissão Científica



Aldo Antonio de Azevedo



Marisete Peralta Safons

Colaboradores



Rubens Eduardo Nascimento Spessoto

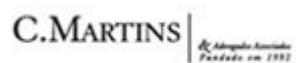


Michele do Coito Ruzicki



Rodrigo Sollberger Benezath Couto

Patrocinadores



Parceiros



Universidade de Brasília – UnB



Associação Brasileira de Gestão do Esporte – ABRAGESP



Governo do Distrito Federal – GDF

Secretaria de
Esporte

Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal

Secretaria de
Turismo

Secretaria de Turismo do Distrito Federal



Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal

Secretaria de Estado
de Ciência e Tecnologia

Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia

Ministério das
Relações Exteriores

Ministério das Relações Exteriores



Governo Federal



Faculdade de Educação Física



Grupo de Pesquisa e Laboratório sobre Gestão do Esporte – GESPORTE



Escola Internacional de Futebol dos Países de Língua Portuguesa



Conselho Federal de Educação Física – CONFEF



Conselho Regional de Educação Física 7ª Região – CREF7



Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP



Olé Junior – Organização de Lazer e Esporte

Apoio



CAEL Sport & Lazer



Centro de Estudo em Gestão Desportiva – CEGEF



Centro Educação Física Virtual – CEV



Ludopédio

Palestrantes

Professor Doutor Gustavo Pires

Tema: *Megaeventos esportivos e qualificação dos gestores*

Professor Mestre Martinho Neves Miranda

Tema: *A Legislação Brasileira como referencial para a Gestão no Ambiente Esportivo*

Professor Doutor Antonio Carlos Gomes

Tema: *Gestão Profissional de Clubes Esportivos: evolução e tendências*

Antonio Carlos Morais de Castro

Tema: *Gestão de acessibilidade e sustentabilidade de estruturas em megaeventos esportivos*

Professor Doutor Michel Raspaud

Tema: *Ciência e Gestão do Esporte: novas tendências*

Secretário Cláudio Monteiro

Tema: *O projeto "Brasília cidade sede da Copa do Mundo de 2014": investimentos e legados*

Doutor Antonio Carlos Bramante

Tema: *Gestão de instalações e seus reflexos na qualidade das atividades esportivas*

Cláudio Risco

Tema: *Ações de marketing como instrumento na gestão do esporte*

Vice-Almirante da Marinha Brasileira Bernardo José Pierantoni Gambôa

Tema: *Gestão de megaevento esportivo: a experiência dos 5º Jogos Mundiais Militares*

Doutor Lamartine Pereira da Costa

Tema: *Copa do Mundo de Futebol: gestão do principal megaevento mundial*

Apresentação

A relevância da gestão no ambiente esportivo tem sido disseminada no Brasil, fundamentalmente após a conquista do direito de sediar grandes eventos esportivos mundiais. As atuações dos governos juntamente com a iniciativa privada, têm mobilizado os seus esforços, no sentido de que tais desafios se traduzam em oportunidades de crescimento e desenvolvimento do Brasil, com reflexos fundamentais em uma melhor qualidade de vida a ser oferecida a nossa população.

Com vista na obtenção dos melhores resultados, o ambiente esportivo exige maior **qualificação profissional e competência gerencial** para que as atividades tenham possibilidade de sucesso. Os desafios são lançados e tornam-se cada vez mais complexos.

No Brasil ainda não está consolidada a cultura da gestão profissional do esporte e muito trabalho ainda terá que ser realizado para que essa consciência seja predominante e que atitudes de capacitação sejam rotineiras nas carreiras dos que atuam nessa área.

O **Congresso Internacional sobre Gestão do Esporte** constitui-se em importante instrumento para conscientizar pessoas e aprofundar sobre este que é um dos temas que mais promovem interação de pessoas no mundo inteiro, desde curiosos até grandes cientistas que investigam o assunto.

Será um espaço compartilhado por autoridades públicas e privadas, pesquisadores, empresários, profissionais da área, acadêmicos e a sociedade em geral, os quais terão a oportunidade de continuar o processo de transformação social.

A Universidade de Brasília, por meio de sua reitoria, com a intenção de contribuir para o sucesso na participação de Brasília como uma das sedes da Copa do Mundo de Futebol de 2014, criou e constituiu o Grupo de Trabalho "UnB na Copa 2014" para, no âmbito da instituição, funcionar como espaço de apoio às competições. A partir daí, inúmeras atividades têm sido desenvolvidas, destacando-se o empenho para transformar o Centro Olímpico da UnB em centro esportivo de referência, para dar suporte às equipes sediadas em Brasília.

Assim, a Universidade de Brasília (UnB), através do Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte (GESPORTE), e a Associação Brasileira de Gestão do Esporte (ABraGEsp) organizam este evento com o intuito de debater o tema: **"Gestão Profissional do Esporte, Qualificação Profissional e Copa do Mundo de 2014"**.

O tema será exposto e debatido por experientes entidades nacionais e internacionais.

Objetivos do evento

- (a) Contribuir para a consolidação de Brasília como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014;
- (b) Realizar debates acerca da relevância da formação e qualificação de gestores para o ambiente esportivo;
- (c) Apresentar à sociedade brasileira, o desenvolvimento das atividades que culminarão com a realização da Copa do Mundo de 2014;
- (d) Reunir os principais dirigentes esportivos, gestores esportivos, pesquisadores da linha gestão do esporte, jornalistas esportivos, acadêmicos e comunidade interessada;
- (e) Disseminar o conhecimento científico sobre gestão do esporte, por meio de apresentação de pesquisas realizadas.

Palavras do Presidente do Congresso – 1º CIGEsp

Após a realização de três congressos nacionais, a Associação Brasileira de Gestão do Esporte consolida o debate acerca do tema e apresenta o **4º Congresso Brasileiro e o 1º Congresso Internacional sobre Gestão do Esporte**. Inicia-se, assim, uma nova etapa, com a inserção da ABraGEsp no cenário mundial da Gestão do Esporte.

Brasília foi eleita sede para inaugurar essa fase, e a Universidade de Brasília – UnB, por meio do Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte – GESPORTE, assumiu o planejamento e a realização do evento.

A capital do Brasil é uma das cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e, justamente no momento decisivo do processo de administração do maior megaevento, o Congresso debateu o tema **"Gestão Profissional do Esporte, Qualificação Profissional e a Copa do Mundo de 2014"**. A presença e contribuição de renomados palestrantes brasileiros e internacionais deixam clara a necessidade de capacitação de gestores para o ambiente esportivo, para a geração de renda, aumento do emprego, desenvolvimento com sustentabilidade e respeito ao meio ambiente.

A etapa científica do congresso abrangeu o amplo espectro da pesquisa ligada à gestão, ao marketing, à educação, à economia, à organização de eventos, ao direito e às demandas sociais do esporte. Os trabalhos selecionados – sob as formas de pôster e de comunicação oral – indicam a peculiaridade dessa área de investigação científica e a existência de pesquisadores em todo o mundo.

Agora, já focados nos próximos congressos a serem chancelados pela ABraGEsp, fica a boa mensagem de que este evento já oferece relevantes benefícios sociais, já que uniu para um momento de reflexão governantes, pesquisadores, profissionais da área, organizações públicas e privadas, representantes dos mais diversos veículos de comunicação e pessoas da sociedade interessadas no assunto.

Por fim, devem ser ressaltadas a qualidade e a competência da equipe constituída pelo Laboratório GESPORTE, que aceitou o desafio e trabalhou por cerca de vinte meses para que a ação realizada se traduzisse na disseminação de conhecimento e na preparação de pessoas para assumirem os grandes desafios que o esporte tem propiciado e que, doravante, devem ser ampliados.

Nos vemos no **5º Congresso Brasileiro e 2º Congresso Internacional sobre Gestão do Esporte, em 2013**.

Paulo Henrique Azevêdo

*Presidente do Comitê Organizador dos 1º CIGEsp e 4º CBGEsp
pha@unb.br*

Palavras da Presidente da Associação Brasileira de Gestão do Esporte – ABraGEsp

A Gestão do Esporte no Brasil está paulatinamente se consolidando como uma importante área, tanto de intervenção do profissional de Educação Física como para o desenvolvimento do Esporte no País.

Este 4º Congresso Brasileiro de Gestão do Esporte é uma expressão dessa consolidação e o marco de um passo relevante, com a Associação Brasileira de Gestão do Esporte (ABraGEsp) e a Universidade de Brasília (UnB), através do Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte (GESPORTE) organizando o 1º Congresso Internacional sobre Gestão do Esporte (1º CIGEsp).

A temática "**Gestão Profissional do Esporte, Qualificação Profissional e Copa do Mundo de 2014**" foi escolhida com o intuito de discutir e refletir sobre aspectos relevantes para o desenvolvimento do esporte no país, calcadas na atuação do profissional e na pesquisa na área.

A realização do evento, portanto, ganha importância com a qualidade e o nível dos diferentes temas e conteúdos apresentados que contemplaram a visão multidisciplinar da Gestão do Esporte nas conferências, painéis e nos trabalhos científicos.

Nossos agradecimentos a todos os apoios recebidos: Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Secretaria de Turismo do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Esporte do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal – GDF, Governo Federal, Ministério das Relações Exteriores, Escola Internacional de Futebol dos Países de Língua Portuguesa, Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, Conselho Regional de Educação Física 7ª Região – CREF7, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, Olé Junior – Organização de Lazer e Esporte, Ludopédio, CAEL Sport & Lazer, Centro de Estudo em Gestão Desportiva – CEGEF e Centro Esportivo Virtual – CEV.

Este material é fruto do trabalho de uma equipe organizadora dedicada e eficiente, que retrata parte do conhecimento e aprendizado nos três dias de convivência pessoal, acadêmica e científica, que temos certeza serão marcantes para a comunidade da Gestão do Esporte no Brasil.

Flávia da Cunha Bastos

Presidente da Associação Brasileira de Gestão do Esporte
flaviacb@usp.br

Programação do Evento

16 de novembro de 2011

- 08h00** – Sessão de vídeo sobre a “Copa do Mundo de 2014” e credenciamento.
- 09h00** – **Solenidade de abertura** – Governador do Distrito Federal; Magnífico Reitor da Universidade de Brasília; Presidente do Conselho Federal de Educação Física; Diretor Geral do Serviço Social da Indústria; Presidente da Associação Brasileira de Gestão do Esporte.
- 12h00** – Intervalo para almoço
- 14h00** – **Palestra:** *Megaeventos esportivos e qualificação dos gestores.*
Palestrante: **Professor Doutor Gustavo Pires** – Universidade Técnica de Lisboa e Fórum Olímpico de Portugal – Portugal.
Mediador: **Professor Doutor Paulo Henrique Azevêdo** – Universidade de Brasília e ABraGEsp.
- 15h30** – Intervalo e apresentação de pôsteres
- 16h30** – **Palestra:** *A Legislação Brasileira como referencial para a Gestão no Ambiente Esportivo.*
Palestrante: **Professor Mestre Martinho Neves Miranda** – Membro da Comissão de Direito Esportivo da OAB-RJ, pesquisador sobre Novos Direitos.
Mediador: **Professor Lúcio Rogério Gomes dos Santos** – Conselho Federal de Educação Física.
- 18h00** – Apresentação de Comunicações Orais
- 19h00** – Encerramento

17 de novembro de 2011

- 09h00** – **Palestra:** *Gestão Profissional de Clubes Esportivos: evolução e tendências.*
Palestrante: **Professor Doutor Antonio Carlos Gomes** – Consultor do Comitê Olímpico Brasileiro.
Mediador: **Professora Iguatemy Maria de Lucena Martins** – Conselho Federal de Educação Física.
- 10h30** – **Palestra:** *Gestão de acessibilidade e sustentabilidade de estruturas em megaeventos esportivos.*
Palestrante: **Antônio Carlos Morais de Castro** – Arquiteto e Engenheiro; membro da Federação Panamericana de Associações de Arquitetos.
Mediador: **Professor Eloir Edilson Simm** – Conselho Federal de Educação Física e SESI.
- 12h00** – Intervalo para almoço
- 14h00** – **Palestra:** *Ciência e Gestão do Esporte: novas tendências*
Palestrante: **Doutor Michel Raspaud** – Universidade de Grenoble – França
Mediadora: **Professora Doutora Flávia da Cunha Bastos** – Universidade de São Paulo e ABraGEsp.
- 15h30** – Intervalo e apresentação de pôsteres
- 16h30** – **Palestra:** *O projeto “Brasília cidade sede da Copa do Mundo de 2014”: investimentos e legados.*
Palestrante: **Secretário Cláudio Monteiro** – Secretário da Casa Civil do Governo do Distrito Federal e presidente do Comitê Organizador Local de Brasília na Copa de 2014.
Mediador: **Professor Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende** – Universidade de Brasília.
- 18h00** – Apresentação de Comunicações Orais
- 19h00** – Encerramento

18 de novembro de 2011

- 09h00** – **Palestra:** *Gestão de instalações e seus reflexos na qualidade das atividades esportivas.*
Palestrante: **Doutor Antonio Carlos Bramante** – Consultor do SESI DN e Luiz Carlos Marcolino – Gerência Nacional do SESI.
Mediador: **Professor José Ricardo Carneiro Dias Gabriel** – Presidente do Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região.
- 10h30** – **Palestra:** *Ações de marketing como instrumento na gestão do esporte.*
Palestrante: **Cláudio Risco** – Gerente de Relações Esportivas da Olympikus.
Mediador: **Professor Doutor Davi Rodrigues Poit** – Escola de Educação Física de Jundiaí e ABraGEsp.
- 12h00** – Intervalo para almoço
- 14h00** – **Palestra** – *Gestão de megaevento esportivo: a experiência dos 5º Jogos Mundiais Militares.*
Palestrante: **Vice-Almirante Bernardo José Pierantoni Gambôa** – Presidente da Comissão Desportiva Militar do Brasil (CDMB).
Mediador: **Professor Doutor Vilde Gomes de Menezes** – Universidade Federal de Pernambuco e ABraGEsp.
- 15h30** – Intervalo e apresentação de pôsteres.
- 16h30** – **Palestra:** *Copa do Mundo de Futebol: gestão do principal megaevento mundial.*
Palestrante: **Doutor Lamartine Pereira DaCosta** – Consultor Internacional em Gestão do Esporte e docente da Universidade Gama Filho.
Mediador: **Professor Roberto Correia** – Integrante do Grupo de Pesquisa sobre Gestão do Esporte - GESPORTE.
- 18h00** – Encerramento do 1º Congresso Internacional sobre Gestão do Esporte – 1º CIGEsp e 4º Congresso Brasileiro sobre Gestão do Esporte – 4º CBGEsp
- 19h00** – **Assembleia Geral da ABraGEsp** – eleição da nova diretoria e definição da sede dos 2º Congresso Internacional e 5º Congresso Brasileiro sobre Gestão do Esporte (2º CIGEsp e 5º CBGEsp).

Pôsteres

Desenvolvimento do esporte no Brasil: desafios a partir dos mega eventos

Temática: Gestão de Eventos Esportivos

Thiago Coelho de Aguiar Silva
José Pedro Sarmiento
Universidade do Porto, Porto, Portugal
Vilde Gomes de Menezes
Carlos Augusto Mulatinho de Queiroz Pedroso
Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil
thiago.aguiar31@gmail.com

Resumo

De acordo com Kotler (2000) o marketing é a intenção de entender e atender o mercado. O autor ainda contribui com a ampliação do significado da palavra marketing e suas interfaces, fazendo emergir um rol de categorias que devem ser identificadas numa análise de ambiente. O esporte nacional passou por momentos de profundas mudanças no século XX e atualmente vive um esplendor com a realização de grandes eventos esportivos em seu território, como a Copa do Mundo FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016. Os referidos acontecimentos requerem do governo um planejamento adequado com definições de longo prazo, que implicam em alocação de recursos e questões logísticas para aumentar o relacionamento entre clientes, produtos e mercados ou se preferirmos entre a população, atletas e cidades. Em outras palavras, há que se preocupar com os legados advindos destes eventos e sua estruturação para a qualificação do esporte nacional. O objetivo desta investigação é identificar o posicionamento do esporte no Brasil, descrevendo a visão das pessoas sobre a prática esportiva e a influência dos grandes eventos no comportamento da população. O estudo tem característica qualitativo-analítica consubstanciado em Minayo (2007). A partir dos resultados encontrados, é possível perceber que a realização de grandes eventos esportivos influencia de maneira positiva a população no que refere ao valor da prática esportiva e reconhecimento de modalidades, aumentando o potencial de atração de recursos financeiros para investir na infraestrutura e sustentabilidade das organizações promotoras do esporte. Outro aspecto relevante apontado pelo estudo foi a desigualdade existente nos investimentos e direcionamento das verbas públicas como fatores que interferem na profissionalização e maior penetração do esporte na sociedade.

Palavras-chave: Eventos Esportivos, Marketing, Legados, Gestão do Esporte.

Gestão do esporte: um olhar sobre os objetivos e resultados do patrocínio esportivo

Temática: Economia, Finança e Gestão do Esporte

Thiago Coelho de Aguiar Silva
José Pedro Sarmiento
Universidade do Porto, Porto, Portugal
Vilde Gomes de Menezes
Carlos Augusto Mulatinho de Queiroz Pedroso
Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil
thiago.aguiar31@gmail.com

Resumo

Entendido como a mais nova tendência no campo do marketing promocional e institucional, o patrocínio tem diversificado suas atuações entre o esporte, cultura e o entretenimento de uma maneira geral. Com isso o patrocínio esportivo possibilita uma melhoria da comunicação da empresa com seus *stakeholders*, a valorização e potencialização do uso da marca bem como o aumento das vendas. Portanto, as ações de patrocínio têm recebido cada vez mais investimento por parte de empresas buscando atingir diversos tipos de objetivos em cada ação. O presente trabalho tem por objetivo identificar quais os objetivos mais visados pelas empresas e quais as ferramentas mais utilizadas para avaliar essas ações. A metodologia adotada possui caráter descritivo-analítico, alicerçada em Denzin & Lincoln (2006) empregando os artifícios que permitem criar dados descritivos, possibilitando observar a forma de pensar dos participantes na investigação. De acordo com os dados foi possível observar no estudo, que mesmo cientes da importância e benefícios do patrocínio, muitas empresas encontram dificuldades em mensurar os resultados obtidos em cada ação institucional. Outro fator relevante apontado pelas organizações para a dificuldade em termos de mensuração de resultados é a diversidade de contextos existentes e ações possíveis de serem realizadas, além da ausência de ferramentas que quantifiquem e qualifiquem os resultados esperados pelo patrocinador. Com isso, sugere-se uma relação mais estreita entre os objetivos e os meios de avaliação, ou seja, uma integração entre ambas as etapas no planejamento das ações de patrocínio.

Palavras-chave: Gestão, Esporte, Patrocínio.

Marketing e Responsabilidade Social no Esporte

Temática: Marketing e Comunicação no Esporte

Thiago Coelho de Aguiar Silva
José Pedro Sarmiento
Universidade do Porto, Porto, Portugal
Vilde Gomes de Menezes
Carlos Augusto Mulatinho de Queiroz Pedroso
Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil
thiago.aguiar31@gmail.com

Resumo

As transformações ocorridas no esporte em termos de profissionalização das suas estruturas desde atletas, equipes e federações, bem como a evolução na comercialização do produto esportivo, exigiram das pessoas envolvidas no contexto esportivo o desenvolvimento de novas práticas de gestão. O marketing se apresenta como uma poderosa ferramenta na promoção e estruturação do esporte, sendo responsável, entre outras coisas, por cuidar da imagem das instituições esportivas. O presente trabalho tem por objetivo identificar boas práticas de gestão e marketing, como fatores que contribuem com a responsabilidade social das instituições esportivas. Quanto à metodologia utilizada trata-se de uma pesquisa qualitativa e documental balizada em Minayo (2007). Com base na literatura estudada é possível concluir que as organizações têm como objetivo fundamental a expansão das atividades e o aumento da lucratividade, porém há uma preocupação em desenvolver o aspecto social que faz contraponto nas demandas da sociedade. Sendo assim, o marketing apresenta-se como uma opção de aproximar e divulgar os valores da empresa no contexto da sociedade e com isso desenvolver a imagem positiva das organizações perante os desafios da responsabilidade social. Contudo, percebe-se que ainda há um distanciamento entre as teorias existentes e as práticas dos profissionais envolvidos com as ações de marketing no esporte.

Palavras-chave: Esporte, Marketing, Responsabilidade Social, Gestão do Esporte.

O patrocínio como ferramenta para o desenvolvimento do esporte

Temática: Marketing e Comunicação no Esporte

Thiago Coelho de Aguiar Silva
José Pedro Sarmiento
Universidade do Porto, Porto, Portugal
Vilde Gomes de Menezes
Carlos Augusto Mulatinho de Queiroz Pedroso
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil
thiago.aguiar31@gmail.com

Resumo

A globalização está ficando cada vez mais complexa, e as mudanças decorrentes da mesma estão ficando cada vez mais rápidas. O futuro está ficando cada vez mais imprevisível. Os últimos quarenta anos têm sido tempos extraordinários. A expectativa de vida aumentou cerca de vinte cinco anos, a população mundial cresceu cerca de dois bilhões neste período. Esse cenário caracteriza uma grande oportunidade para a inovação e o desenvolvimento. As mudanças na sociedade contribuíram para a formação do esporte em um produto de alto valor comercial, e ganhou status de Indústria do Esporte, sendo definida como o mercado no qual os produtos e/ou serviços oferecidos aos compradores são o esporte, fitness, recreação e lazer; em forma de bens, serviços, pessoas, locais ou ideias (Pitts & Stotlar, 2002). A figura do patrocínio no esporte surge neste contexto como uma ferramenta que contribui no desenvolvimento das modalidades e infraestrutura esportiva dos países. O objetivo deste trabalho é tentar entender como o patrocínio, em suas diversas formas de manifestação, pode contribuir para o desenvolvimento do esporte no Brasil. A estratégia metodológica deste trabalho de natureza qualitativo-descritiva alicerçada em Denzin & Lincoln (2006) consiste, em primeiro situar a condição estrutural do esporte ancorada nos periódicos que revelam dados referentes às práticas esportivas e na literatura especializada em marketing e patrocínio. O estudo revela a evolução em termos estruturais e promoção da prática esportiva e possibilita uma discussão sobre o papel do patrocínio no desenvolvimento das diversas modalidades. Entendendo que a articulação entre o poder público e o privado pode ser um caminho mais viável para o fortalecimento do esporte.

Palavras-chave: Patrocínio, Desenvolvimento, Esporte, Gestão do Esporte.

Análise do Planejamento de Parques Municipais na Cidade do Recife

Temática: Gestão de Organizações Esportivas

Felipe Francisco Pereira da Silva
Carlos Augusto Mulatinho de Queiroz Pedroso
Faculdade Maurício de Nassau, Recife, Pernambuco, Brasil
José Pedro Sarmento
Thiago Coelho de Aguiar Silva
Universidade do Porto, Porto, Portugal
Vilde Gomes de Menezes
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, Pernambuco, Brasil
carlosaugustomulatinho@gmail.com

Resumo

O esporte é um fenômeno que possibilita diversos significados a partir do contexto histórico em que se insere. Neste sentido, para assegurar que o esporte cumpra seu papel enquanto elemento fundamental para a qualidade de vida da população é essencial a existência de equipamentos esportivos apropriados. Com isso, compreende-se a importância dos equipamentos de esportes no cotidiano dos cidadãos, e a inegável influência destes na cultura e no desenvolvimento urbanístico da cidade. Com isso, o objeto deste estudo são os parques urbanos do município do Recife-PE, por acreditar que estes equipamentos são responsáveis por receber grande parte da população em busca de uma melhor qualidade de vida e socialização através de atividades de caráter esportivo e de lazer. Esta pesquisa teve como objetivo identificar o planejamento de equipamentos esportivos, além de analisar e descrever os nove parques urbanos da cidade, verificando as distribuições desses equipamentos perante as seis Regiões Político-Administrativas (RPA) do Recife-PE. Trata-se de uma pesquisa documental e descritiva, consubstanciada em Lakatos e Marconi (2006). Os resultados obtidos apontam para uma deficiência no que diz respeito aos procedimentos de planejamento apresentado por Constantino (1999). Destaca-se ainda a má distribuição dos equipamentos na malha urbana da cidade. Quanto aos resultados referentes às normas de m²/habitantes estes equipamentos são classificados em níveis baixos, o que demonstra a ausência de equipamentos suficientes para a população desta cidade. Sendo assim, é possível concluir, com base nas referências estudadas, a necessidade de rever o planejamento de equipamentos esportivos da cidade do Recife-PE, neste caso específico, os parques urbanos da cidade, e propor a elaborações de novos projetos de políticas públicas, balizado nas reais demandas da população e com o intuito de qualificar ainda mais os espaços de esporte e lazer na cidade. Como contribuição, o estudo apresenta informações que podem subsidiar os procedimentos de planejamento dos parques urbanos da cidade.

Palavras-Chave: Cidade, Planejamento, Parques Urbanos, Gestão do Esporte.

Análise do perfil do gestor esportivo nas Instituições de Ensino Superior do Estado de Pernambuco

Temática: Formação Acadêmica em Gestão do Esporte e Mercado de Trabalho

Ângelo de Andrade Rodrigues dos Santos
Carlos Augusto Mulatinho de Queiroz Pedroso
Antônio Vinicius Neves Barbosa
Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil
José Pedro Sarmiento
Universidade do Porto, Porto, Portugal
Vilde Gomes de Menezes
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, Pernambuco, Brasil
aarsesefupeb@hotmail.com

Resumo

Nos últimos anos a sociedade brasileira vem debatendo com maior afinco a gestão esportiva, mediante o calendário esportivo mundial que define no período de 2007 a 2016 uma série de eventos e megaeventos com terão sede no país. Para o estabelecimento deste cenário coube ao sistema político nacional evidenciar, de acordo com as suas possibilidades e interesses, a riqueza cultural do Brasil, enfatizando a diversidade de seu povo historicamente construída com base nos costumes das diversas raças que outrora aqui aportaram. Apesar deste enaltecimento às potencialidades culturais da nação torna-se inevitável questionar o status da capacidade atual de seus recursos humanos e estruturais que, ao interagirem, deverão ser ao menos suficientemente capazes de conferir o almejado sentido à execução de tais eventos. Diante deste incerto cenário emerge a pauta da necessidade de qualificação profissional dos gestores esportivos como prerrogativa ao exercício da competência técnica imprescindível ao trato do Esporte no âmbito proposto. A formação acadêmica neste sentido tende a partir do pressuposto de que as Universidades do país devem reconhecer na práxis pedagógica possibilitada a partir do conceito de extensão universitária a possibilidade concreta de sustentação da tal qualificação. Para tanto, a vivência das atividades extracurriculares no período de graduação considerando todos elementos importantes colocados até então sob a temática abordada perpassa inevitavelmente pela relação com a lógica funcional das Associações Atléticas Acadêmicas, entidades estudantis de base consideradas as “células micro” do sistema desportivo universitário nacional detentoras da missão de fomentar e promover a partir de diversas iniciativas o Esporte no ambiente universitário. Como forma de contemplar o debate nesta esfera do conhecimento este trabalho tem por objetivo descrever as experiências de gestão no período de 2008 a 2010 da Associação Atlética Acadêmica da Escola Superior de Educação Física da Universidade de Pernambuco. Como forma de delinear a perspectiva metodológica do trabalho ainda em fase de execução inicialmente caracterizou-se o cenário que definiu todo o envolvimento do sujeito com a citada Associação, evidenciando as bases institucionais, condições, motivos e perspectivas para tanto, posteriormente, as ações da gestão sob os princípios e elementos da gestão propostos por López e Luna-Arocas (2000) e para em seguida serem analisados os desdobramentos das ações desencadeadas, elucidando os aspectos positivos, negativos e capacidade de replicar as ações em outras realidades afins, bem como a identificar a relevância da experiência na formação profissional do então graduando.

Palavras-chave: Eventos Esportivos, Gestor Esportivo, Extensão Universitária.

Gestão em Eventos Esportivos: a experiência na UPE no período de 2008 à 2010

Temática: Gestão de Eventos Esportivos

Ângelo de Andrade Rodrigues dos Santos
Carlos Augusto Mulatinho de Queiroz Pedroso
Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil
José Pedro Sarmento
Universidade do Porto, Porto, Portugal
aarsesefupeb@hotmail.com

Resumo

O cenário esportivo brasileiro apresenta atualmente diversas projeções em consideração às animadoras perspectivas de qualificação da gestão do esporte no país quando considerados os eventos de relevância internacional, programados para nele ocorrer nos próximos anos. No eixo central das discussões construídas neste sentido emerge a necessidade de analisar os aspectos inerentes a formação profissional do gestor esportivo brasileiro como forma de colaborar substancialmente com a reflexão acerca das competências nacionais em lidar com o Esporte na magnitude então proposta, indicando os necessários avanços a serem alcançados no intuito de enfrentar satisfatoriamente todo o processo. Neste sentido, identificar os aspectos inerentes à trajetória de formação e características pessoais desses profissionais, bem como, a estrutura e condições de trabalho que lhes são apresentadas pelo mercado de trabalho apresentam-se enquanto premissa a coerente fundamentação do referido debate no sentido de sua consolidação a partir da identificação de suas fragilidades e potencialidades. Considerando o Esporte Universitário enquanto possível lócus de intervenção deste profissional e a afinidade das missões do ambiente acadêmico para com a formação profissional, o presente estudo tem por objetivo traçar o perfil dos gestores do Desporto Universitário em Pernambuco. Para tanto foram encaminhados aos gestores esportivos das Instituições de Ensino Superior filiadas a Federação Acadêmica Pernambucana de Esportes - FAPE via endereço eletrônico a partir banco de dados desta entidade devidamente acessado o consentimento do seu presidente, um questionário adaptado de Sarmento et al. (2006) enquanto instrumento desta pesquisa de cunho descritivo exploratório. No presente momento a pesquisa se encontra em fase de andamento onde já estamos obtendo gradativamente o retorno dos questionários devidamente respondidos dentro do prazo estabelecido na carta de apresentação do estudo encaminhada aos mesmos conjuntamente ao instrumento da pesquisa. Tendo em vista os elementos norteadores da intervenção profissional dos constituintes da amostra nos sustentamos na hipótese de não serem reforçadas as características da observável tendência do sistema esportivo brasileiro em conferir aos ex-atletas de positiva trajetória esportiva o status de potenciais gestores esportivos, mesmo reconhecendo que os mesmos por muitas vezes não possuem o conhecimento acadêmico e a mínima formação técnica específica para o desempenho das diversas atribuições conferidas a este campo de intervenção profissional. Diante das considerações expostas até então parece coerente destacar a gestão do Desporto Universitário como possível modelo inspirador do sistema esportivo brasileiro na estruturação eminente de possibilitar o devido enfrentamento ao cenário que se apresenta ao mesmo na atualidade e próximos anos.

Palavras-chave: Eventos Esportivos, Gestor Esportivo, Extensão Universitária.

Análise da infraestrutura das federações esportivas do estado de Pernambuco

Temática: Gestão de Organizações Esportivas

Carlos Augusto Mulatinho de Queiroz Pedroso
Ângelo de Andrade Rodrigues dos Santos
Antônio Vinicius Neves Barbosa
Vilde Gomes de Menezes
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, Pernambuco, Brasil
Luciano Flávio da Silva Leonídio
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Recife, Pernambuco, Brasil
Thiago Seixas dos Santos
Faculdade Boa Viagem, Recife, Pernambuco, Brasil
José Pedro Sarmento
Universidade do Porto, Porto, Portugal
carlosaugustomulatinho@gmail.com

Resumo

Para que o esporte possa desenvolver-se é necessário pensá-lo sob diversos aspectos, entre eles a sua infraestrutura. Contudo, a infraestrutura esportiva enquanto objeto deste estudo deve ser planejada e estruturada a partir de critérios científicos para torná-la sustentável economicamente e socialmente. Para que isso ocorra são indispensáveis políticas públicas de apoio as federações esportivas. Ao pensar no esporte de alto rendimento, associa-se de forma objetiva ao papel das federações no desenvolvimento desta dimensão do esporte. As federações são organizações esportivas responsáveis pelo fomento do esporte de rendimento no sistema esportivo local e a sua infraestrutura possibilita a manutenção de treinamentos de seus atletas, a criação e operacionalização de eventos esportivos no Estado. O objetivo da pesquisa é identificar a realidade da infraestrutura das Federações Esportivas do Estado de Pernambuco. Quanto aos métodos, inicialmente, utilizou-se de processos exploratórios decorrentes da bibliografia relativa à temática. Em sequência, realiza-se uma intervenção de campo entre cinquenta e duas federações esportivas do Estado de Pernambuco no período de fevereiro a julho de 2010. Obtiveram-se os dados mediante aplicação de questionário com 10 perguntas fechadas, cujo tratamento decorre do processo de estatística descritiva. Ambos os procedimentos se inspiram em Sarmento, Pinto e Oliveira (2006) e a escolha dos entrevistados foram balizadas em Lopez e Luna-Arocas (2000). Os dados revelam que 59% das federações esportivas possuem sedes cedidas e apenas 45% possuem instalações esportivas próprias para o treinamento de suas equipes. No que diz respeito a materiais e equipamentos para a realização de treinamento e competições, apenas 55% afirmam ter acesso, e 83% julgam que os materiais existentes são insuficientes para as atividades desenvolvidas na federação. Conclui-se que a infraestrutura das federações esportivas do Estado de Pernambuco encontram-se bastante deficitária, o que dificulta os procedimentos de gestão esportiva balizados nas funções administrativas. A carência desta infraestrutura reflete também as políticas públicas que vem sendo desenvolvidas neste campo de intervenção.

Palavras-chave: Federações Esportivas, Infraestrutura, Gestão, Gestão do Esporte.

A importância da implementação de Políticas de Esportes na Universidade de Pernambuco a partir dos anseios discentes

Temática: Gestão de Políticas Públicas de Esporte

Ângelo de Andrade Rodrigues dos Santos
Carlos Augusto Mulatinho de Queiroz Pedroso
Antônio Vinicius Neves Barbosa
Vilde Gomes de Menezes
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, Pernambuco, Brasil
José Pedro Sarmento
Universidade do Porto, Porto, Portugal
aarsesefupeb@hotmail.com

Resumo

Ao conceituar o termo política pública enquanto ação governamentalmente direcionada no sentido de impactar positivamente no cotidiano de determinada população, Peters (1986), evidencia a dificuldade em lidar com a projeção prática de sua aplicação principalmente quando considerada a diversidade dos anseios e perspectivas inerentes a sociedade contemporânea do mundo capitalista globalizado. Voltando a atenção as políticas públicas de esportes viabilizadas no Brasil, observa-se que as discussões nessa esfera apesar de perpassarem inevitavelmente pelo trato do fenômeno esportivo como importante mecanismo de promoção da saúde, educação e cidadania vêm sendo gradativamente enfraquecidas quanto a exequibilidade perene das proposições estatais nesse âmbito uma vez que a maioria dos estudiosos e especialistas da área acabam optando por sustentar seus posicionamentos argumentativos com base em vertentes políticas incipientes para a manutenção do cenário proposto. No tocante ao Esporte Universitário enquanto parte do sistema esportivo nacional, a crise de identidade conceitual por ele vivido em outros tempos como colocado por Starepravo (2006), serviu de premissa para contribuir com a atenuação da problemática acerca da consolidação das políticas públicas voltadas para o setor, que passou a ser visualizada com maior afinco a partir do governo nacional petista, quando conferiu status ministerial ao esporte e efetivou a criação em sua lógica administrativo-funcional o departamento de Esporte Universitário como forma de legitimar as pautas e encaminhamentos específicos de pertinência a tal contexto. Em Pernambuco a inexistência de uma política sólida de fomento do Esporte Universitário em sua única Universidade estadual contribui para a problematização da investigação proposta por este estudo ainda em fase de desenvolvimento que tem por objetivo identificar os anseios da comunidade discente da Universidade de Pernambuco acerca da sistematização de sua política universitária de esportes. A abordagem metodológica da pesquisa encontra-se delineada sob a perspectiva bibliográfica exploratória descritiva conforme proposto por Gil (1991). Como forma de proceder ao levantamento dos dados inerentes ao contentamento do estudo optou-se pela formulação de um questionário estruturado de perguntas fechadas através do qual os estudantes pudessem ser inquiridos de maneira clara e concisa nos campi da UPE. No presente momento a pesquisa se encontra em sua fase de coleta de dados onde acredita-se nas hipóteses de identificar a defasagem na oferta de ações bem como no sistema de gerenciamento de comunicação no ambiente acadêmico como alguns fatores determinantes para justificar a inexistência até então de uma política sólida de fomento do Esporte Universitário na Instituição de Ensino Superior explorada.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Esporte Universitário, Universidade de Pernambuco, Gestão do Esporte.

Gestão de recursos humanos nas federações esportivas do estado de Pernambuco

Temática: Gestão de Organizações Esportivas

Carlos Augusto Mulatinho de Queiroz Pedroso
Ângelo de Andrade Rodrigues dos Santos
Antônio Vinicius Neves Barbosa
Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil
José Pedro Sarmiento
Universidade do Porto, Porto, Portugal
Vilde Gomes de Menezes
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, Pernambuco, Brasil
Luciano Flávio da Silva Leonídio
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Recife, Pernambuco, Brasil
Thiago Seixas dos Santos
Faculdade Boa Viagem, Recife, Pernambuco, Brasil
carlosaugustomulatinho@gmail.com

Resumo

As Federações Esportivas são instituições responsáveis pela organização das modalidades esportivas no contexto nacional e internacional, tendo como atividade fulcral a regulamentação e o desenvolvimento do esporte de rendimento. Contudo, as organizações são compreendidas como uma entidade social composta de pessoas que cooperam a partir de ações formais e coordenadas para o alcance de objetivos e metas respeitando as estruturas hierárquicas existentes. É neste contexto que fica evidente a importância dos recursos humanos de uma organização, principalmente no lócus das federações esportivas, onde se percebe a carência de material humano para atender as demandas existentes destas instituições. Sendo assim, esta investigação tem como objetivo analisar a gestão de recursos humanos das Federações Esportivas do Estado de Pernambuco. No que diz respeito à metodologia trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, onde os procedimentos iniciais foram processos exploratórios decorrentes da bibliografia relativa à temática. O passo seguinte foi à realização de uma intervenção de campo entre cinquenta e duas federações esportivas do Estado de Pernambuco no período agosto a outubro de 2010. Os dados foram obtidos mediante aplicação de questionário com 19 perguntas fechadas, cujo tratamento decorre do processo de estatística descritiva. Os procedimentos metodológicos foram inspirados em Sarmiento, Pinto e Oliveira (2006) e a escolha dos entrevistados respeitaram os critérios desenvolvidos por Lopez e Luna-Arocas (2000). Os dados revelam que 93% dos dirigentes não recebem remuneração pelo trabalho desenvolvido na federação e apenas 21% possuem um quadro fixo de funcionários. Das federações entrevistadas apenas 25% afirmaram ter um quadro permanente de profissionais responsáveis pelo treinamento das equipes que representam o Estado nas competições nacionais e internacionais, deste percentual apenas 7% são remunerados. Conclui-se que a gestão dos recursos humanos das federações esportivas do Estado de Pernambuco encontra-se em situação precária, a ausência de um quadro fixo de funcionários e a não remuneração são elementos essenciais para a real situação deficitária destas organizações.

Palavras-chave: Federações Esportivas, Infraestrutura, Gestão, Gestão do Esporte.

Perfil dos gestores de instalações esportivas da cidade de São Paulo

Temática: Gestão de Instalações Esportivas

Cacilda Mendes dos Santos Amaral
Flávia da Cunha Bastos
Escola de educação Física e Esporte - USP, São Paulo, São Paulo, Brasil
cacilda.amaral@gmail.com

Resumo

Países como Estados Unidos da América, Espanha e Portugal possuem, além da já conhecida experiência no que diz respeito à gestão do esporte, definições bem claras dos papéis que os gestores do esporte têm nas diversas esferas do mesmo e em alguns casos, até a determinação da formação destes administradores. Já o que vemos no Brasil é o início das discussões acerca da gestão do esporte. Os profissionais envolvidos na gestão do esporte hoje não possuem formação específica, o que nos leva a crer que o perfil deste tipo de ocupação não está bem definido no país (BASTOS F. C. et al., 2006; BASTOS, F. C., FAGNANI, E. K.; MAZZEI, L. C., 2011). Quanto às instalações esportivas, não há conceituação e tipologias bem definidas a respeito das mesmas e mesmo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), instrumento que padroniza nacionalmente os códigos de atividades econômicas no país, descreve a gestão e operação de instalações de esportes (para a prática do esporte ou organização de eventos esportivos) como sendo uma atividade econômica, ainda assim a área também não possui um perfil de seu gestor traçado, bem como de suas tarefas e domínios ou a formação do mesmo. Portanto, pretende-se com este estudo traçar o perfil de formação do gestor das instalações esportivas públicas da cidade de São Paulo e identificar as tarefas que estes gestores desempenham bem como discutir os domínios e conhecimentos necessários a um gestor de instalação esportiva. Utilizando-se da definição de VERGARA (2006) para a caracterização do tipo de pesquisa a ser realizada, esta se define quanto aos fins como uma pesquisa exploratória, pois não há conhecimento suficiente acumulado sobre o perfil do gestor de instalações esportivas no Brasil bem como as tarefas desempenhadas pelo mesmo, e explicativa, pois tem como objetivo, baseado nos dados coletados, traçar os domínios necessários a um gestor de instalação esportiva exercer sua função. Para obtenção dos dados será aplicado questionário composto por duas sessões de questões fechadas sendo que a primeira sessão abordará o perfil do gestor quanto a sua identificação, formação a partir de instrumento validado por BASTOS, F. C. (2006) e a segunda sessão abordará as tarefas desempenhadas pelos gestores das instalações esportivas a partir de tradução, adaptação e validação de instrumento utilizado por TAFALLA, A. M. G. et al. (2004).

Palavras-chave: Gestor esportivo, Instalações esportivas, Perfil do gestor, Gestão do Esporte.

A importância do ensino dos valores olímpicos na escola

Temática: Gestão da Educação Física Escolar

Tiago Roloff dos Santos
Márcia Rejane Vieira Guimarães
Faculdade Anhanguera, Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil
tiago.roloff@hotmail.com

Resumo

A presente pesquisa justificou-se pelo interesse acadêmico em aprofundar o campo teórico referente ao trabalho com valores olímpicos no contexto escolar. O intuito foi buscar subsídios para efetivamente implementar no estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Educação Física, da Faculdade Anhanguera Educacional de Pelotas/RS, no ano de 2012, uma prática voltada a exploração de tal tema como estratégia humanizadora e emancipatória de jovens e adolescentes. O objetivo geral foi evidenciar estudos que abordam a importância do aprendizado dos valores citados como olímpicos, tais como: excelência, amizade e respeito. Uma hipótese defendida pelos estudiosos da área nos faz crer que tais valores aplicados regularmente nas aulas de Educação Física, podem auxiliar na formação de um caráter mais honesto e justo dos alunos. A pesquisa, de cunho bibliográfico, utilizou como instrumentos materiais já publicados, constituídos principalmente de livros, artigos de periódicos, bem como reportagens em revistas e jornais. Os materiais consultados corroboram a ideia de que trabalhar com valores olímpicos no contexto escolar pode contribuir com o processo de humanização dos alunos, assim como desenvolver a consciência crítica, e formação cidadã, agregando valores essenciais à sociedade atual. Concluiu-se que abordar tal tema nas aulas de Educação Física, segundo os estudos, pode ser uma estratégia de sucesso no sentido de difundir uma Educação Olímpica na Escola, a qual possui como o principal objetivo despertar nos alunos autoconfiança, autoestima e superação, valorizando o respeito e a solidariedade, valores que serão levados pelos alunos para o resto de suas vidas.

Palavras-chave: Educação Física, Esporte, Valores Olímpicos, Escola, Gestão do Esporte.

Lei de incentivo ao esporte: Panorama da aprovação e captação de recursos entre os anos de 2006 a 2010

Temática: Legislação Esportiva e Gestão do Esporte

Renan José Guedes Alcoforado Pereira
Universidade de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil
renanguedes@performanceprojetos.com.br

Resumo

O objetivo do presente estudo foi verificar o panorama da aprovação e captação de recursos dos projetos esportivos aprovados pela Lei de incentivo ao esporte. Esta verificação foi realizada através do site do Ministério do Esporte, no qual, por lei, obrigatoriamente terá que informar sobre todos os projetos aprovados. Foram avaliados 1096 projetos esportivos a partir do ano em que a Lei foi aprovada, 2006, até o ano de 2010. Os projetos foram divididos de acordo com seu referido Estado e posteriormente dividido por manifestação esportiva. Também foi analisado o valor médio dos valores captados e valor médio dos projetos aprovados, ou seja, sendo dividido o valor bruto dos valores aprovados pela quantidade de projetos e em seguida o valor bruto captado pela quantidade de projetos. O resultado apresentado é que há uma disparidade muito grande entre os estados Brasileiros, tendo como prova desta disparidade o Estado de São Paulo com 422 projetos, ou seja, 38,5% de todos os projetos Brasileiros, enquanto 14 estados produziram menos de 10 projetos cada um. Outro resultado interessante tem relação com as manifestações esportivas, sendo percebida através desta pesquisa que o percentual captado por cada manifestação foram bastante próximas, apesar da manifestação esportiva de rendimento ter mais da metade dos projetos aprovados. Conclui-se que, apesar da Lei de incentivo ao esporte ter sido criada para difusão do esporte nos seus diversos viés por todo o território brasileiro, isto não vem acontecendo como previsto.

Palavras-chave: Lei de incentivo ao esporte, Esporte, Projetos esportivos, Gestão do Esporte.

Governança nas práticas esportivas sociais: estudo de organizações não governamentais no Brasil

Temática: Governança e Liderança no Ambiente Esportivo

Sergio Roberto Molletta
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil
smolletta@utfpr.edu.br

Abel Hermínio Lourenço Correia
Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal
acorreia@fmh.utl.pt

Resumo

Os conselhos das organizações sem fins lucrativos têm de lidar com muitos desafios no exercício das suas responsabilidades de governação. O ambiente regulatório, a liberação de recursos, o processo de globalização, crescida concorrência e expectativas de diversos grupos de interesse estão a impor um reexame das práticas e estruturas de governança, na tentativa de atender às expectativas cada vez maiores das normas de transparência, responsabilidade e desempenho de uma ampla gama de interessados. A boa governação tem-se tornado cada vez mais reconhecida pelas agências de governo que prestam um apoio financeiro significativo e permanente para as organizações que desenvolvem ações no meio esportivo (RUSSEL & GRAHAM, 2007). O presente estudo faz parte do projeto de doutorado, aprovado na Faculdade de Motricidade Humana-UTL-PT, com vista à obtenção do grau de Doutor no ramo da Motricidade Humana, especialidade em Ciências do Desporto e pretende investigar a teoria da governança corporativa nas práticas esportivas sociais no Brasil. A amostra será composta pelos agentes executores de projetos sociais que utilizam práticas de atividades esportivas, as Organizações do Terceiro Setor, também conhecidas como – ONGs – Organizações Não Governamentais e seus polos. Este estudo justifica-se por referencial teórico que trata da governança, notadamente na gestão do esporte, possuir espaço a ser aprofundado e a natureza do objeto, sua originalidade e contribuição para o fortalecimento das ações de ONGs que atendem demandas sociais de prática esportiva. Pesquisa do tipo exploratório-descritiva e de abordagem quantitativa, pois analisará documentos, seus indicadores e tendências, além da aplicação de questionário que ajude entender como se dá sua gestão.

Palavras chave: Governança corporativa, Práticas esportivas, ONGs, Esporte, Projetos sociais, Gestão do Esporte .

Marketing para os clubes socioesportivos em São Paulo

Temática: Marketing e Comunicação no Esporte

José Arthur Fernandes Barros

zearthurbarros@terra.com

Leandro Mazzei

Uniban Brasil – São Paulo - São Paulo – Brasil

leandromazzei@gmail.com

Flávia da Cunha Bastos

Universidade de São Paulo – São Paulo, São Paulo – Brasil

flaviacb@usp.br

Resumo

Há cerca de cem anos os primeiros clubes de São Paulo foram fundados. Jovens mais ricos se reuniam para a prática esportiva e a entrada para este ambiente era ditada pela nacionalidade, já que os Clubes, na sua grande maioria, foram fundados por colônias de imigrantes: alemães, ingleses, italianos, suíços, portugueses, entre outros. A diferença de origens era uma razão para a defesa das cores dos Clubes nas competições, pois em torno das sucessivas vitórias se criava um status, uma “marca bem sucedida” na sociedade paulista e assim se despertava o interesse de novos associados. Outras atividades agregadas ao Clube como bailes, comemoração das debutantes, festas folclóricas compunham um pacote de ofertas que atraíam famílias paulistas e mantinham os Clubes em evidência (BARROS, 2007). Nos dias de hoje, muitas dessas atividades foram desconstruídas. O esporte se confunde com o lazer provocando uma crise de sustentabilidade nos Clubes Socioesportivos (MADIA, 2007). Rein, Kotler e Shields (2008), Aaker (1998), Bretzek (2010), Considine (1990), Skinner apud Giglio (2002) apontam como alternativa para se vencer a crise atual instaurada um trabalho de gestão em termos de revalorização de marca por meio de competições esportivas que motivem os associados para a convivência e identificação com os Clubes. Hoje em dia a concorrência entre Clubes e Condomínios, Instituições Privadas de Ensino e Centros de Fitness equipados pode se tornar desleal haja a vista a comodidade e as ofertas que os Condomínios apresentam superando a falta de valores e status atuais de ser associado a um Clube. O objetivo deste trabalho é analisar as ações de marketing dos clubes no sentido da valorização do esporte, sua relação com o valor da marca do clube e a visão dos associados sobre estas ações. Será desenvolvida pesquisa de campo sob a forma de estudos de casos múltiplos (Vergara, 2006) junto a sete clubes de São Paulo e grande São Paulo que mantenham equipes de esporte de alto rendimento em campeonatos oficiais de federações e confederações brasileiras. As fontes utilizadas para o levantamento das ações de marketing e ativação da marca serão documentais e institucionais (fontes secundárias) e a percepção da marca pelo consumidor, através de fontes primárias obtidas junto a associados pela aplicação de questionário estruturado para a coleta de informações específicas desenvolvidas a partir dos conceitos de Aaker (1998) e Shank (1999).

Palavras-chave: Marketing do Esporte, Clubes Socioesportivos, Comportamento do Consumidor, Marca, Gestão do Esporte.

A oferta de disciplinas relacionadas à gestão esportiva nas instituições de ensino superior da região sudeste

Temática: Formação acadêmica em gestão do esporte e mercado de trabalho

Heidi Jancer Ferreira
Gabriela Maia Tonázio
Dallila Tâmara Benfica
Paulo Lanes Lobato
José Geraldo do Carmo Salles
Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, Brasil
hfjancer@yahoo.com.br

Resumo

O interesse crescente da população pela atividade física vem contribuindo para o aumento do número de clubes, associações esportivas, academias, centros de lazer, dentre outros tipos de espaços públicos e privados. Todas essas instituições esportivas e de lazer requerem uma administração eficiente e competente. Com isso, a demanda no mercado por profissionais que atuem especificamente na gestão desportiva tem crescido. Além disso, os megaeventos esportivos programados para serem realizados no país nos próximos anos solicitarão ainda mais profissionais formados na área da Educação Física, com conhecimento e experiência em gestão, organização e marketing. Inserido nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo verificar se durante a formação acadêmica em Educação Física existe, nas propostas curriculares das entidades formadoras, disciplinas específicas para conteúdos relacionados à gestão esportiva. Buscou-se identificar o número de instituições de Ensino Superior que ministram alguma disciplina relacionada à área, qual a carga horária média e em qual período são oferecidas. Foram analisadas 169 instituições, o que corresponde a 62% do total das cadastradas no Ministério da Educação nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A análise foi realizada através de buscas nas matrizes curriculares, nos sites de cada instituição. Os dados foram tabulados em Microsoft Excel e foi aplicada uma estatística descritiva. Em Minas Gerais, 98% das instituições oferecem pelo menos uma disciplina. Em São Paulo, 89% oferecem alguma matéria. No Rio de Janeiro, a parcela é de aproximadamente 86%. E no Espírito Santo, 100% das instituições analisadas ministram disciplinas específicas da área. Em toda a região Sudeste foram identificadas 338 disciplinas relacionadas à gestão e organização esportiva com carga horária média semestral de 45 horas, sendo oferecidas geralmente, a partir do 5º período. Desse total de disciplinas, somente 10 são oferecidas em caráter optativo. Conclui-se que quase a totalidade das instituições dispõe de pelo menos uma disciplina específica dos conteúdos analisados, resultado esse que parece positivo, já que indica a preocupação com a formação completa dos acadêmicos de Educação Física. Portanto, verificou-se que a formação teórica está sendo ofertada aos alunos. Entretanto, é preciso saber se eles têm buscado conhecimentos e experiência na prática extracurricular, fato determinante para a competência profissional.

Palavras-chave: Formação acadêmica, Disciplinas, Gestão do Esporte, Organização esportiva, Região sudeste.

Análise da gestão do esporte e lazer e sua relação com o planejamento e aplicabilidade das ações com as comunidades nos governos municipais da região metropolitana de fortaleza

Temática: Gestão de Políticas Públicas do Esporte

Carlos Américo Morais Ximenes
Federação Cearense de Atletismo, Fortaleza, Ceará, Brasil
americoximenes@hotmail.com

Resumo

A temática relacionada ao esporte e ao lazer e sua gestão por meio de políticas públicas fazem parte de grandes discussões atualmente, na área educacional, social e certamente política. O estudo teve como objetivo analisar as relações com o planejamento e as ações entre Gestão do Esporte e Lazer nas Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, buscando identificar se existe uma política esportiva e como se relaciona com a comunidade. Para realizar este trabalho foi utilizado como procedimento metodológico a aplicação de um questionário para o representante da comunidade e o encarregado pela administração de esporte no município. A População para a realização dessa pesquisa será formada por 5 (cinco), ou seja 38,46% das 13 (treze) Prefeituras dos Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza. Para compor a amostra serão escolhidos de forma aleatório 01 (um) membros da comunidade e 01(um) encarregado pela administração na área esportiva em cada Prefeitura dos Municípios da Região Metropolitana de Fortaleza. A coleta de dados fora realizada nos próprios municípios. Constata-se através dos resultados que o nível do sistema esportivo e de lazer dentro da estrutura organizacional pública e comunitária nos municípios na Região Metropolitana de Fortaleza, encontram-se em processo ainda assistencialista e não participativo. As ações com a Secretaria de Educação são eventuais, ou seja, não trabalham de forma integrada. Qualquer política publica para o desenvolvimento do olimpismo, que venha a ser implantado no Brasil precisa levar em consideração a Educação Física, o esporte, o lazer, a intersectoridade e os interesses de sua população.

Palavras Chaves: Gestão do Esporte, Esporte e Lazer, Planejamento esportivo.

A imagem do Esporte na tela: impacto, eficácia e relevância no tratamento editorial dos telejornais da TV aberta brasileira nos eventos esportivos

Temática: Marketing e Comunicação no Esporte

Mariângela Benine Ramos Silva
Neusa Maria Amaral
Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil
mariah@sercomtel.com.br

Resumo

Na sociedade imagética e tecnológica dos anos 2000, a espetacularização da realidade capitaneada pela mídia, notadamente a mídia televisiva, transforma pessoas em personagens e personagens em mitos. Para Belloni (2001), apud Nei Jorge dos Santos Júnior, a mídia distribui imagens e linguagens, construindo sistematicamente o imaginário de muitos jovens, por oferecer significações através de mitos, símbolos e representações, estereotipando valores, normas e modelos de comportamento. Com o advento da televisão, o espetáculo esportivo, que antes acontecia apenas para o deleite das arquibancadas, foi globalizado. A televisão multiplicou a platéia de milhares para criar a audiência e o mercado de milhões. Ao transmitir eventos que, por sua própria característica intrínseca, lida com atitudes que envolvem competição, trabalho em equipe, cooperação e principalmente superação, a mídia televisiva transforma a realidade em ficção. Uma ficção recheada de heróis que se configuram como exemplos a serem seguidos e copiados. Os espetáculos esportivos estão cada vez mais elaborados, cada vez mais espetaculares e, ao mesmo tempo, mais ajustados ao formato exigido pela mídia. Modificou-se tudo que foi necessário para seu novo formato, desde o ideal até as regras. Uma nova equação foi produzida: espetáculo esportivo mais mídia é igual a lucros milionários (PILATTI; VLASTUIN, 2004). A pesquisa busca compreender que tratamento é dado na mídia televisiva aos eventos esportivos, resultando na formação e disseminação da visão do esporte que é passada atualmente para a sociedade: o esporte como espetáculo, insinuador da possibilidade de ascensão socioeconômica, como mercadoria e item de consumo. As estratégias de marketing e de comunicação envolvendo o esporte podem ser consideradas as maiores responsáveis pela cifras milionárias que hoje envolvem os eventos esportivos.

Palavras-chave: Comunicação, Esporte, Eventos Esportivos, TV, Telejornais, Gestão do Esporte.

O professor de Educação Física na escola e a sua interação acadêmica com os professores das demais disciplinas curriculares

Temática: Gestão da Educação Física Escolar

João Vitor Faria Domingues
Paulo Henrique Azevêdo
Guilherme Nunes Pereira
Alex Schlottfeldt Santos
Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil
jfdesporte@gmail.com

Resumo

Por ser considerada uma instituição que presta serviços, a escola pode possuir dificuldades e impactos semelhantes em termos administrativos como as demais organizações. O papel do professor de Educação Física deve ser considerado como gerencial pelo fato de estar sempre ligado à contribuição para organização do trabalho, de forma a assumir responsabilidades sociais. Desta maneira, as questões relacionadas à interação do professor de Educação Física com os professores das demais disciplinas curriculares no ambiente escolar podem estar ligadas aos processos administrativos dentro da escola. O objetivo do presente estudo foi o de analisar a atuação do professor de Educação Física dentro do coletivo de professores das demais disciplinas curriculares. O estudo foi caracterizado como transversal e predominantemente quantitativo. Foi aplicado um questionário semiaberto a 32 professores de Educação Física do ensino fundamental da rede pública de ensino do Plano Piloto de Brasília. A análise estatística da pesquisa se deu de maneira descritiva e inferencial, esta última baseada no Teste Exato de Fisher. A partir dos resultados da pesquisa, observou-se uma maioria da amostra que nunca cursou disciplinas acerca da temática sobre gestão na faculdade, mas que entendem que conhecimentos relacionados a esta temática são importantes tanto para a formação profissional, quanto para a atuação no ambiente escolar. Além disso, demonstrou-se que há motivos para acreditar que os professores de Educação Física tenham iguais condições de participação, decisão e avaliação para as atividades previstas, tanto no planejamento pedagógico, quanto na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola.

Palavras-chave: Gestão, Educação Física, Interação Profissional, Gestão do Esporte.

O Profissional da Educação Física enquanto Gestor Desportivo

Temática: Formação Acadêmica em Gestão do Esporte

Wladimir Ramos Xavier
Ana Luiza Barbosa Vieira
Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil
analuzavieira@hotmail.com

Resumo

Contemporaneamente verifica-se com maior clareza que o universo de atuação do profissional em Educação Física não mais reduz-se às aulas e/ou treinos desportivos, sendo crescente a compreensão que a Gestão passou a ser indispensável a todos os atores do contexto desportivo. Os profissionais da Educação Física devem dispor de conhecimentos para planejar, organizar, gerir e avaliar: (i) empresas/eventos desportivos; (ii) planos de marketing; (iii) planos econômicos; (iv) estruturas físicas, organizacionais e de acessibilidade; (v) recursos humanos e não humanos; assim como na condução de outras ações, não menos importantes, quer de pequeno ou grande porte. No Brasil, notadamente em Pernambuco, é chegada a hora da Gestão Desportiva acontecer, contando com a participação efetiva do profissional da Educação Física. Desta forma, o estudo em pauta, propõe-se a verificar os conhecimentos e competências necessários a este profissional para atuar na área da Gestão Desportiva. Através de pesquisa exploratória, enquanto revisão de literatura, constatou-se que o mercado de trabalho não comporta mais gestores “amadores”, considerando que para gerir um acervo tão diversificado, necessário se faz dispor de conhecimentos específicos, também em outras áreas. As universidades têm procurado aprimorar seus currículos de graduação, e pós graduação, assim como ampliar suas ações de extensão, de forma a melhor qualificar o profissional de Educação Física, possibilitando que o mesmo atue com maior eficiência e eficácia enquanto Gestor Desportivo. Neste sentido, tradicionais instituições e respectivos pesquisadores, como: (i) Universidade do Porto - Portugal: Pedro Sarmento, Maria José Carvalho, António Manuel Fonseca, Cláudia Dias e Isabel Mesquita; (ii) Universidade de São Paulo - Brasil: Flávia da Cunha Bastos; (iii) Universidade de Extremadura - Espanha: María Perla Moreno Arroyo; através de aprofundadas investigações, têm indicado competências e conhecimentos, que o Profissional de Educação Física deve dispor para otimizar sua atuação no campo da Gestão Desportiva, entre os quais: (a) Desporto, (b) Planejamento Estratégico, (c) Legislação, (d) Liderança e Gestão de Pessoas, (e) Marketing. As discussões instauradas indicaram ainda que o Profissional da Educação Física deve interagir através da composição de equipes multiprofissionais, que atendam as necessárias e diversificadas áreas do conhecimento correlato à Gestão Desportiva.

Palavras-chave: Gestão do Esporte, Profissional de Educação Física, Competências.

Laboratório de Gestão do Esporte do Estado do Ceará: um estudo exploratório

Temática: Formação Acadêmica em Gestão do Esporte e Mercado de Trabalho

Daiany Mayara de França
Instituto CUCA, Fortaleza, Ceará, Brasil
daianyfranca@gmail.com

Resumo

O profissional de Educação Física que deseja atuar na gestão do esporte moderno necessitará de um perfil diferenciado, devendo, portanto, ter conhecimento dos esportes, habilidades em negociação, planejamento estratégico, proatividade, paciência, conhecimento jurídico, habilidades contábeis, know how para motivar pessoas e supervisioná-las (VIEIRA e STUCCHI, 2007). Entendendo isto, profissionais de Educação Física cearenses, desenvolveram o Laboratório de Gestão Esportiva do Estado do Ceará (LabGe|Ce), que teve a proposta de aproximar o meio acadêmico ao mercado profissional, educar, incentivar, apoiar, ser fonte de informação e recurso de formação continuada para acadêmicos e graduados em Educação Física e demais profissionais do Esporte. Sendo assim, este artigo tem o objetivo de apresentar os principais resultados alcançados pelo LabGe|Ce, expressando, através de dados quantitativos, o que foi produzido até o presente momento. Deste modo, catalogamos as principais ações desenvolvidas pelo laboratório. Em sete meses de trabalho (julho de 2010 a fevereiro de 2011), o LabGe|CE atuou na capital cearense e duas cidades do interior. Ao todo foram realizados 6 palestras, 2 encontros, 2 workshops e 1 seminário. Cerca de 400 pessoas participaram dos eventos descritos acima. Entretanto, entende-se que, para um estado com 18 Instituições de Ensino Superior (IES) ofertando curso de Educação Física e o Conselho Regional de Educação Física da 5ª Região (CREF 5) com mais de 6.000 mil profissionais registrados, a participação deveria ter sido maior. Por isso, o projeto passa por uma reformulação, a fim de reanimar a participação de alguns e conquistar a adesão de outros.

Palavras-chave: Gestão do Esporte, Educação Física, Eventos.

Implementação de Gestão Profissional na CBJ: um estudo de caso

Temática: Gestão de Organizações Esportivas

Leandro Mazzei
leandromazzei@gmail.com
Douglas Eduardo de Brito Vieira
Uniban Brasil – São Paulo – São Paulo – Brasil
debvieira@uol.com.br
Antenor Magno da Silva Neto
Universidade Presbiteriana Mackenzie – Barueri – São Paulo – Brasil
antena@uol.com.br
Flávia da Cunha Bastos
Universidade de São Paulo – São Paulo – São Paulo – Brasil
flaviacb@usp.br

Resumo

“O judô retorna do Mundial de Paris com seis medalhas, sendo cinco nas disputas individuais e segundo lugar por equipes. É o melhor resultado da história da modalidade, que investe R\$ 5 milhões na preparação da equipe nesse último ano do ciclo olímpico, informam seus dirigentes. Finalmente, assim como o vôlei, presente na maioria das finais internacionais, o judô demonstra estar no caminho da gestão profissional do esporte” (CRUZ, 2011). No início dos anos 1990, a Confederação Brasileira de Judô foi condenada por irregularidades que impediram que a instituição tivesse direito ao repasse de verbas federais (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001). Após o clássico período denominado “Era Mamede”, a uma nova gestão da CBJ teve o grande desafio de, segundo vários judocas Olímpicos, “colocar a CBJ em ordem”. O objetivo deste trabalho foi identificar as principais medidas da CBJ, realizadas entre 2001 e 2010, no sentido da profissionalização da gestão da entidade. Foi realizada pesquisa explicativa, quanto aos fins e quanto aos meios, se caracterizando como estudo de caso e pesquisa bibliográfica, segundo os conceitos de Vergara (2010) e Almeida (2011). As fontes utilizadas foram secundárias, oriundas de reportagens e conteúdos disponíveis em sites especializados sobre o judô no Brasil, além do levantamento de notícias e análise do site oficial da CBJ. Os resultados obtidos quanto as principais mudanças na gestão da CBJ foram analisados sob dois aspectos, segundo Pires (2003, 2005): ações no planejamento operacional (não-esportivos) e ações no planejamento tático (esportivos). No âmbito operacional, as principais ações identificadas foram: a articulação do vértice estratégico, que possibilitou o retorno de repasse de verbas oriundas do poder público-federal, a disseminação do judô para diferentes regiões do país e a profissionalização de departamentos presentes na estrutura organizacional, como o setor de marketing e eventos, que resultou nos atuais nove contratos de patrocínio da entidade. No âmbito esportivo as ações verificadas foram: a implantação de planejamento visando os ciclos Olímpicos, a estruturação de equipes técnicas multidisciplinares, o investimento em equipes permanentes de alto rendimento, com trabalho diferenciado para equipes masculinas e femininas, que contemplam as classes adulta, sub-20 e sub-17. Conclui-se que as ações de potencialização de alguns departamentos e a profissionalização e o planejamento em longo prazo dos mesmos possibilitaram a melhora da gestão da CBJ, principalmente no que se refere à captação de recursos e consequente investimento no judô de alto rendimento, que se reflete nos resultados técnicos obtidos.

Palavras-chave: Gestão do Esporte, Judô, Gestão Profissional, Federação Esportiva

O impacto da tributação na retenção de clientes

Temática: Economia, Finança e Gestão do Esporte

Carlos Henrique Virtuoso da Silva
Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
consultor@carlosvirtuoso.com.br

Resumo

Um dos grandes problemas das entidades desportivas principalmente os clubes e academias estão relacionados a retenção de clientes. Verificamos que para uma boa retenção é necessário que toda a entidade esteja cumprindo seu papel estratégico e como exemplo iremos exemplificar as academias que na maioria das vezes não se preocupam com estratégias empresariais e sofrem com problemas de retenção. Apresentamos uma abordagem de mudança de tributação empresarial deste tipo de empresa, no caso academias, onde na sua maioria são tributadas pelo simples nacional para proporcionar reduções de impostos e indicamos a mudança pelo sistema de tributação do lucro real onde neste caso poderemos oferecer benefícios de participação nos lucros para os profissionais de educação física e demais colaboradores da academia e tais participações poderão ser deduzidas do imposto de renda pessoa jurídica, causando um ganho tributário e motivacional. Neste caso os colaboradores mais motivados proporcionarão aos clientes melhores tratamentos e isto aumentará a retenção da academia. Detalharemos a diferença entre os sistemas tributários e os benefícios proporcionados aos colaboradores sem causar altos impactos financeiros a empresa e em alguns casos as empresas proporcionarão estes benefícios e ainda terão redução de custos empresariais e aumento de sua retenção e aumento de clientela constante.

Palavras-chave: Retenção, Tributos, Motivação, Gestão do Esporte.

O papel de atuação dos gestores em relação aos professores de Educação Física

Temática: Formação acadêmica em Gestão do Esporte e Mercado de Trabalho

Ronaldo Rodrigues da Silva
Norberto Barbosa da Silva
Universidade Católica de Brasília - UCB, Águas Claras, DF, Brasil
ronaldorodriguesdasilva1@gmail.com

Resumo

Os papéis de atuação dos profissionais de segmentos esportivos muitas das vezes se confundem na aplicabilidade da profissão. Foi pensando nisso que essa pesquisa teve como objetivo diferenciar e analisar o papel de atuação dos gestores desportivos em relação aos professores de educação física. Foi utilizada uma pesquisa qualitativa exploratória, com uma população de alunos de uma instituição de ensino superior do curso de educação física. A amostra foi composta de n= 50 alunos dos últimos semestres (5º e 6º) de ambos os sexos que estudam no período noturno futuros formandos em Bacharelado e em licenciatura. A faixa etária ficou entre 22 a 25 anos. Foi utilizado um instrumento que constava 07 questões com atribuições do gestor desportivo e o profissional de educação física. Coleta de dados foi realizada no período de agosto a setembro de 2011. As relações de educador e gestor passam por processos semelhantes em condições de atuação em seus devidos cenários. Não obstante devemos lembrar que funções distintas para cargos distintos requerem dos seus atores habilidade, competência e conhecimento. O gestor atuando na parte administrativa e coordenativa já o professor ministrando e organizando seus eventos. Esses papéis em determinado tempo se cruzam até se confundem nessa relação, ministrar, organizar, gerenciar, desenvolver, ensinar e protagonizar as suas competências. Cabe a esses profissionais atuarem em cenários distintos onde cada um seja conhecedor de seus direitos e deveres. O profissional de educação física conhecedor do esporte em todas as suas vertentes, conhecedor seu campo de atuação, torna-se apto a lidar com qualquer tema relacionado ao esporte. Basta saber onde atuar sem incomodar ou entrar no campo de atuação de terceiros sem ter habilitação para trabalhar.

Palavras-chave: Papel da atuação, Gestão, Professores de educação física, Gestão do Esporte.

Perfil do Gestor Esportivo da Cidade de Lajedo – Pernambuco, Brasil

Temática: Formação Acadêmica em Gestão do Esporte e Mercado de Trabalho

Thiago Seixas dos Santos
Pierre Tavares
Associação Caruaruense de Ensino Superior, Caruaru, Pernambuco, Brasil
thiseixas@msn.com
José Pedro Sarmento
Faculdade de Desporto, Porto, Portugal
Vilde Menezes
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

Resumo

Atualmente é possível perceber que a gestão esportiva tem obtido reconhecida importância, enquanto área de atuação profissional na educação física, contudo, em virtude de fatores como o crescimento da indústria do esporte, dos grandes eventos esportivos que serão realizados no Brasil, contudo ainda é possível observar um grande amadorismo na gestão do esporte nas mais diversas áreas de atuação (clubes, federações, governos, etc.), uma vez que grande parte dos gestores esportivos do Brasil ainda não possuem formação específica para uma atuação eficaz. Neste sentido, o objetivo da presente pesquisa foi verificar o perfil sociocultural do gestor esportivo do município de Lajedo, no interior do estado de Pernambuco, como primeira etapa para o delineamento do perfil do gestor esportivo do agreste do estado de Pernambuco, haja vista que nos interiores há uma carência ainda maior de formação específica em gestão do esporte, se comparados com as capitais. A grande preocupação ou problemática da pesquisa reside no fato de Pernambuco estar vivenciando um momento importante de crescimento econômico, além de ser sede confirmada para a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e da aclimação para os Jogos Olímpicos em 2016, proporcionando mais oportunidades para a indústria do esporte local. A pesquisa ainda encontra-se em andamento e a metodologia quantitativa foi utilizada, através de um questionário validado em 2010 na Universidade do Porto, Portugal. O instrumento foi aplicado com o gestor esportivo de nível mais elevado na hierarquia das prefeituras da cidade de Lajedo, situada no Agreste Setentrional do estado de Pernambuco. O estudo aponta a falta de qualificação específica para atuação na gestão do esporte no âmbito municipal, além do gestor esportivo do município pesquisado não possuir a formação específica na área da educação física ou do esporte. Ainda constatou-se que o mesmo atua como gestor esportivo há 14 anos, foi atleta, é natural do município de Lajedo e utiliza o seu tempo na organização predominantemente em função do planejamento de atividades.

Palavras-chave: Gestão, Qualificação, Esporte, Gestão do Esporte.

Programa Segundo Tempo para Pessoas com Deficiência: mais um avanço no cenário esportivo nacional

Temática: Gestão de Políticas Públicas do Esporte

Dallila Tâmara Benfica
Gabriela Maia Tonazio
Heidi Jancer Ferreira
Paulo Lanes Lobato
Eveline Torres Pereira

Universidade Federal de Viçosa – Viçosa – Minas Gerais – Brasil
dallilaveloso@yahoo.com.br

Resumo

O programa Segundo Tempo (PST) é uma iniciativa do governo federal, desenvolvido pelo Ministério do Esporte que, após alguns anos de sua implantação e o alcance de resultados satisfatórios se expandiu criando uma nova modalidade: PST para Pessoas com Deficiência. Tem como objetivo fundamental a democratização do acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças e jovens com algum tipo de deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social. Considerando os inúmeros benefícios físicos, psíquicos e sociais que a prática de atividade física proporciona às pessoas com deficiência, faz-se necessária a construção e aplicação de programas esportivos, sob uma gestão eficiente que garanta seu bom funcionamento. Este trabalho busca, portanto, levantar características básicas para compor o perfil do gestor do PST para Pessoa com Deficiência. Após análise das diretrizes de todos os programas Segundo Tempo e breve revisão bibliográfica sobre gestão esportiva, foram elencadas algumas características fundamentais que os coordenadores deste novo projeto devem apresentar. O gestor ou o coordenador pedagógico deve ser capaz de planejar, organizar, acompanhar e orientar recursos tecnológicos, humanos e financeiros do programa, a fim de prevenir ou encontrar soluções para problemas de qualquer espécie. Ele deve apresentar e promover dinamismo e adequada comunicação entre membros do programa, facilitando o funcionamento do núcleo. Precisa ter conhecimento técnico, ser motivador da cooperação, da compreensão das diferenças e integração das pessoas com e sem deficiência e, sobretudo, conhecer e enxergar cada indivíduo acima de sua deficiência ou limitação. Da mesma forma, aplicar todo conhecimento necessário acerca das especificidades dos alunos assistidos pelo projeto, considerando também os contextos familiares dos quais os alunos se originam, de forma a criar estratégias que favoreçam a inserção e a permanência destes nas atividades propostas. Por fim, e não menos importante, o gestor, além de coordenar e fiscalizar as ações dos monitores, deve ter a percepção e a sensibilidade para as peculiaridades que as pessoas com deficiência apresentam. O referido programa representa um avanço no contexto esportivo nacional e, conseqüentemente, no processo de inclusão social. Porém seu sucesso depende diretamente da existência de gestores competentes que se encaixam no “perfil” encontrado neste trabalho. Esses coordenadores pedagógicos não podem demonstrar apenas carisma ou intuição, mas sim conhecimento, competência, profissionalismo e constante atualização profissional. Devem, portanto, fazer acontecer.

Palavras-chave: PST, Pessoa com Deficiência, Gestão, Gestão do Esporte.

Estádio Mané Garrincha: rentável após a Copa?

Temática: Gestão de Instalações Esportivas

Rachel Meira Lopes de Castro Joffily

rjoffily@hotmail.com

Alano Nogueira Matias

alano.nogueira@gmail.com

Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, DF, Brasil

Resumo

É de conhecimento geral, tanto no Brasil como no contexto mundial, que a Copa do Mundo de Futebol FIFA de 2014 será realizada no Brasil. Para que este evento aconteça, não só Brasília, mas também todas as cidades sedes que receberão os jogos da Copa possuem um projeto que visa à construção ou reforma de seus estádios para possibilitar a realização do evento, dentro das exigências da FIFA. A partir da decisão de que o Brasil iria sediar a Copa, surgiu o interesse por desenvolver esta pesquisa, cujo tema é analisar o projeto de reforma do Estádio Mané Garrincha de Brasília, no que tange a sua rentabilidade futura quanto a custos de manutenção. O objetivo da análise foi avaliar o gerenciamento de projeto da reforma do Estádio, considerando este como uma ferramenta importante para garantir a rentabilidade do espaço após a Copa do Mundo. A metodologia utilizada foi à abordagem qualitativa de pesquisa que possibilitou compreender os diversos fatores que estão implicados no gerenciamento de projeto e gestão de instalações esportivas. Para o levantamento de dados foram utilizados como instrumentos: análise documental, entrevistas e questionários. Por meio da análise dos dados, foi possível constatar que existem controvérsias quanto à garantia de rentabilidade do Estádio após a Copa do Mundo. O projeto de reforma do Estádio de Brasília visa transformar o Mané Garrincha em uma Arena Multiuso. Após a entrega do Estádio reformado o maior desafio do Governo do Distrito Federal (GDF) será a efetivação da rentabilidade do mesmo. Solucionar esse desafio pode compor a justificativa dos investimentos financeiros realizados, assim como, utilizar o espaço para beneficiar a população, incentivar o esporte e promover desenvolvimento para a cidade.

Palavras-Chaves: Gestão de Projetos, Gestão de Arenas Esportivas, Copa do Mundo 2014, Rentabilidade.

Mega Eventos e seus legados: considerações pós Copa do Mundo 2014 na cidade sede Recife

Temática: Gestão de Eventos Esportivos

Akaine Rodrigues
Catarina da Silva Gama
Thiago Araújo Ribeiro
Vilde Menezes
Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, Brasil
akaine.rodrigues@yahoo.com.br

Resumo

Os Megaeventos Esportivos se constituíram, sobretudo, a partir de 1980, em um importante fenômeno midiático e de consumo. Países no mundo inteiro realizam campanhas e mobilizações gigantescas, objetivando a captação e o sediamentos desses fenômenos. Em 2014 um importantíssimo megaevento, a Copa do Mundo, será realizado no Brasil, sendo Recife uma das cidades escolhidas como sede. Assim sendo, o presente estudo se propõe a identificar, a partir de 1980, a relação entre Legados e Espólios do Megaevento Esportivo Copa do Mundo nas cidades em que o mesmo ocorreu, e assim, identificar as possíveis mudanças e intervenções urbanísticas na cidade do Recife após esse grandioso evento. Metodologicamente o estudo trilhará por uma pesquisa de corte bibliográfico e documental, tendo por escopo a identificação dos limites e possibilidades decorrentes desses megaeventos. Provisoriamente, o estudo tem apontado como resultado três importantes dimensões: a) Um incrementos significativo em sua infraestrutura, malha viária e aeroviária; b) Denúncias e comprovação de corrupção e malversação ao dinheiro público; c) Prováveis benefícios trazidos à população após um Megaevento desse porte antes, durante e após um megaevento desse porte. Trata-se, por fim, de um grande conjunto de intervenções na cidade como um todo, sendo este, um momento decisivo do planejamento e para a evolução da cidade do Recife.

Palavras-chave: Mega Eventos, Estado, Republicano, Gestão do Esporte.

Efeito da Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana FAMFS na (co) gestão de políticas públicas de esporte do Ministério do Esporte

Temática: Gestão de Políticas Públicas de Esporte

Renildo Rossi Jr
Doutorando na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal
renildorossi@famfs.org
Antonino Pereira
Escola Superior de Educação de Viseu, Viseu, Portugal
apereira@esev.ipv.pt
Roselene de Alencar
Universidade Federal da Bahia
roca_alencar@hotmail.com

Resumo

A FAMFS, idealizada em 1988 e constituída em 1990, pela então Juíza da Infância e Juventude da Comarca de Feira de Santana, Dra. Lourdesronha Trindade, no exercício de suas atividades, já atendeu a 300 mil crianças e adolescentes, gerando mais de 10.000 mil postos de trabalho e renda a famílias menos favorecidas, forneceu mais de 15 milhões de kits alimentação, distribuídos para 134 municípios baianos através dos projetos esportivos sociais do Ministério do Esporte. Além disto, fabricou mais de 1.600.000 itens de materiais esportivos, distribuídos para programas sociais deste país e de mais 105 países do mundo. Nesse sentido o nosso estudo tem como objetivos: estudar o papel da FAMFS na dinamização e utilização do desporto na inclusão social em Feira de Santana, estado da Bahia. Em segundo lugar, procuraremos compreender o efeito local do desporto na inclusão, empreendedorismo social e conservação ambiental. E por último, verificar o nível de cooperação e diálogo existente entre as diferentes instâncias de gestão política desportiva nacional, regional e local. Para os fins da presente proposta de estudo, faremos uso do método etnográfico de pesquisa. Temos o intuito de traçar um panorama e análise da atuação da FAMFS em parceria com o Ministério do Esporte nos últimos anos, mediante a análise no banco de dados da instituição. Esta análise preliminar possibilitará a seleção de atores sociais, dentro deste grupo, para realizar entrevistas em profundidade. O roteiro destas entrevistas será norteado por questões que versam sobre a percepção na mudança social, econômica e ambiental frente à experiência de participar dos programas esportivos de inclusão social. Este estudo está integrado num projeto de tese de doutoramento que se encontra em desenvolvimento, com previsão de conclusão até Junho de 2013.

Palavras-chave: Gestão, Esporte, Políticas Públicas, Gestão do Esporte.

Análise da característica do perfil dos dirigentes das equipes e percepção dos mesmos sobre o campeonato de futebol sete denominado Joinville Cup 2011

Temática: Marketing e Comunicação no Esporte

Douglas Strelow
Jairo Anello
UNIVILLE, Joinville, Santa Catarina, Brasil
dougstrelow@ig.com.br

Resumo

O marketing esportivo é uma realidade dentro da indústria do esporte. A mídia que antes demonstrava pouco interesse em consumir o esporte, passou a ser uma das mais interessadas em ganhar espaço nele. O formato mais comum de vender o esporte é por meio dos eventos esportivos. Neste trabalho, foi escolhido para análise o evento denominado Joinville Cup. A Joinville Cup é um campeonato de Futebol Sete oficial, vinculado a Federação de Futebol 7 e a Confederação de Futebol 7 do Brasil, disputado em grama sintética e esta na sua terceira edição. O objetivo foi analisar a característica do perfil dos dirigentes das equipes e a percepção dos mesmos sobre o campeonato. O campeonato tem a participação de 28 equipes. Desta forma, a população e a amostra foram de 28 pessoas, um representante de cada equipe. Para analisar a amostra foi utilizado como instrumento um questionário com perguntas abertas e fechadas, subdividido em "Perfil do Dirigente" e "Sobre a Joinville Cup". Com base na análise de resultados, é possível sugerir melhorias para a competição, como aperfeiçoar a relação com equipes ao longo do ano por meio de mini-competições; jogos amistosos; torneios rápidos; premiação para equipes mais organizadas. Já com base nas informações dos dirigentes, sugere-se à organização a prospecção de patrocinadores alinhados ao perfil encontrado.

Palavras-chave: Eventos Esportivos, Dirigentes Esportivos, Marketing Esportivo, Joinville Cup, Gestão do Esporte.

Comunicações Orais

Análise da gestão de equipamentos esportivos municipais do Recife-PE

Temática: Gestão de Instalações Esportivas

Carlos Augusto Mulatinho de Queiroz Pedroso
carlosaugustomulatinho@gmail.com

Vilde Gomes de Menezes
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, Pernambuco, Brasil

José Pedro Sarmento de Rebocho Lopes
Thiago Coelho de Aguiar Silva

Universidade do Porto, Porto, Portugal
Luciano Flávio da Silva Leonídio

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, Recife, Pernambuco, Brasil
Thiago Seixas dos Santos

Faculdade Boa Viagem, Recife, Pernambuco, Brasil

Resumo

Para garantir que o esporte cumpra seu papel enquanto elemento fundamental para a qualidade de vida da população é essencial a existência de espaços esportivos adequados, tornando-os fundamentais na malha urbana da cidade. Este estudo analisa a gestão dos Equipamentos Esportivos da Cidade do Recife-PE, Brasil. Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, que, utiliza a entrevista semiestruturada, com procedimentos de análise de conteúdo dos gestores entrevistados e da Lei Orgânica e do Plano Diretor da Cidade, procedimento fundamentado Bardin (2007), e interpretados a partir da literatura comum das Ciências Sociais e do Desporto. O estudo conclui, entre outros aspectos, que os equipamentos esportivos do Recife são geridos por um modelo de gestão direta com a participação popular. Há ausência de procedimentos gerenciais fundamentais para a eficácia na gestão dos equipamentos, decorrente da falta de uma equipe especializada e multidisciplinar.

Palavras-chave: Cidade, Esporte, Gestão, Equipamentos Esportivos, Gestão do Esporte.

Abstract

To ensure that Sport plays its role as a key element for quality of life is essential that the appropriate sports places, making them essential in the urban city. This study examines the management of Sports Equipment City of Recife, Pernambuco, Brazil. It is a qualitative study, which uses semi-structured interview, with procedures for content analysis of the managers interviewed and the Organic Law and the City's Master Plan, a procedure based Bardin (2007), and interpreted from the literature common Social Sciences and Sport. The study concludes, among other things, that the sports equipment of Recife are managed by a management model with direct popular participation. There is no key management procedures of the effective management of equipment, due to the lack of a specialized and multidisciplinary team.

Keywords: City, Sports, Management, Sports Equipment, Sports Management.

Análise da gestão de equipamentos esportivos municipais do Recife-PE

Introdução

A cidade é compreendida como um componente singular na relação com seus cidadãos. Ora, a cidade é o palco para o exercício da cidadania, dos direitos e deveres garantidos pela Constituição, dentre eles, o direito ao esporte.

Perroux (1981 citado por Cunha, 2007) afirma que o esporte é uma atividade humana que transcende a partir dos projetos de vida de cada indivíduo, sendo assim, o autor afirma que os equipamentos esportivos devem responder às aspirações daqueles que são escolhidos como os destinatários ou utilizadores dos equipamentos.

Nesse aspecto, é necessário que a cidade ofereça uma diversidade de equipamentos esportivos, uma vez que esses equipamentos devem possibilitar maior acessibilidade da população à prática esportiva. Para que isso se torne realidade, é importante que o poder público cumpra seu papel social e político, planejando, construindo e mantendo os equipamentos levando em consideração as necessidades da população (Graça, 1998).

Objetivos do estudo

Esta investigação tem por objetivo analisar o processo de Gestão de Equipamentos Esportivos no âmbito municipal, especificamente na cidade do Recife-PE.

Revisão de Literatura

As infraestruturas esportivas devem ser pensadas e planejadas no sentido de que se integrem à malha urbana, devendo ser distribuídas de forma harmoniosa, considerando as carências em termos de tipologia, bem como para atender às necessidades dos diversos tipos e níveis de prática esportiva (Pedroso, 2010).

O esporte como reflexo de sua coletividade pode assumir um papel segregador dos equipamentos esportivos, uma vez que os equipamentos esportivos encontram-se nas áreas mais nobres das cidades (Bittar, 1992; Matos, 2009).

No Brasil, o debate sobre os equipamentos esportivos é embrionário e recente. Telles (2006) afirma que o conhecimento e a circulação de informações sobre a temática é incipiente, e a literatura existente tem um pouco mais de meio século.

Segundo Cunha (2007), a função de um equipamento esportivo é oferecer sistematicamente uma opção de espaço para a prática esportiva em um local especificado. O autor complementa explicando que a identificação e o registro desses equipamentos esportivos contribuem para o reconhecimento do nível de equipamento urbano das populações, além de ser um dado fundamental para determinar a qualidade de vida em matéria de esporte.

A existência de uma rede adequada de equipamentos esportivos facilita o desenvolvimento do sistema esportivo e incrementa suas possibilidades de financiamentos. Portanto, para dispor de uma infraestrutura básica, tem de construí-la com a premissa de que será suficiente para a demanda existente, e de que a prática esportiva gerará demandas de espaços esportivos, e conseqüentemente deve permitir a adaptação e remodelação dos equipamentos já existentes (Gallardo e Jiménez, 2004).

Desse modo, para que exista uma gestão consistente e eficaz de equipamentos esportivos, é essencial que o órgão responsável esteja balizado em procedimentos como planejamento, modelo de gestão, construção e manutenção de equipamentos.

Oliveira e DaCosta (2006) afirmam que é imprescindível sair do empirismo excessivo e levar em consideração os estudos e as análises científicas na área dos equipamentos esportivos.

Com isso a gestão de equipamentos esportivos é uma tarefa complexa que exige a coordenação de recursos humanos, bem como planejar desde a concepção à construção da instalação, além de assegurar os recursos necessários para seu funcionamento e ter de empreender soluções rápidas para os desafios que surgem cada vez mais no seio da sociedade.

Segundo Constantino (1999):

Por gestão de equipamentos entende-se o conjunto de procedimentos que têm por objectivo a optimização social, desportiva ou económica dos mesmos. Objectivos naturalmente diferentes face a um equipamento privado, associativo ou público. (Constantino, 1999, p. 91).

A intenção metodológica desta pesquisa, além de aprofundar as questões teóricas, é partir para o campo empírico, que, de acordo com as opções assumidas, trata-se de uma pesquisa qualitativo-analítica, balizada em procedimentos de registro, análise e correlação dos dados.

Metodologia

Ao desenvolver um estudo sobre os equipamentos esportivos na cidade do Recife-PE, inicialmente, buscam-se as contribuições de autores que investigam a temática, ou seja, uma fase exploratória, para saber até que ponto este tema foi desenvolvido. Porém, só a discussão teórica parece ser pouco para as pretensões deste estudo.

Nesse sentido, por se tratar de uma pesquisa descritiva, opta-se pela técnica de entrevista, mais especificamente, a entrevista semiestruturada consubstanciada em Bardin (2007), com a intenção de captar as informações desejadas para posteriormente transformar em dados. As categorias utilizadas foram: A - Esporte e Cidade; B - Gestão de Equipamentos Esportivos. Esta última categoria foi subdividida em: B1 – Planejamento e Construção de Equipamentos Esportivos; B2 – Acessibilidade aos Equipamentos Esportivos; B3 – Manutenção de Equipamentos Esportivos; B4 – Gestão de Programas e Atividades; B5 – Modelos de Gestão de Equipamentos Esportivos.

O procedimento da pesquisa documental realizou-se no período de 5 de janeiro a 10 de abril de 2010 nas dependências da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), na Câmara Municipal do Recife e na Empresa de Urbanização do Recife (URB). As entrevistas realizaram-se de 10 de abril a 10 de maio de 2010 na Prefeitura da Cidade do Recife e na Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife (Emlurb).

Para definir a constituição do grupo de entrevistados, consubstanciamos-nos em Quivy e Campenhoudt (2008) no aspecto relacionado com as pessoas úteis a serem entrevistadas.

Nesse sentido, buscou-se entrevistar gestores, que, de acordo com López e Luna-Arocas (2000, p. 90), sejam: “[...] responsável pela gestão planejamento, organização, direção, controle e realização de programas e instalações esportivas, seja ela profissional contratado, ou na não existência deste, o membro do corpo diretivo responsável.” Sendo assim, os sujeitos do estudo, foram o gestor de equipamentos esportivos da Autarquia Geraldo Magalhães, o gestor da Secretaria Especial de Gestão e Planejamento da Cidade e por fim o gestor da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana (Emlurb).

Resultados

Os resultados da pesquisa foram organizados em quadros expositivos com o discurso dos entrevistados. Segue abaixo os principais resultados obtidos, que na seção seguinte serão discutidos.

Quadro 1: Participação popular na gestão dos equipamentos esportivos

Participação Popular na Gestão dos Equipamentos Esportivos	
Secretaria de Educação, Esporte e Lazer – Geraldão	“Por meio dessas comissões, em que cada grupo, que usa os equipamentos e quer usar o equipamento, manda um representante e debatemos desde uma reforma, desde as prioridades, as atividades.”
Secretaria Especial de Gestão e Planejamento	“[...] no Orçamento Participativo, nos fóruns do Orçamento Participativo, nas reuniões quinzenais do Orçamento Participativo, tudo daquela comunidade em questão é discutido, e isso, com certeza, passa pelos equipamentos esportivos.”
Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb)	“Existe a participação popular que nós chamamos de ‘amigos da praça’ [...] Então na praça que tiver equipamentos, aqueles amigos da praça procuram da melhor forma possível fazer com que a população do entorno não venha depredar os equipamentos.”

Quadro 2: Modelo de gestão de equipamentos esportivos adotado

Modelo de Gestão de Equipamentos Esportivos adotado	
Secretaria de Educação, Esporte e Lazer - Geraldão	“Gestão direta, mas o que podemos dizer é que é uma gestão direta e participativa. Temos o projeto das comissões de usuários, uma comissão dos equipamentos de esporte e lazer; uma comissão pode ser referencial de um equipamento ou de mais equipamentos.”
Secretaria Especial de Gestão e Planejamento	“Dependendo do equipamento, como disse, alguns são adotados, por exemplo, uma empresa se responsabiliza pela manutenção, é uma empresa ou um consócio de empresas; no Parque da Jaqueira é a Nestlé, e ela mantém, mas as atividades, o calendário das atividades, isso é a Prefeitura que organiza e promove. Enfim, os equipamentos esportivos em si, de forma geral, é a Prefeitura que faz.”
Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb)	“É uma gestão direta; só parte dos órgãos da Prefeitura gerencia os espaços, como a Emlurb e o ‘Geraldão’, e fica disposição da população.”

Quadro 3: Órgão responsável pela gestão dos equipamentos esportivos

Órgão responsável pela Gestão dos Equipamentos Esportivos	
Secretaria de Educação, Esporte e Lazer - Geraldão	“O ‘Geraldão’, que é o Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, é a autarquia responsável pelas políticas de esporte e lazer no município. Quanto aos órgãos que auxiliam, sabemos que na questão do esporte e lazer é uma questão intersetorial, por isso envolve a Emlurb, envolve a Secretaria de Saúde. Temos convênio também com a Secretaria de Assistência Social.”
Secretaria Especial de Gestão e Planejamento	“Dependendo do equipamento, é a Secretaria de Saúde que faz a gestão; tem equipamentos que é a Secretaria de Educação que faz, por meio do ‘Geraldão’ que faz essa gestão, e dependendo mesmo dos equipamentos, a gestão é feita pela própria Emlurb. Esses órgãos se auxiliam .”
Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb)	“Os equipamentos de forma geral, seria o ‘Geraldão’, mas os equipamentos, no caso das Academias da Cidade, são geridos pela Secretaria de Saúde.”

Quadro 4: Órgão responsável pela formulação e planejamento dos equipamentos esportivos

Órgão responsável pela Formulação e Planejamento dos Equipamentos Esportivos	
Secretaria de Educação, Esporte e Lazer - Geraldão	“[...] A Secretaria de Planejamento é o órgão responsável. Os equipamentos de esporte e lazer da cidade que estão sendo construídos têm a participação direta do ‘Geraldão’ [...] a partir do Orçamento Participativo, muitas demandas surgem, e a formulação, o planejamento dos equipamentos tem componente técnico.”
Secretaria Especial de Gestão e Planejamento	“[...] Essa ação é planejada pelo ‘Geraldão’, ou seja, planejada pela Secretaria de Saúde.”
Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb)	“[...] Secretaria de Planejamento.”

Quadro 5: Garantia de acesso aos equipamentos esportivos

Garantia de Acesso aos Equipamentos Esportivos	
Secretaria de Educação, Esporte e Lazer - Geraldão	“Isso é muito importante, a questão da democratização, porque sabemos que um equipamento de esporte e lazer, se deixá-lo ali, sem nenhuma supervisão, sem uma administração, prevalece a lei do mais forte”
Secretaria Especial de Gestão e Planejamento	“Em relação à acessibilidade do ponto de vista de inclusão dos portadores de necessidades especiais, todos os novos equipamentos eles tem, isso é uma lei. [...] Além dessa questão, o que a Prefeitura faz é a sinalização dos espaços públicos, dos equipamentos públicos que estimulam a prática desportiva, e com recursos públicos contrata os monitores, pessoas preparadas para orientar esse tipo de prática. A Prefeitura dá um passo em direção de contribuir para garantir o acesso da população ao esporte.”
Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb)	“No caso das quadras poliesportivas do ‘Geraldão’, tem uns critérios que eles usam para coordenar as atividades como o jogo de futebol, o jogo de vôlei, para não haver conflitos de horário [...]”

Discussão

A experiência da gestão dos equipamentos esportivos no município do Recife tem-se caracterizado por procedimentos de gestão participativa, verificados no Quadro 1, decorrentes de uma postura democrática adotada pela Prefeitura; a participação popular ocorre desde os fóruns dos utilizadores, perpassando pelo Orçamento Participativo, e por fim como “amigos da praça”.

Contudo, pode-se verificar no Quadro 2 que, apesar de ter como característica predominante a participação popular desde o planejamento até a gestão dos equipamentos, os equipamentos esportivos da cidade do Recife são geridos de acordo com o modelo de gestão direta.

Nesta perspectiva, nota-se uma aproximação dos discursos dos entrevistados com a teoria acerca dos modelos de gestão direta defendida por Sarmento e Pinto (2004), Sancho (2003) e Constantino (1999), na qual órgãos da Prefeitura ou empresas municipais são responsáveis diretos pela administração dos espaços.

No que diz respeito à participação popular na gestão de políticas públicas, no caso mais específico dos equipamentos, nota-se, uma aderência a Menezes (2009) no sentido de que é fundamental a participação popular no processo de decisão e priorização das políticas públicas em contato direto com os gestores.

É bem verdade que o modelo de gestão adotado e a participação popular existente contribuem para resolver as demandas que surgem quanto aos equipamentos esportivos na cidade, mas esses elementos,

por si só, não garantem uma qualidade do esporte a ser praticado pela população.

No aspecto do planejamento, os discursos dos entrevistados apontam novamente para a participação popular, porém não há consenso no que diz respeito ao órgão responsável por tais procedimentos, conforme se verifica no Quadro 4, além de não existir preocupação na concepção de uma equipe multidisciplinar defendida por Telles (2006) como fundamental para essa fase.

No caso específico do planejamento dos equipamentos esportivos da cidade do Recife, os gestores afirmam que o Orçamento Participativo é a ferramenta utilizada, ou seja, é nesse espaço que o planejamento da cidade é debatido e desenvolvido.

Enfim, no que diz respeito à acessibilidade de infraestrutura física a toda a população, as entrevistas revelam um afastamento no que diz respeito à acessibilidade como um conceito de desenho universal defendido por Cachadinha (2005), em que não são as pessoas que se adaptam ao meio, e sim o meio que tem de ser adaptado às pessoas.

Conclusão

Neste estudo, uma das considerações importantes a ser referenciadas sobre os Equipamentos Esportivos na cidade do Recife são os limites relativos aos procedimentos de gestão dos equipamentos adotados pelos órgãos responsáveis. Há um distanciamento evidente no que se refere aos componentes específicos necessários à gestão de um equipamento, em que a única e cabal referência de todos os procedimentos adotados são as demandas populacionais.

No entanto, apesar de ficar evidente a inexistência de um componente técnico nos procedimentos de gestão dos equipamentos esportivos na cidade, é possível verificar que a concepção de esporte e equipamento esportivo no Recife está voltada para a promoção da cidade e de seus cidadãos.

Nesse sentido, a cidade como uma construção coletiva da sociedade deve garantir os direitos de todos, e no caso específico do esporte, para concretizar tal preceito, é basal consolidar uma rede adequada de equipamentos esportivos para atender todos os segmentos da população.

Portanto, a cidade do Recife assegura o esporte como um elemento da cultura urbana e cidadina, o esporte enquanto uma conquista da cidade e da cidadania. O esporte tem direito à cidade, e os cidadãos têm direito ao seu acesso, ou seja, aos equipamentos esportivos.

Contudo, quando se analisam os procedimentos da gestão dos equipamentos de forma mais detalhada, nota-se a inexistência de métodos embasados nas teorias estudadas.

Os procedimentos de planejamento e construção de equipamentos apresentam apenas como critério exclusivo a demanda da população, contudo este não pode ser o único elemento a ser considerado. Outra contradição é a ausência de uma equipe multidisciplinar defendida por Telles (2006).

Quanto à acessibilidade, enquanto direito constitucional, é garantida por meio dos documentos e discursos dos entrevistados, porém sua materialização não é visualizada, pois os documentos apontam para a inexistência de acessibilidade no sentido de infraestrutura física, a determinados segmentos da população, como os idosos e portadores de necessidades especiais.

Por fim, conclui-se que o modelo de gestão adotado pela Prefeitura do Recife pode ser um aspecto a ser pensado, uma vez que há ausência de procedimentos gerenciais fundamentais para a eficácia na gestão dos equipamentos, e isso decorre da possível falta de uma equipe especializada e multidisciplinar para os equipamentos esportivos da cidade.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 4.^a ed. Lisboa: Edições 70. 2007.
- BITTAR, J. O modo petista de governar. *Teoria & Debate*. Caderno Especial. Publicação do Partido dos Trabalhadores – Diretório Regional de São Paulo. 1992.
- CACHADINHA, C. *Acessibilidade de pessoas com mobilidade condicionada em edifícios de habitação: sistema de avaliação por níveis de exigência*. 2005. Dissertação (Mestrado em Gestão Desportiva) Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2005.
- CONSTANTINO, J. M. *Desporto, política e autarquia*. Lisboa: Livros Horizonte. 1999.
- CUNHA, L. M. *O espaço, o desporto e o desenvolvimento*. Lisboa: Edições FMH. 2007.
- GALLARDO, L.; JIMÉNEZ, A. *La gestión de los servicios deportivos municipales: vías para la excelencia*. Barcelona: Inde Publicaciones. 2004.

- GRAÇA, O. O papel da autarquia no desenvolvimento do desporto. *Revista Poder Local*, Lisboa, v.132, n.2, p. 13-18, abril, 1998.
- LOPÉZ, A . L.; LUNA-AROCAS, R. Perfil del gestor público del deporte en la comunidad valenciana: Un análisis preliminar. APUNTS: Educación Física y Deportes, 2000. Barcelona: INEFC, n. 61, p. 88-94, 3º trim 2000.
- MATOS, L. S. *III Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer em Belém: Cidade e urbanismo: Espaços e equipamentos de lazer*. Anais do Seminário Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Retrospectiva histórica. Manaus: 2009, v.1, p. 37-52.
- MENEZES, V. G. de. *Gestão desportiva municipal: Análise da experiência na região metropolitana do Recife, Brasil, no período 2002-2008*. 2009. Tese (Doutorado em Gestão Desportiva). Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2009.
- OLIVEIRA, A; DACOSTA, L. P. Mapeamento dos espaços esportivos para gestão do esporte no estado de Sergipe. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 20, n. 5, 387-393, out-dez, 2006.
- PEDROSO, Carlos A. M. de Q. *Equipamentos Desportivos Municipais do Recife*. 2010. Dissertação. (Mestrado em Gestão Desportiva). Faculdade de Desporto, Universidade do Porto, Porto, 2010.
- QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. *Manual de investigação em ciências sociais*. 5.ed. Lisboa: Gradiva. 2008.
- SANCHO, J. A. M. *La Gestión de instalaciones Deportivas Municipales*. In: XI Encuentro Provincial de Deporte Municipal, 2003, Islantilla -Espanha. Anais XI Encuentro Provincial de Deporte Municipal. Islantilla: 2003, v.1, p.38-42.
- SARMENTO, J. P.; PINTO, A. *Instalações desportivas: Qualidade de gestão: Gestão de instalações desportivas*. Fórum Olímpico de Portugal. 2004. Disponível em: <http://forumolimpico.org/?q=node/301>. 2004. Acesso em: 09 ago. 2009.
- TELLES, F. Instalações esportivas: Planejamento e desenvolvimento. In: L. P. DaCosta (Org.). *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Confef. 2006. p. 754-756.

Competências dos gestores públicos de esporte: uma análise do que é essencial, requerido e encontrado na Região da Grande Belo Horizonte

Temática: Gestão de Política Pública de Esporte

Anderson Lopes Tavares
Luis Aureliano Gama de Andrade
Fundação Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, Brasil
anlota@ig.com.br

Resumo

Este trabalho teve como objetivo identificar as competências requeridas e encontradas nos gestores públicos de esportes da GBH. Por seu caráter exploratório, foi necessário desenvolver um esquadro de competências essenciais a esse cargo a partir da técnica de grupo focal, permitindo assim o confronto dele com os achados do trabalho. Caracterizada como investigação quali/quantitativa, foram aplicados questionários aos prefeitos e aos secretários de esporte da GBH. Os resultados ressaltaram uma significativa multiplicidade de competências requeridas e encontradas no grupo de gestores. Porém, verificou-se que as competências pessoais foram as mais requeridas e também encontradas, seguidas das competências “políticas” e, por último, as competências técnicas ou administrativas. Esses resultados, além de não concordar com as proposições do grupo focal, demonstram o quanto são necessárias ações de desenvolvimento de outras competências desses gestores

Palavras-chave: Competências, Política Pública, Esporte.

Abstract

This dissertation had the objective of identifying the competences required from the public sports managers, as well as identifying the competences found in this group. Due to the exploratory character of this work it was necessary to develop a “model” of essential competences to the position through focal group technique, what made it possible the confrontation between this “model” and the competences found through this work. Characterized as quantitative/qualitative base investigation questionnaires were applied to Mayors and Sports Secretaries in the GBH. The result showed there is a great multiplicity of required competences and competences found in the management group. It was verified that the personal competences are the ones which are the most required and also the most often found, followed by the political competences and last the technical or administrative competences. This scenario does not agree with the propositions of the focal group and also demonstrates how necessary development actions this managers.

Key words: Competences, Public Public, Sport.

Competências dos gestores públicos de esporte: uma análise do que é essencial, requerido e encontrado na Região da Grande Belo Horizonte

Introdução

Conforme relata Helal (1990), as atividades atléticas sempre fizeram parte do cotidiano das pessoas. Porém gradativamente elas foram sendo re-significadas de acordo com o próprio desenvolvimento social e econômico das sociedades. As relações esportivas que inicialmente eram sociais, passaram a ser políticas e recentemente tornaram-se econômicas, despertando nos diferentes níveis de governo, o interesse e a necessidade de regulamentar, organizar e demandar políticas públicas para o setor. A importância desse processo aliado a própria dinamicidade da gestão do esporte, bem como as complexas relações que se estabelecem numa gestão pública, criam uma demanda por gestores esportivos capazes de agirem estrategicamente. Diante do contexto brasileiro atual, o estudo de aspectos como esse contribui para a elaboração de planos de formação específica de gestores e também para o desenvolvimento da gestão esportiva, balizados com as competências que dará a autonomia necessária para o pleno desempenho desses profissionais nas suas atividades laborais.

Objetivo do Estudo

Identificar quais são as competências requeridas dos gestores públicos de esporte bem como elucidar quais são as competências apresentadas por esse grupo de profissionais da GBH.

Revisão de Literatura

O debate das competências abrange uma discussão repleta de conceitos, aspectos e definições. De acordo com Hamel e Prahalad (1995), competências essenciais são características intangíveis que diferenciam o fazer profissional. Eles também defendem a ideia de que algumas competências podem diferenciar o trabalho dos profissionais ou seja, além das competências usuais, elas se caracterizam como outras que garantem aos profissionais um fazer profissional mais qualificado, mais diferenciado.

Numa perspectiva semelhante, Le Boterf (2003) afirma que a competência é construída pela interação da dimensão da pessoa, da sua formação e da sua experiência profissional. Além disso, a competência, em seu processo de construção, também sofre interferência de situações que são impostas a elas durante seus fazeres profissionais. Quanto mais estimulada, maior e melhor é o processo de estruturação e desenvolvimento delas. Recentemente tem aumentado o número de pesquisas que têm se dedicado a estudar esferas profissionais cada vez mais específicas. Na área gerencial o debate dessa temática não é novo. Seu início ocorreu na década de 70 com David McClelland (1973), em publicações nos Estados Unidos ao discutirem os testes de seleção e suas reais capacidades em diagnosticar o êxito profissional futuro no cargo. (ZARIFIAN 2003)

Desde então, vários autores, como Barato (1998), têm se dedicado a tratar do assunto, subdivididos em três grandes escolas; a) a **americana**, pauta a discussão nos comportamentos/atributos individuais relacionados a desempenhos superiores do fazer profissional; b) a escola **inglesa**, por concepção funcionalista discute os perfis de trabalhadores alinhados às competências; c) a escola **francesa**, tem a concepção de desenvolvimento das competências a partir de diversos processos de aprendizagens. Tantas concepções faz com que não haja consenso sobre vários aspectos. Mas em um ponto a literatura é convergente, conforme esclarecem Sant'Anna *et al.* (2007), complementados por Dutra (2001), ao conceberem as competências como um conjunto de características capazes de produzir efeitos de resultados e/ou solução de problemas, incluindo, para tanto, a alteração do perfil exigido e a intensificação da participação das pessoas no êxito das organizações.

A complexidade do tema recomenda considerar, também, a proposição de Hamel e Prahalad (1995), reiterados por Ruas (2001), que estabelecem uma síntese categorizadas em dimensões das competências: a) **essenciais**: são específicas e diferenciais da função; b) **funcionais ou técnicas**: técnicas de cada função; c) **individuais ou pessoais**: próprias das pessoas, aquelas que são inerentes à personalidade delas. Essa proposta é interessante porque proporciona um universo de possibilidades para se classificar e analisar as competências. Essas categorias não abrangem todas as competências de um profissional. Por isso, dependendo da função, outras categorizações são necessárias. Resende (2003) estabeleceu uma classificação abrangente para as competências, sendo uma delas a "competência política".

No caso do gestor público de esporte, obedecendo a uma especificidade do cargo, foi adotada também essa classificação. Em verdade, ela abrange um conjunto de competências específicas que são tratadas até então por Hammel e Prahalad (1995) como competências técnicas ou individuais. Desse modo, Resende (2003) estabelece como competências políticas as relações interpessoais estabelecidas com os colegas de trabalho e com a sociedade. Sendo assim, podem ser consideradas como competências políticas o saber relacionar e negociar. Em meio a tantos conceitos, o referencial norteador desta pesquisa é o proposto por Fleury e Fleury (2001, p. 21), que definem competência como: “um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”. A opção por ele se deve ao fato dele ponderar e articular diferentes conceitos em si. Além disso, ele atribui alta importância ao agir dos gestores, relacionando essa ação à agregação de valor social e econômico. Tais aspectos são princípios da gestão pública e do esporte perspectivado como política pública.

No contexto brasileiro, mesmo realizando vasto levantamento bibliográfico, apenas um estudo foi encontrado envolvendo competências e a gestão do esporte: o de Zouim e Pimenta (2003). Eles utilizam o referencial internacional já descrito, complementado também pelas ideias de Parks, Zanger e Quarterman (1998). Esses autores subdividiram os saberes dos gestores esportivos em quatro seguimentos e para cada um deles, foi descrito um grupo de habilidades (competências) que os gestores de esportes deveriam apresentar. Todas essas leituras foram fundamentais para a construção da metodologia deste trabalho.

Materiais e Métodos

Para realizar essa pesquisa foram utilizadas 03 estratégias diferentes:

Grupo Focal: Grupo composto de 10 pessoas participantes. Essa estratégia teve como objetivo levantar as competências essenciais ao cargo de gestor público de esporte.

Aplicação de questionário nos prefeitos: Agrupamento composto por 11 prefeitos. A principal função dessa estratégia na pesquisa foi realçar as competências requeridas dos seus secretários de esportes (gestores públicos de esporte).

Aplicação de questionário nos secretários de esportes: Grupo composto pelos 13 gestores de esporte (secretários municipais de esporte ou responsáveis pelo setor) das 13 cidades que compõem a GBH. Sua participação corresponde ao interesse de conhecer as competências apresentadas por eles no fazer profissional.

Resultados

Diante do caráter exploratório deste estudo, a realização do grupo focal correspondeu à necessidade de elaborar um sistema que representasse as competências essenciais ao cargo de gestor público de esporte. Nesse sentido os resultados encontrados foram:

Quadro 1: caracterização das competências essenciais ao cargo de gestor público de esporte.

Competência	Caracterização
Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> Saber agir nas questões relativas às políticas públicas Saber agir relativo aos processos administrativos Saber agir nas questões específicas do esporte e Saber aprender
Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> Saber agir relativo a diagnóstico, planejamento, execução, controle e avaliação das políticas públicas de esporte Saber relativo ao negócio
Relacionamento	<ul style="list-style-type: none"> Saber agir relacionado a interação e mobilização de pessoas
Pró-atividade	<ul style="list-style-type: none"> Saber agir intermitentemente em prol da viabilização dos objetivos
Responsabilidade	<ul style="list-style-type: none"> Saber agir pautado nos princípios de coletividade, de legalidade, de honestidade e comprometimento

Fonte: Adaptado de Fleury e Fleury (2001)

Já o quadro abaixo apresenta as respostas espontâneas de cada prefeito participante da pesquisa, demonstrando, pela escala de um a cinco, o grau de essencialidade dado a cada uma das competências requeridas por eles dos gestores públicos de esporte.

Quadro 2: apresentação das competências requeridas para o cargo de gestor de esporte.

Nº	Competências requeridas Prefeito 1	Competências requeridas Prefeito 2	Competências requeridas Prefeito 3	Competências requeridas Prefeito 4
1	Conhecimento de esporte	Visão estratégica	Comprometimento	Respeito
2	Dedicação	Organização	Lealdade	Trabalho em equipe
3	Relacionamento	Negociação	Comunicativo	Pró-atividade
4	Motivação	Liderança	Pró-ativo	Criatividade
5	Comunicação	Trabalho em equipe	Conhecimento esportivo	Solucionar problemas
Nº	Competências requeridas Prefeito 5	Competências requeridas Prefeito 6	Competências requeridas Prefeito 7	Competências requeridas Prefeito 8
1	Ser desportista	Conhecimento de esporte	Liderança	Conhecimento de esporte
2	Conhecimento de esporte	Gestão do negócio	Planejamento	Mobilização
3	Conhecimento de saúde	Motivador da equipe	Relacionamento	Criatividade
4	Conhecimento da cidade	Experiência na área	Conhecimento	Pró-ativo
5	Amar a cidade	Excelência atlética	Inovação	Democracia
Nº	Competências requeridas Prefeito 9	Competências requeridas Prefeito 10	Competências requeridas Prefeito 11	Competências requeridas Prefeito 12
1	Gostar do que faz	Conhecimento do esporte	Experiência	Conhecimento em esporte
2	Conhecimento de esporte	Ser reconhecido na área	Ter sido atleta campeão	Diagnóstico
3	Bom administrador	Saber tratar as pessoas	Humildade	Planejamento
4	Honesto	Liderança	Senso de justiça	Liderança
5	Confiável	Comunicativo	Vontade de trabalhar	Relacionamento

Fonte: Próprio autor.

Por fim, o último quadro demonstra as competências apontadas espontaneamente pelos gestores de esportes como as mais importantes no exercício profissional.

Quadro 3: apresentação das competências apresentadas pelos gestores de esporte.

Competências encontradas Secretário 1	Competências encontradas Secretário 2	Competências encontradas Secretário 3	Competências encontradas Secretário 4
Mobilização social	Relação pessoal	Responsabilidade	Transparência
Planejamento	Gerenciamento de pessoas	Articulação	Planejamento
Organização	Orçamentária	Criatividade	Flexibilidade
Gerenciamento	Sensibilidade	Conhecimento de esporte	Relacionamento
-	Compromisso	Ser conhecido	Tolerância
Competências encontradas Secretário 5	Competências encontradas Secretário 6	Competências encontradas Secretário 7	Competências encontradas Secretário 8
Inovar	Conhecimento de esporte	Relacionar pessoas	Conhecimento esportivo
Liderar	Gostar do que faz	Trabalho em grupo	Conhecimento político
Captar recurso	Criatividade	Buscar alternativas	Conhecimento de gestão
Motivar	Equilíbrio	Humildade	Idealismo
Domínio da gestão	Honestidade	Criatividade	-
Competências encontradas Secretário 9	Competências encontradas Secretário 10	Competências encontradas Secretário 11	Competências encontradas Secretário 12
Conhecimento da cidade	Diagnóstico	Pró-ativo	Sinceridade
Querer fazer	Captar recurso	Empreendedor	Planejamento
Organizar	Conhecimento de gestão	Pesquisador	Conhecimento
Negociação	Liderança	Confiante	Relacionamento
Liderar	Comprometimento	Dinamismo	Saber-administrativo
Competências encontradas Secretário 13			
Influência no meio			
Captação de recurso			
Honestidade			
Sinceridade			
Interação política			

Fonte: Dados de pesquisa.

Discussão

O grupo focal desenvolveu um sistema de competências específicas para esse cargo, definido pelo equilíbrio entre as diferentes competências técnicas, pessoais e políticas. Porém, essa proposição não correspondeu às competências requeridas pelos prefeitos em relação aos gestores de esportes, nem ao que foi encontrado nesse grupo de profissionais da GBH.

Diante dos resultados analisados a partir dos questionários aplicados aos prefeitos e aos secretários de esporte, ficou evidenciado que as competências pessoais foram sugeridas como as mais requeridas dos gestores públicos de esportes. Ressalta-se o elevado número de indicações que recebeu a competência do conhecimento e também como as mais percebidas como importante pelos secretários no desenvolvimento de suas ações gerenciais.

Da mesma forma, o grupo focal ressaltou o conhecimento como a principal competência essencial ao gestor público de esporte. Entretanto, ele foi abordado como um aspecto que não se limitou às questões esportivas, mas que abrangeu também tanto os conhecimentos de política quanto os da gestão, construindo um sistema interativo que interfere e é interferido por uma série de outras competências determinadas como menos prioritárias, embora reconhecidas também como essenciais.

Todo esse quadro encontrado, pautado principalmente nas competências pessoais, além de diferir de Jamieson (1987), tem contribuído para o relatado fato de que os secretários pouco têm formulado, executado e gerido programas próprios de esporte em suas cidades. Em vez disso, eles têm buscado convênios de programas elaborados pelo governo estadual e federal. Se, por um lado, isso minimiza a falta de competências técnicas essenciais ao cargo, por outro cerceia tanto a possibilidade de expressão plena das competências por parte dos gestores quanto o desenvolvimento das mesmas. Dessa forma, todo esse sistema contribui para que programas descontextualizados das suas cidades sejam executados.

Sobre esse ponto, inclusive, os secretários relataram que possuem, em níveis intermediários, essa competência, indicando defasagem do grupo em relação ao domínio das competências técnicas. Apesar dessa incompetência para lidar com esses aspectos administrativos da gestão, quase todos os secretários expressaram possuir alto índice de pró-atividade. Diante desse quadro, o que eles têm consigo para produzir é um fazer eficiente, pautado na intenção de realização sem muitas vezes saber como concretizar as ações relativas à gestão pública do esporte. Assim, a falta de competências técnicas pode ser determinada como um dos principais aspectos para a descrição realizada anteriormente a respeito da gestão esportiva na GBH.

Por fim, o perfil etário do grupo somado aos diferentes processos de formação acadêmica bem como às diferentes trajetórias e experiências profissionais dos secretários pouco contribuíram para desenvolverem e aproximarem o perfil de competências do grupo às proposições do modelo teórico estabelecido pelo grupo focal.

Pelas análises, objetivamente o quadro abaixo apresenta o conjunto de competências que envolvem os gestores públicos de esporte que esta pesquisa buscou conhecer: as competências essenciais ao cargo, as que foram requeridas pelos prefeitos desse grupo, além das que foram apresentadas pelos próprios secretários de esporte.

Quadro 4: sistematização do quadro de competência da grande belo horizonte

CONTEXTOS DE COMPETENCIAS		
ESSENCIAIS	REQUERIDAS	ENCONTRADAS
Conhecimento global	Conhecimento esportivo	Conhecimento esportivo
Estratégia	Relacionamento	Relacionamento
Relacionamento	Liderança	Orçamento
Pró-atividade	Pró-atividade	Planejamento
Responsabilidade	Comunicação	Criatividade

Fonte: Próprio autor

Embora o QUADRO 4 apresente realidades diferentes de competências, o conhecimento foi uma das únicas que perpassaram as três perspectivas. Porém, para o grupo focal que estabeleceu as competências essenciais, seu sentido obedece a uma concepção muito mais abrangente que as dos demais grupos.

Já a competência de saber relacionar-se (relacionamento) também foi percebida pelos três grupos como importante aos gestores públicos de esporte. O que variou a respeito dela entre as indicações dos grupos foi o seu grau de prioridade. Como competência essencial, ela foi sugerida como menos prioritária (3ª linha) do que nas indicações dos secretários e dos prefeitos (2ª linha).

A pró-atividade foi uma competência sublinhada como essencial e requerida, mas não foi percebida pelos secretários de esporte como uma das cinco mais são necessárias ao cargo. Na questão em que os gestores deveriam atribuir valor numérico a ela, entre todos os aspectos, foi o que ganhou a mais alta taxa de recorrência. Isso demonstra sua importância nesse item. A comparação entre as colunas da tabela ainda comprovou o quanto foi baixa a requisição das competências técnicas dos gestores públicos de esporte.

Conclusão

Os resultados deste trabalho evidenciaram que há uma relativa correlação entre as competências essenciais e as requeridas dos gestores públicos de esporte. Claramente ficou evidenciado que entre os dois grupos, o que variou foi a prioridade delas. Deve ser destacado, no entanto, que não é requerido dos gestores as competências técnicas conforme foi indicado pelo grupo focal.

Diante dessas conclusões, este trabalho representa para a comunidade acadêmica um avanço no processo da gestão pública do esporte, tanto por analisar as competências dos gestores sob diferentes perspectivas quanto por propor pela primeira vez um conjunto de competências que são essenciais ao cargo.

Referências

- BARATO, J.N. **Competências essenciais e avaliação do ensino universitário**. Brasília: UNB, 1998.
- DUTRA, J.S. (Org.) **Gestão por competências; um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas**. São Paulo. Ed. Gente, 2001.
- FLEURY, A.C.C.; FLEURY, M.T.L. **Estratégias empresariais e formação de competências: um quebra cabeças caleidoscópico da indústria brasileira**. São Paulo, Atlas, Cap. 1, p. 15-29, 2001.
- HAMMEL, G.; PRAHALAD, C.K. **Competindo pelo futuro: estratégias inovadoras para obter o controle do seu setor e criar os mercados de amanhã**. Rio de Janeiro, Campus, 1995.
- JAMIESON, L. Competency-based approaches to sport management. **Journal of Sport Management**, n. 1, p. 48-56, 1987.
- HELAL, R. **O que é sociologia do esporte**. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- LE BOTERF, G. **Desenvolvendo a competência dos profissionais**. Porto Alegre: Artimed, 2003.
- RESENDE, E.J. **O livro das competências desenvolvimento das competências: a melhor auto-ajuda para pessoas, organizações e sociedade**. Qualitymark. 2 ed. Rio de Janeiro. 2003.
- PARKS, J.B.; ZANGER, B.K.; QUARTERMAN, J. **Contemporary sport management**. Champaign, IL: Human Kinetics, 1998.
- RUAS, R. Desenvolvimento de competências gerenciais e contribuição da aprendizagem organizacional. *In*: FLEURY, M.T.L.; OLIVEIRA JÚNIOR,
- SANT'ANNA. A. *et al.* Competências individuais: u estudos com mestrandos em Administração de instituições mineiras de ensino superior. *In*: I ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO – **ENGPR 2007**, Natal, 13-15 de junho, 2007.
- ZARIFIAN, P. **O modelo de competências: trajetória histórica, desafios atuais e proposta**. São Paulo: Senac, 2003. 191 p.
- ZOUIM, D.M.; PIMENTA, R.C. O perfil dos profissionais de administração esportiva no Brasil. *In*: **WORD SPORT CONGRESS**. Barcelona, 2003. Espanha. Disponível em: http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_rap_sobre.asp. Acesso em: 16/09/2007.

Caracterização e tipologia de academias no Brasil: um estudo exploratório

Temática: Gestão de organizações esportivas

Flávia da Cunha Bastos
Luis Carlos de Santana
Guilherme Moscardi Monteiro
Carla Costa Pereira
Leandro Carlos Mazzei
GEPAE-EEFEUSP, São Paulo, SP, Brasil
gestao@usp.br

Resumo

O mercado de academias é crescente no país e a pesquisa e o conhecimento relativo ao setor ainda carece de informações. Estudos têm sido desenvolvidos quanto a aspectos de marketing e gestão, mas especialmente no que se refere ao porte das academias no Brasil não existe consenso entre diferentes autores acerca de critério de classificação de porte (AGUIAR, 2007; ROTH, 2007; FURTADO, 2008; CORRÊA; FERREIRA, 2009; SCHWENGBER et al., 2010). A presente pesquisa, exploratória e descritiva, teve como objetivo descrever as características das academias do Brasil em função de diferentes critérios de porte. Os dados foram levantados através de formulário eletrônico junto a 186 gestores de academias. Foram analisadas as distribuições percentuais dos dados obtidos em relação às variáveis: área, número de alunos, número de funcionários e faturamento segundo critérios nacionais e internacionais de classificação. Concluiu-se que os critérios disponíveis não são adequados para classificar o porte de academias brasileiras e que são necessários outros estudos na área considerando a combinação de variáveis.

Palavras-chave: Academia, Tipologia, Critérios, Gestão do Esporte.

Abstract

The market of health-clubs is growing in the country and the research and the knowledge concerning the industry still lacks information. Studies have been developed concerning marketing and management aspects, but especially regarding the size of the academies in Brazil there is no consensus between different authors about criterion of classification of businesses (AGUIAR, 2007; ROTH, 2007; FURTADO, 2008; CORRÊA; FERREIRA, 2009; SCHWENGBER et al., 2010). The present research, exploratory and descriptive, aimed to describe the characteristics of the academies of Brazil according to different criteria of size. The data were collected through electronic with 186 managers of academies. Were analysed the percentual distributions of data obtained in respect to the variables: area, number of students, number of employees and billing according to national criteria and international classification. It was concluded that the available criteria are not suitable to classify the Brazilian academies and other studies are needed in the area considering the combination of variables.

Keywords: Health-clubs, Typology, Criteria, Sport Management.

Caracterização e tipologia de academias no Brasil: um estudo exploratório

Introdução

A atividade física como meio de prevenção e promoção da saúde, diferente da realidade de alguns anos atrás, está sempre na mídia, que divulga resultados de pesquisas que comprovam os benefícios da atividade física na qualidade de vida. O conhecimento sobre a área está muito mais acessível, permitindo que haja maior consciência da população em geral. No Brasil, governos municipais, estaduais e federal têm lançado campanhas de incentivo à prática de atividades, oferecendo programas e equipamentos (YAMACITA, 2006).

As Academias são classificadas como atividade econômica no País no conjunto das “Atividades Esportivas e de Recreação e Lazer” na classe de Atividades de Condicionamento Físico (BRASIL, 2007).

Com o acirramento da competição no mercado, o setor de serviços, no qual as academias estão inseridas, vem apresentando taxas de crescimento anual superiores a todos os demais setores da economia, exigindo, portanto, especial atenção por parte das organizações (CAPINUSSÚ, 2006; SPILLER et al., 2004).

CAPINUSSÚ (2005) afirma que existiam vinte mil academias no Brasil, incluindo as que não possuem registro. Este número se confirma em 2011, segundo dados obtidos pelos pesquisadores diretamente com o Conselho Federal de Educação Física (CONFEF), relativos às 19.681 academias no Brasil (maio/2011).

Este cenário de números exuberantes em termos de mercado se contrapõe ao pouco conhecimento sobre a caracterização das organizações no mercado das academias no Brasil.

Objetivo do estudo

O objetivo do presente trabalho foi descrever as características das academias do Brasil em função de diferentes critérios de porte, no sentido de identificar os critérios que melhor descrevem o segmento no país.

Revisão de Literatura

A produção de conhecimento proveniente de estudos relativos a diferentes aspectos como, por exemplo, adesão e retenção de clientes, gerenciamento, competitividade no setor, tem se deparado com a não existência de critérios para caracterizar o porte das organizações e, portanto, não permitem comparações fidedignas em estudos sobre o setor.

Quanto a critérios para definição do porte de organizações esportivas, Slack (1997) afirma que a dimensão da organização tem relação direta com o modelo de gestão adotado. O autor considera que a Receita não é suficiente para se afirmar que uma organização esportiva pode ser considerada grande ou pequena, sugerindo que a capacidade física, o pessoal (participantes/praticantes; sócios; número de empregados, torcedores), o volume de entrada/saída organizacional e os recursos disponíveis poderiam definir melhor o tamanho da organização.

No Brasil, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) estabelece critério em termos de Faturamento para classificar para micro e pequenas empresas, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) determina critérios de classificação quanto ao porte das empresas beneficiárias dos financiamentos do Banco (BNDES, 2010).

Os critérios relativos ao número de empregados são diferentes conforme a entidade. Para o SEBRAE, a classificação específica para o Setor de Serviços diferencia as organizações em relação a classificação geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Os principais autores na literatura nacional da área não se referem a critérios, mesmo que teóricos, sobre classificação/tipologia de Academias (CAPINUSSÚ; DACOSTA, 1989; BERTEVELLO, 1999; NOBRE, 1999; SABA, 2001, 2005). O único parâmetro encontrado referenciado na literatura foi o de Pereira (2005), que classifica as Academias quanto ao número de alunos em pequena, média e grande.

Pesquisas desenvolvidas sobre o segmento apresentam diferentes objetivos e abordagens e nesses estudos foram encontradas menções quanto à caracterização das empresas determinada por critérios definidos pelos autores dos trabalhos em função do objetivo de cada pesquisa. (AGUIAR, 2007; ROTH, 2007; FURTADO, 2008; CORRÊA; FERREIRA, 2009; SCHWENGBER et al., 2010).

Estudos encomendados pela Associação Brasileira de Academias (ACAD) à Empresa Júnior da

PUC-Rio descrevem as características Academias de diferentes municípios e localidades, no Rio de Janeiro (REVISTA ACAD, 2009) e em São Paulo (REVISTA ACAD, 2010), mas não no sentido de classificá-las.

Essa revisão nos apresenta um quadro instigante, pois há consenso entre os pesquisadores quanto as variáveis que deveriam ser levadas em conta em estudos descritivos, e mesmo comparativos, das organizações do setor, seja isoladamente ou através de combinação de critérios.

Mesmo em relação ao critério número de alunos, o mais comum nos estudos recentes, não tem base em classificação única, indicando a necessidade de estudo para validar um critério nacional.

Materiais e métodos

O presente estudo se caracteriza como exploratório, pois há pouco conhecimento acumulado e estruturado no país; e descritiva, uma vez que expõe características de academias, tendo como foco o registro, a análise das variáveis estudadas com abordagem quantitativa (VERGARA, 2006).

A coleta dos dados foi feita junto aos proprietários, gerentes administrativos ou dirigentes responsáveis por academias isoladas, isto é, única, sem filiais, não se configurando como Rede. O instrumento construído foi formulário composto de questões fechadas e abertas fundamentadas nos estudos citados na revisão de literatura. A validação foi feita por profissionais gerentes de organizações com as mesmas características da população pesquisada e por três *experts* no setor (acadêmicos e técnicos), quanto à clareza, abrangência e operacionalidade do preenchimento e a inclusão das variáveis relativas ao Número de alunos/clientes; Número de funcionários; Área total; e Faturamento. O formulário eletrônico foi disponibilizado no *website* do Instituto Fitness Brasil (setembro a novembro de 2010) e em microcomputadores instalados no evento 10ª IHRSA Fitness Brasil (setembro de 2010). O procedimento foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da EEFUEUSP, processo nº 41/2010.

O tratamento dos dados foi realizado através de estatística descritiva paramétrica (SPSS versão 14.1), com cálculos de frequência.

Resultados e discussão

Foram obtidas respostas relativas a 186 unidades de Academias de diferentes localidades do país, sendo 44,62% do Estado de São Paulo. O resultado das respostas assinaladas pelos respondentes em relação a questão referente a auto-classificação do porte da academia (Tabela 1) indica o predomínio das categorias Pequena e Média.

Tabela 1: Distribuição do porte das academias segundo o critério da IRHSA.

Área	N	%
< 1.840m ²	167	89%
de 1.840 a 3.219m ²	11	6%
de 3.220 a 5.520m ²	5	3%
> que 5.520m ²	3	2%
Total	186	100%

Ao analisarmos a distribuição das academias estudadas segundo o critério Área aplicado pela IHRSA no mercado americano, verificamos que a grande maioria (89,78%) das academias é classificada na categoria pequena empresa. Este porcentual elevado poderia ser explicado pelo fato de que o critério da IHRSA não prevê a categoria Microempresa.

Quanto ao número de clientes, a distribuição da amostra segundo o único critério encontrado na literatura, definido por Pereira (2005), demonstra um maior enquadramento na categoria Média (Figura 3), diferentemente se considerarmos o procedimento de comparação em termos do número de clientes, assumindo e nomeando as faixas estudadas pela ACAD (Figura 4).

Figura 3: Distribuição da amostra (nº de clientes) em relação as categorias definidas por Pereira (2005).

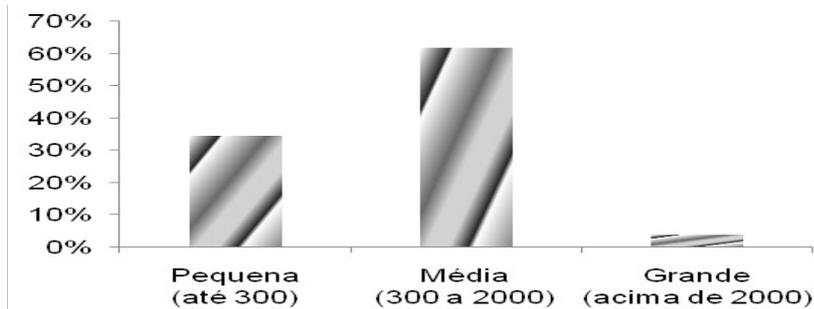
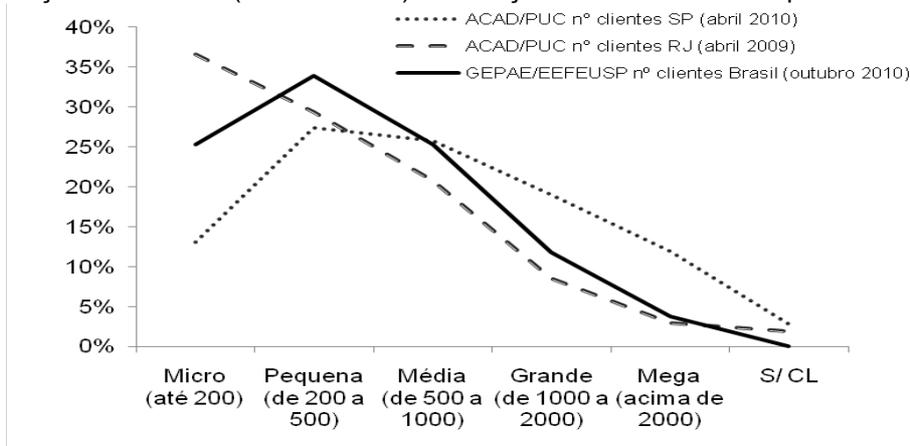


Figura 4: Distribuição da amostra (nº de clientes) em relação as faixas descritas pela ACAD (2009, 2010).

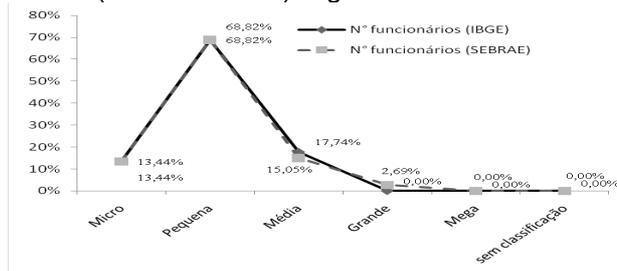


Quando analisamos a distribuição da amostra quanto ao número de funcionários, segundo os critérios do IBGE e do SEBRAE (Figura 5), verificamos que pelo critério do SEBRAE, específico para o setor de serviços, um pequeno percentual das empresas estudadas (2,69%) são enquadradas como empresas de grande porte, portanto, indicando que o mercado de Academias se enquadra melhor no critério direcionado ao setor de serviços (Figura 6). Roth (2007) também utilizou o critério do número de funcionários do SEBRAE, mas não o específico para o setor de serviços, e verificou percentuais que não estratificam as academias. Do total de empresas respondentes, 90,91% se encaixaram na classificação até pequena e apenas 9,09% se classificaram como médias ou grandes.

Figura 5: Critérios do IBGE e SEBRAE (serviços) de classificação de empresas segundo o número de funcionários.

	IBGE(2008)	SEBRAE (serviços)
Micro	0 a 9	0 a 9
Pequena	10 a 49	10 a 49
Média	50 a 249	50 a 99
Grande	mais de 250	mais de 100

Figura 6: Distribuição da amostra (nº funcionários) segundo critérios do IBGE e SEBRAE.



Quanto ao critério Faturamento anual das empresas, as academias foram classificadas em relação as faixas de categorização do BNDES e do SEBRAE. Pela distribuição obtida, verificamos que o critério do SEBRAE, por ser construído apenas para as categorias micro e pequenas empresas, não explica a distribuição da amostra como um todo, portanto podemos considerá-lo não adequado. Quanto ao critério do BNDES, por ser um critério geral que envolve todos os setores produtivos, aparentemente também se mostra inadequado para discriminar as academias da amostra (Figura 7).

Figura 7: Distribuição da amostra pelo faturamento segundo os critérios do IBGE e do SEBRAE em Reais (R\$).

	SEBRAE		BNDES	
Micro	até 244 mil	50,00%	≤ 2,4 milhões	99,46%
Pequena	entre 244 mil e 1,2 milhões	43,01%	> 2,4 milhões e ≤ 16 milhões	0,54%
Média	-	-	> 16 e ≤ 90 milhões	0
Média-grande	-	-	> 90 e ≤ 300 milhões	0
Grande	-	-	> 300 milhões	0
Total		93,01%		100,00%

No mercado internacional, a IHRSA (2008) afirma que provavelmente 30% de todos os clubes de *fitness* tenham receita menor do que US\$ 500 mil (R\$ 850.000,00 – câmbio a 1,70). Já o *U.S. Small Business Administration* (2010) indica que aproximadamente 70% de todos os clubes de *fitness* são pequenos (aqueles negócios que movimentam abaixo de US\$ 3.500.000,00). Obviamente, existe uma ampla margem de receitas, mas pelo menos 70% da indústria são compostos por clubes com menos de um milhão de dólares de receita (R\$ 1.700.000,00 – câmbio a 1,70).

Conclusão

Os resultados obtidos no presente estudo indicam que os critérios de classificação do porte de academias, independentemente da fonte, não se aplicam em sua totalidade quando consideramos a amostra estudada.

Outro aspecto relevante foi a constatação de que critérios disponíveis na literatura e preconizados por entidade internacional relacionados as variáveis Faturamento e Área não discriminam o porte das academias no Brasil.

Especificamente quanto a variável Área, pode-se considerar que as faixas de classificação utilizadas pela ACAD poderiam se constituir em um parâmetro para o país, tendo em vista a diversidade das características entre o mercado Brasileiro e o americano.

O único critério que aparentemente discriminou o porte das academias estudadas foi o critério do SEBRAE relativo a variável Número de funcionários.

Os levantamentos recentes realizados com academias de São Paulo e do Rio de Janeiro pela ACAD, embora sem o objetivo de criar categorias de porte e não baseados em critérios científicos, apresentam faixas de distribuição que descreveram de maneira semelhante a amostra da presente pesquisa para as variáveis Número de alunos e Área.

Dessa forma, concluímos que há a necessidade de que outros estudos sejam realizados levando-se em consideração a possibilidade de utilização de combinação de variáveis para se determinar o porte de academias no Brasil.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, F. A. **Análise da satisfação dos clientes das academias de ginástica da cidade de João Pessoa-PB**. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, 2007.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Porte de Empresa**. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes>>. Acesso em 30 mar. 2010.

BERTEVELLO, G. **Qualidade no Atendimento da Academia**. São Paulo: Phorte Editora, 1999.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Comissão Nacional de Classificação – Concla. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Versão 2.0**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 fev 2010.

- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas Gerência do Cadastro Central de Empresas. Estudos e Pesquisas. Informação Econômica. número 10. **Demografia das Empresas 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 fev 2010.
- CAPINUSSU, J. M.; DA COSTA, L. P. **Administração e Marketing nas Academias de Ginástica**. Rio de Janeiro: Editora Ibrasa, 1989.
- CAPINUSSÚ, J. M. Academias de ginástica e condicionamento físico – origens. In: DACOSTA, L.P. **Atlas do Esporte no Brasil**, p. 174- 175. Rio de Janeiro: Shape, 2005.
- CORRÊA, S. A. M.; FERREIRA, A. A. Estratégia competitiva das academias de ginástica da cidade de São Paulo. **FACEF Pesquisa**, v.12, n.1, 2009.
- FURTADO, R.P. Convívio social, diversão e entretenimento como valor de uso e promessa nas academias de ginástica híbridas. **Licere**, Belo Horizonte, v.11, n.2, ago, 2008.
- _____. **Exercícios Aeróbicos: teoria e prática no treinamento personalizado e em grupos**. São Paulo: Shape, 2007.
- International Health, Racquet and Sportsclub Association (IHRSA). **IHRSA 2008 Member Census**. Disponível em: <www.ihrsa.org>. 2008.
- PEREIRA, M. M. F. **Administração sem Segredo: sua Academia rumo ao sucesso**. São Paulo: Phorte Editora, 2005.
- PRADO, L.A.D. **Estratégias de Publicidade em Academias esportivas: um estudo exploratório na grande São Paulo**. Monografia Final apresentada no curso de Pós-Graduação em Gestão e Administração do Desporto da FEFISA. Santo André, 2004.
- REVISTA DA ACAD. **RX das Academias**, n. 47, ago 2009, p. 18-23. Disponível em: <http://www.acadbrasil.com.br/portal/revista/pdf/revista_47.pdf> Acesso em 17 fev. 2010.
- REVISTA DA ACAD. **Mercado Paulista em Números**, n. 50, abr 2010, p. 16-24. Disponível em: <http://www.acadbrasil.com.br/portal/revista/pdf/revista_50.pdf> Acesso em 19 jun. 2010.
- ROTH, C.W. **A Competitividade das academias de ginástica e musculação de Santa Maria-RS**. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Administração. Universidade Federal de Santa Maria, 2007.
- SABA, F. **Aderência à prática do exercício físico em academias**. São Paulo: Manole, 2001.
- _____. **Liderança e Gestão para Academias e Clubes Esportivos**. São Paulo: Phorte Editora, 2005.
- SCHWENGBER, R.; BURGOS, L.T.; BURGOS, M.F. O perfil organizacional e funcional das academias de Santa Cruz do Sul. Disponível em: <http://www.efdeportes.com>.> **Revista Digital**. Buenos Aires - año 15 - nº 143 - abril de 2010.
- SLACK, T. **Understanding sport organizations: the application of organization theory**. Champaign, IL: Human Kinetics, 1997.
- SPILLER, E.S.; PLÁ, D.; LUZ, J.F.; SÁ, P.R.G. **Gestão de Serviços e marketing interno**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2004.
- U.S. Small Business Administration. **Survey of Small Business Finances** Disponível em <<http://www.sba.gov>>. Acesso em: 15 jun 2010.
- VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2006.

O Índice de Desenvolvimento Esportivo de Federações – IDEF – como estratégia de gestão pública no Estado do Pará

Temática: Gestão de Organizações Esportivas

Josiléia do Socorro Neves de Lira
Universidade do Estado do Pará – Belém – Pará – Brasil
josileialira@gmail.com

Christian Pinheiro da Costa
Universidade Federal do Pará – Belém – Pará – Brasil
christian@orm.com.br

José Pedro Sarmiento de Rebocho Lopes
Universidade do Porto – Porto – Portugal
psarmiento@fade.up.pt

Resumo

A estratégia de elaboração de um “Índice” para balizar a distribuição de recursos pretende promover uma política de maior aproximação da Secretaria de Esporte e Lazer do Pará com as Federações, na perspectiva de incentivar o fortalecimento das entidades e a evolução dos seus modelos de gestão. A principal finalidade é estabelecer um instrumento de medição baseado na realidade paraense, para dispor de critérios objetivos de análise e avaliação de desempenho das intervenções esportivas no Estado, com informações que representem o contexto do momento. Com a participação de mais de 20 Federações, o IDEF 2010/2011 provocará um impacto positivo na gestão de cada uma das entidades participantes, que reforçarão alguns aspectos em que estejam mais fracas em relação as suas congêneres, na perspectiva de melhorarem seus Índices e, no futuro, aumentarem suas participações na distribuição de recursos pelo Estado.

Palavras-chave: Gestão, Desenvolvimento, Esporte, Gestão do Esporte.

Abstract

The strategy of developing an "Index" to mark the distribution of resources was used to establish a policy of greater approximation with Sports Federations, to encourage the strengthening of the entities and the evolution of management models. The goal was to have a measuring instrument based on reality of Para, in order to have objective criteria for analysis and performance evaluation of interventions sports in the state, by the systematization of information representing the context of the moment. With participation of over 20 Federations the IDEF 2010/2011 causes a positive impact in the management of each of the participating entities that will strengthen some aspects that are weaker in relation to their peers with a view to improve their indexes and, in the future, increase their participation in the distribution of resources by the State.

Keywords: Management, Development, Sport, Sports Management.

O Índice de Desenvolvimento Esportivo de Federações – IDEF – como estratégia de gestão pública no Estado do Pará

Introdução

A inspiração para a elaboração deste trabalho partiu do “Ranking Técnico” realizado pela Confederação Brasileira de Futsal (CBFS) desde 2007, em duas edições anuais (janeiro e julho), para avaliar as suas filiadas e embora todas as 27 Federações recebam apoio financeiro, aquelas melhores posicionadas recebem cotas maiores.

A idéia foi apresentada em janeiro de 2011 pelo Presidente da Federação de Futsal do Pará (FEFUSPA), Paulo José Silva, em reunião de Federações com o então titular da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Pará (SEEL), Sahid Xerfan, que resolveu adotá-la através de um processo de benchmarking, com adaptações a realidade local, para suprir a ausência de um indicador específico capaz de contextualizar as ações esportivas com maior nível de detalhamento.

De acordo com Costa (2010), “no Pará, o desenvolvimento desportivo ainda está no estágio do romantismo, predominantemente amadorista, evidenciando reservas à admissão do profissionalismo”, o que é ratificado pelo continuísmo de práticas antigas, inclusive no setor público, balizadas por critérios pouco transparentes e até mesmo, em alguns casos, de clientelismo.

O levantamento e análise de uma determinada situação desportiva de um país, uma região, uma federação ou, simplesmente, um clube ou empresa, objetiva obter um conjunto de dados que determinam as existências e os fluxos no mundo do desporto e, através do tratamento deles, conseguir a informação a partir da qual é possível desencadear o processo de planejamento.

Desta forma, são necessários dados que possam ser transformados em informação e esta em conhecimento. No entanto, afirma Pires (2007), “a tradição no mundo do desporto não tem sido a de medir para além dos resultados desportivos que se obtêm ao longo de cada época desportiva”. A estratégia de elaboração de um “Índice” para balizar a distribuição de recursos foi utilizada para estabelecer uma política de maior aproximação da SEEL com as Federações, na perspectiva de incentivar o fortalecimento das entidades e a evolução dos seus modelos de gestão.

Objetivos do estudo

Estabelecer instrumentos de medição baseados na realidade paraense, como estratégia para levantar informações balizadoras da definição de critérios para distribuição de recursos e incentivo ao desenvolvimento do esporte especializado;

Disponer de critérios objetivos para análise e avaliação de forma efetiva de resultados de desempenho das intervenções esportivas no Estado, pela sistematização de informações que representem o contexto do momento;

Utilizar as informações sistematizadas como estímulo ao crescimento esportivo pelo amadurecimento do modelo de gestão das Federações.

Revisão de literatura

Para Pires (2007), a melhoria de vida das populações é a principal condição e fim do processo de desenvolvimento. Assim, “o desenvolvimento não tem por objetivo exclusivo satisfazer as necessidades materiais do Homem, mas, sobretudo, melhorar as suas condições de vida e contribuir para as suas aspirações em geral”.

Ele abrange não apenas uma dimensão quantitativa, mas também uma dimensão qualitativa. Portanto é um conceito de maior complexidade do que o conceito de crescimento que contém no seu significado uma dimensão exclusivamente quantitativa.

Em um estudo realizado a pedido do Conselho da Cooperação Cultural do Conselho da Europa, Paz (1977) afirmou que “o melhoramento do nível desportivo (ou o desenvolvimento do desporto – pouco importa a palavra) é o objetivo essencial de toda a política desportiva”. Ou seja, a política esportiva deve ter como foco principal a promoção do desenvolvimento esportivo, porém o problema está na definição do objetivo essencial, o que provoca divergências, incertezas e confusões entre grupos de interesses divergentes.

Para avaliação de uma situação esportiva apresentar utilidade prática, ela tem de se sustentar em estruturas de análise pré-determinadas, que garantam processos metodológicos ajustáveis às diferentes

realidades dos vários países, das diversas regiões, diferentes organizações, setores ou modalidades desportivas.

O “Ranking Técnico” da CBFS leva em consideração aspectos como inscrições e movimentações de atletas, promoções, participações e sediamientos em certames nacionais e regionais, classificação nos torneios da CBFS (Superliga, Taça Brasil e Brasileiro de Seleções), além das Ligas Regionais, entre outras coisas.

Algumas instituições nacionais adotam estratégias semelhantes para estabelecer parâmetros de distribuição de recursos financeiros entre os seus filiados, como a Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt) e o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), enquanto que a nível governamental identificamos duas iniciativas equivalentes, que foram consultadas na elaboração da proposta paraense:

- No Rio de Janeiro, através da SEEL/SUDERJ, que realizou um diagnóstico nos 92 municípios do Estado, a fim de conhecer o nível de desenvolvimento do esporte nas diferentes cidades. A inovação da pesquisa está na estruturação do Índice de Desenvolvimento do Esporte (IDE), uma ferramenta que permite análise da situação dos municípios em relação ao desenvolvimento do esporte;
- Em Minas Gerais, pela Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude (SEEJ), que estabelece o Índice Mineiro de Desenvolvimento Esportivo (IMDE):

“A criação do Índice Mineiro de Desenvolvimento Esportivo - IMDE objetiva contribuir para o aperfeiçoamento dos registros e aprofundamento de informações necessárias aos formuladores de políticas relacionadas ao esporte. (...) A realização de uma política pública passa por etapas, são elas: o diagnóstico, a formulação, a execução e acompanhamento, com eventuais ajustes. Os indicadores propostos no IMDE fornecem subsídio para o diagnóstico e monitoramento da situação do esporte em Minas Gerais, o que possibilita uma gestão mais eficaz das intervenções esportivas”. (SEEJ-MG, 2011)

A distribuição de recursos sempre é um grave problema na gestão pública, principalmente pela falta de critérios meritocráticos e por isto a SEEL desenvolveu o IDEF 2010/2011 como estratégia para estabelecer elementos objetivos de mensuração de desempenho das instituições gestoras do desporto.

A finalidade da política esportiva é forçosamente o desenvolvimento esportivo, o qual, segundo Paz (1977), é condicionado por 10 fatores. Posteriormente, Pires (2007) reformulou o conjunto de fatores condicionantes do desenvolvimento esportivo, ao enumerar 12, que são apresentados no Quadro 01, para a comparação da evolução do pensamento entre os dois autores.

Quadro 1: Comparação de Fatores de Desenvolvimento Esportivo

Paz (1977)		Pires (2007)	
Promoção	Formação de monitores	Orgânica	Instalações
Educação Física	Formação de treinadores	Atividades	Apetrechamento
Aperfeiçoamento	Equipam. p/ simples praticantes	Marketing	Quadros Humanos
Competições	Equipamentos p/ elite	Formação	Finanças
Formação de Prof. E. F.	Organização e estruturas	Documentação	Normativo
		Informação	Gestão

De acordo com Sarmento (2010), “um processo de desenvolvimento apresenta elevado grau de complexidade, pois a sua lógica não depende de qualquer organização predeterminada de fatores, mas de uma aleatoriedade relacional entre fatores e contextos ambientais”. Assim como todo acontecimento esportivo, o processo de desenvolvimento também não pode ser reproduzido, é sempre único, mesmo que reúna todos os ambientes, contextos, equipamentos e atores anteriores.

Assim, a composição do IDEF 2010/2011 associa um elenco de “Fatores de Desenvolvimento do Esporte” e “Indicadores de Desempenho” adequados a realidade do atual contexto esportivo paraense e propicia mais segurança em relação aos critérios para uma distribuição meritocrática de recursos às entidades esportivas.

Quadro 2: Fatores e Indicadores para o IDEF 2010/2011

Recursos Humanos	RH	Relação de Atletas (Participantes de competições oficiais)
		Relação de Técnicos (Com formação específica e nível nacional)
		Relação de Árbitros (Com formação específica e nível nacional)
		Relação de outros colaboradores e tipos de vínculos (Administrativo)
Atividades	ATV	Relação de Instituições Federadas (Aptos a competições oficiais)
		Relação de Competições Estaduais oficiais, por categorias (Faixa etária, peso, etc.)
		Relação de Competições Estaduais não oficiais (Universitárias, Estudantis, Classistas, Militares, etc.)
		Participação e Resultados de Equipes (Seleções) e Atletas em Competições Regionais e Nacionais.
		Relação de Competições Internacionais realizadas
		Relação de Ações de Responsabilidade Social
Formação	FOR	Relação de cursos de formação para Árbitros
		Relação de cursos de formação para Técnicos
		Relação de cursos de formação para Gestores
Instalações e Equipamentos	INS	Sede (Própria / Alugada / Cedida / NT)
		Bens móveis
		Equipamentos específicos
Gestão (Planejamento Estratégico)	GES	Estrutura funcional
		Metas e Objetivos
		Calendário de Atividades
		Metodologias de Avaliação
		Posicionamento Político no Cenário Nacional
Comunicação (Comprometimento com a Mídia)	COM	Serviço de Assessoria de Imprensa
		Site Oficial (Estrutura Gral, Serviços, etc.)
		Visibilidade na Mídia
		Estratégia de Marketing
Legislação	LEG	Estatuto atualizado em relação a legislação em vigor
		Certidões: FGTS / INSS / SEEL / Receita: Federal, Estadual, Municipal
Finanças (Compromisso de Patrocinadores)	FIN	Relação de Fontes de Receita
		Relação de Convênios e Parcerias na esfera pública
		Relação de Convênios e Parcerias na esfera privada

Fonte: SEEL 2011

Tassinari considera que as Federações das modalidades esportivas específicas são organizações que foram criadas para que se fomentasse o desporto através de cada região. São organizações estatutárias que estão filiadas a um órgão superior da modalidade referente em nível nacional.

O reconhecimento das Federações como segmento do fenômeno esportivo é essencial para o desenvolvimento do Estado, com especial destaque no percurso do esporte de rendimento, quer seja profissional ou amador e, assegurada a liberdade de organização das Federações, a partir de princípios democráticos e de representatividade, a SEEL estabelece parcerias com elas.

Enquanto associações de direito privado sem fins lucrativos, as Federações dotadas de utilidade pública esportiva, garantem sua independência face ao Estado como organizações estatutárias criadas para o fomento das respectivas modalidades desportivas, porém, com notório trabalho de natureza social, são também beneficiárias de recursos públicos.

Materiais e Métodos

O estudo teve por base a análise e a categorização do universo composto por 18 entidades de modalidades esportivas, utilizando uma metodologia descritiva fundamentada na recolha de dados em um *corpus* constituído pelo: (i) "Roteiro Básico de Pontuação" para apresentação de informações com base nos

“Indicadores de Desempenho” relativos a 2010; (ii) “Relatórios das Federações”; (iii) “Instrumento de Avaliação” e (iv) Quadro de Tabulação.

Após o envio do “Roteiro Básico de Pontuação” a quase 30 entidades do esporte no Pará, seus dirigentes participaram de uma reunião na qual conheceram a concepção global da proposta e cada item do referido instrumento, com o estabelecimento do prazo de 30 dias para preenchimento e devolução.

O valor do IDEF 2010/2011 corresponde a relação entre a somatória da pontuação obtida em cada “Fator de Desenvolvimento” e a pontuação máxima prevista para eles. Desta forma, o maior valor alcançado pelo Índice será 1,000 (equivalente a 150 pontos).

A análise preliminar das informações recebidas de 18 Federações que responderam a consulta da SEEL antecedeu o processo de tabulação dos dados e algumas entidades foram convidadas para apresentar esclarecimentos e documentações confirmatórias sobre alguns dados contidos nos Relatórios.

Em seguida ao cálculo do IDEF 2010/2011, as Federações foram classificadas em três grupos de acordo com o IDEF atingido (I – De 0 a 0,399; II – De 0,400 a 0,599 e III – De 0,600 a 1,000), havendo uma previsão de investimento financeiro com valores diferentes para cada um deles e o acompanhamento da aplicação de recurso não ficará restrito a prestação de contas contábil, mas também será importante que o contribuinte perceba o impacto desportivo proporcionado pelo investimento do recursos público.

Resultados

Algumas Federações informaram que não apresentariam seus “Indicadores de Desempenho”, em função da impossibilidade atual de cumprirem as exigências mínimas para estabelecimento de convênios com instituições públicas, ou mesmo por questões internas, como foram os casos das Federações de:

- **Voleibol**, cuja dívida contábil ultrapassa o valor de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais), sendo a Fazenda Estadual o seu principal credor;
- **Tênis**, que ainda tenta contribuir para a conclusão da Prestação de Contas da Confederação Brasileira de Tênis, relativa ao Convênio 055/2006, que foi celebrado para a realização do I Amazônia Open de Tênis, em junho de 2006;
- **Remo**, cuja direção estava sob a responsabilidade de uma Junta Governativa e, há algum tempo, constituída apenas por um representante;
- **Canoagem**, que ainda não conseguiu concluir seu processo de regularização documental.

A Federação Paraense de Futebol não foi consultada em função de gerir uma modalidade profissional e manter uma relação diferenciada com a SEEL.

Em nosso arquivo contamos com todos os documentos utilizados na alimentação de dados da “Matriz de Resultados” apresentada a seguir:

Quadro 3: Matriz de Resultados IDEF 2010/2011

Pontuação Máxima		1,000	150	20	35	15	15	25	20	10	10
Federações de:	Class	IDEF	Pontos	RH	ATV	FOR	INS	GES	COM	LEG	FIN
Futsal	1º	0,733	110	19	20	6	11	23	14	9	8
Handebol	2º	0,713	107	19	18	9	7	25	18	8	3
Judô	3º	0,707	106	17	26	7	11	19	14	9	3
Atletismo	4º	0,687	103	17	20	3	11	21	16	9	6
Desp. Aquáticos	5º	0,640	96	17	20	6	9	21	14	6	3
Ginástica	6º	0,587	88	12	17	7	7	19	10	9	7
Basketball	7º	0,567	85	16	16	3	9	19	8	9	5
Jiu Jitsu	8º	0,560	84	20	16	3	9	15	9	8	4
Sumô	9º	0,553	83	13	17	6	7	15	14	7	4
Ciclismo	10º	0,520	78	11	20	0	7	15	12	9	4
Karatê-dô Tradic.	11º	0,507	76	13	21	8	9	15	7	1	2
Karatê Olímpico	12º	0,493	74	17	15	8	7	13	7	7	0
Triathlon	13º	0,487	73	9	12	3	9	15	12	7	6
Boxe	14º	0,453	68	12	21	0	9	17	8	1	0
Taekwondo	15º	0,420	63	13	15	3	9	13	7	0	3
Boliche	16º	0,320	48	3	8	0	7	11	8	9	2
Capoeira	17º	0,313	47	10	15	3	3	11	3	0	2
Muay-Thai	18º	0,293	44	9	11	6	5	7	5	1	0

Discussão

Em relação aos valores registrados na “Matriz de Resultados”, os aspectos com pontuação mais baixa foram “Finanças – FIN”, “Formação – FOR” e “Comunicação – COM”, o que tem relação direta com às dificuldades de gestão, principalmente em termos de planejamento, qualidade e visibilidade, refletindo de forma direta em quase todos os demais indicadores.

Quanto as “Instalações – INS” e a “Legislação – LEG” o desempenho chega a ser razoável, apontando que apesar das dificuldades é possível realizar um trabalho com resultados satisfatórios e que os aspectos burocráticos atrapalham, mas também não inviabilizam as realizações.

Os quesitos com melhor pontuação foram “Recursos Humanos – RH”, “Atividades – ATV” e “Gestão – GES”, o que indica o esforço dos gestores em geral para a superação de dificuldades estruturais, pois apesar da escassez dos meios e do absoluto amadorismo, eles articulam quadros de voluntários e, razoavelmente, conseguem manter a realização dos seus Calendários Anuais, movimentando atletas, técnico, equipes e árbitros.

Conclusão

A divulgação do IDEF 2010/2011, com a possível celebração de Convênios para transferência de recursos financeiros às Federações, provocará um impacto positivo na gestão de cada uma das entidades participantes, que reforçarão alguns aspectos nos quais estejam mais fracas em relação as suas congêneres, na perspectiva de melhorarem seus Índices e, no futuro, aumentarem suas participações na distribuição de recursos pelo Estado, enquanto as melhores posicionadas evitarão o percurso inverso.

E também acontecerá um efeito multiplicativo entre as Federações que não participaram do atual processo, no sentido de regularizarem suas situações administrativas em curto espaço de tempo, ficando aptas ao estabelecimento de convênios com o poder público.

Em médio prazo, a continuidade das informações enviadas pelas Federações proporcionará meios para avaliação do impacto do investimento público no esporte paraense, observando não apenas os resultados dos atletas e das equipes nas competições, mas também a evolução em diversos outros segmentos importantes para o crescimento do mercado esportivo, além de orientar as futuras tomadas de decisão de investimentos em relação a política esportiva estadual.

Referências bibliográficas

- COSTA, C. P. **Estudos sobre modelos de desenvolvimento de Federações desportivas no Estado do Pará – Brasil**. Porto (Tese de Doutorado): FADEUP Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, 2010.
- PAZ, B. C. **A racionalização das escolhas em matéria de Política Desportiva**. Lisboa: Direcção Geral dos Desportos, 1977.
- PIRES, G. **Agôn: Gestão do Desporto- O jogo dos Zeus** (Vol. 1). Porto: Porto Editora, 2007.
- SARMENTO J. P., PINTO, A., COSTA, C. P. & SILVA, C. A. F. **O evento desportivo como factor de desenvolvimento**. [Versão eletrônica] Revista Intercontinental de Gestão Desportiva, Volume 1, Número 1 Consult. 11.08.2011 Disponível em <http://revista.universo.edu.br/index.php/gestaoesportiva/article/view/364>
- SARMENTO, J. P. **Relatório da Unidade Curricular - Gestão das Organizações Desportivas**. Porto: FADEUP - Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, 2010.
- SEEJ-MG. **Índice Mineiro de Desenvolvimento Esportivo**. Belo Horizonte, 2011.
- SEEL/SUDERJ. **Índice de Desenvolvimento do Esporte: Mapeamento e Gestão no Estado do Rio de Janeiro**. [Versão eletrônica]. Consult. 10.02.2011, disponível em <http://pt.scribd.com/doc/47671863/Apresentacao-do-Indice-de-Desenvolvimento-Esportivo>
- TASSINARI, L. **Diagnóstico dos modelos de gestão de organizações esportivas em Porto Alegre** [Versão eletrônica]. Consult. 21.11.2008, disponível em <http://www.uniritter.edu.br/w2/letras/palavora/arquivos/1%20-%20Artigo%20Lorenzo%20Tassinari.pdf>

A governança de federações esportivas na perspectiva dos dirigentes voluntários

Temática: Governança e Liderança no Ambiente Esportivo

Luiz Gustavo Nascimento Haas
Curitiba, Paraná, Brasil
luizhaas@yahoo.com.br
Abel Hermínio Lourença Correia
Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa, Portugal
a.correia@fmh.utl.pt

Resumo

Este trabalho teve o objetivo de discutir assuntos ligados a Governança e verificar como esse tema é tratado pelas federações desportivas e pelos seus presidentes. A Governança surgiu no meio corporativo como forma de garantir segurança e transparência para os investidores e ganhou destaque após alguns casos de fraudes no mercado de ações. Devido às crescentes influências externas e à profissionalização que as organizações desportivas estão a sofrer, a discussão sobre a Governança no desporto tem ganhado destaque no meio académico. Realizou-se uma entrevista com os presidentes de oito federações desportivas no estado do Paraná. O guia foi preparado considerando quatro temas da Governança: Membros da Direção, Organização, Participação de Grupos de Interesse e Conformidade, conforme proposto pela UK Sport. Os resultados demonstram que as federações desportivas estudadas não aplicam os conceitos de Governança em sua gestão. Apesar de verificar algumas tendências na adoção desses princípios em algumas ações, essas práticas não são formalizadas e ainda são conduzidas por amadores. A falta de profissionais qualificados e a baixa influência do governo e de investidores externos aparecem como possíveis causas na baixa adoção de princípios de Governança nas federações estaduais.

Palavras-chave: Governança, Federações Desportivas, Dirigentes Voluntários, Profissionalização, Gestão do Esporte.

Abstract

This work was aimed at discussing issues related to Governança and verifies how that subject is treated by sports federations and their presidents. The Governança emerged in the corporate environment as a way to guarantee security and transparency for investors, and gained prominence after some cases of fraud in the stock market. Due to the increasing external influences and professionalization in sports organizations are suffering, the discussion on Governança in the sport has gained in academic highlights. There was an interview with the presidents of eight sport federations in the state of Paraná. The guide was prepared considering the four themes of Governança: Board of Directors, Organizations, Stakeholder Participation, and Compliance, as proposed by UK Sport. The results show that the sports federations studied did not apply the concept of Governança in their management. While checking some trends in the adoption of these principles in some actions, such practices are not yet formalized and are conducted by amateurs. The lack of skiller and low influence of the government and outside investors, as possible causes of the low adoption of principles of Governança in the federations.

Keywords: Sports Federation, Volunteer Board Member, Professionalization, Sports Management.

A governança de federações esportivas na perspectiva dos dirigentes voluntários

Introdução

A realidade do Modelo Europeu do Desporto, baseada no desporto federado, vive um processo de mudança. O desporto, que durante o século XX era desenvolvido em uma lógica amadora de promoção social, vive hoje uma lógica profissional em uma dinâmica organizacional de gestão de negócio (Pires, 2007).

As entidades presente neste modelo caracterizam-se por estarem inseridas no setor das organizações sem fins lucrativos e pelo grande envolvimento de voluntários nas estruturas organizacionais. Com as inovações existentes no mercado e à passagem para a civilização pós-capitalista as organizações passaram a trabalhar em uma lógica de gestão de negócios, deixando a estrutura presente nas organizações desportivas em desacordo com o que é exigido pelo investidores, principalmente no que se refere a transparência e princípios éticos.

A governança é um tema recente no estudo das teorias organizacionais e surgiu como forma de proporcionar segurança para acionistas de empresa com capital pulverizado em bolsas de valores. As organizações que adotam princípios de governança desejam resgatar valores como: transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade corporativa (IBCG, 2009; UK Sport 2007).

Considerando que as organizações desportivas vêm sofrendo várias mudanças no seu meio interno e externo do últimos anos (Ferkins, Shilbury, McDonald, 2005), a adoção de práticas de governança se tornou importante para que essas organizações possam se adaptar e sobressair no exigente mercado atual. Assim como fizeram as empresas do mercado corporativo, as organizações desportivas sem fins lucrativos também precisam apresentar transformações em sua estrutura e imagem para que os investidores se sintam confiantes na aplicação de recursos em projetos desportivos.

Ainda são poucos os estudos que discutem a governança das organizações desportivas brasileiras. Nos poucos estudos existentes os clubes de futebol são os grandes focos das pesquisas (Marques & Costa, 2009; Rezende, Facure, Dalmácio & Slomski, 2009). Pesquisar a governança de entidades de administração do desporto no Brasil ganha importância a partir do momento que o país será sede dos dois maiores eventos desportivos do mundo: Mundial de Futebol FIFA 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. Estes eventos irão movimentar grandes quantidades de recursos financeiros de investidores da iniciativa privada e pública.

Objetivos do estudo

A proposta deste trabalho é apresentar a importância da aplicação de princípios da governança na gestão de entidades responsáveis pela administração do desporto brasileiro e verificar qual o grau de adoção desses princípios nas federações desportivas estaduais.

Assim, enumeramos os objetivos propostos para esse trabalho da seguinte forma: (a) diagnosticar o grau de adoção de práticas de boa governança pelas federações estaduais desportivas; (b) observar o nível de conhecimento sobre temas relacionados com a governança por parte dos presidentes das federações desportivas estaduais; e (c) verificar se existe interesse por parte dos presidentes para a adoção de práticas de boa governança nas federações desportivas estaduais.

Revisão de literatura

1. Governança Corporativa

A governança apesar de ser um recente campo de estudo da gestão, já era uma reflexão que atingia as pessoas desde que elas começaram a se organizar em grupos com objetivos em comum. A questão fundamental que preocupava os indivíduos envolvidos na organização era como garantir que os responsáveis pela gestão da entidade estavam tomando as decisões de acordo com interesse geral e não somente conforme suas necessidades pessoais (Clarke, 2004).

Uma boa prática de governança assegura aos investidores de uma organização que os recursos que ele investiu estão sendo gastos para o bem da própria organização e estão sujeitos ao controle e prestação de contas transparente (Hoye & Cuskelly, 2007).

Existem diferentes teorias que são aplicadas ao estudo da governança. Segundo Hoye e Cuskelly (2007) essas teorias são utilizadas para dar uma luz nos estudos sobre a governança em organizações corporativas, não lucrativas e desportivas, e são elas: Teoria da Agência, Teoria dos Stewardship, Teoria

Institucional, Teoria da Dependência de Recursos, Teoria de Redes, Teoria dos Stakeholders, a Perspectiva Democrática e a Teoria da Hegemonia Gerencial. Dentre as teorias, as mais utilizadas são: a Teoria da Agência, Teoria dos Stakeholders, Teoria Institucional e Teoria da Dependência de Recursos (Clarke, 2004; Hoye & Cuskelly, 2007).

Cada uma destas teorias busca explicar a Governança com diferentes pontos de vista. Essas teorias analisam mecanismos internos e externos da Governança nas organizações, mas no fundo todas elas seguem o principal propósito da Governança, ou seja, oferecer aos acionistas alguma segurança de que os gestores estão agindo segundo os interesses dos investidores da organização (Clarke, 2004).

2. Governança em organizações não lucrativas

As organizações sem fins lucrativos possuem historicamente bases nos valores de filantropia, voluntariado e prestação de serviços (Alexander & Weiner, 1998 p.223). Em grande parte das sociedades do mundo, essas organizações possuem um importante papel em tarefas sociais como educação, saúde, cidadania, artes entre outros. Segundo Young (1998), os fatores chaves que diferenciam as organizações não lucrativas dos outros tipos de organizações são: a primazia da sua missão de serviço; as diversas fontes de financiamento; a mistura de trabalhos voluntários e profissionais; o expressivo papel que elas atuam na vida dos indivíduos; a gestão por parte das direções voluntárias; e o seu papel na defesa das mudanças sociais.

A literatura apresenta diferenças entre a Governança de organizações com fins lucrativos e sem fins lucrativos. Shilbury (2001) defende que a principal diferença está no propósito da existência de cada organização. Enquanto a missão das organizações com fins lucrativos é manter o bem-estar financeiro dos investidores, a missão das organizações sem fins lucrativos é proteger o serviço prestado e atingir seus objectivos.

3. Governança em organizações desportivas

A percepção de práticas deficientes de Governança nas organizações desportivas não é atual. As próprias organizações desportivas e os governos reconhecem esse problema há mais de uma década (Hoye & Cuskelly, 2007). Alguns fatores são responsáveis pelas mudanças na gestão desportiva dos últimos anos: entrada de executivos profissionais, aumento das receitas e despesas, maior investigação por parte das mídia e maior interesse de possíveis investidores (Ferkins, Shilbury, & McDonald, 2005).

O desporto possui a peculiaridade de possuir organizações nas três diferentes esferas: pública; privada com fins lucrativos e sem fins lucrativos (Ferkins et al, 2005). Consequentemente, existem diferentes assuntos da governança corporativa e de organizações sem fim lucrativos que são adequadas às questões das organizações desportivas. Estudar a governança em organizações desportivas ajuda a entender como as organizações se colocam na indústria do desporto, e permite também perceber semelhanças e diferenças entre as próprias organizações (Hums & MacLean, 2004).

Existem fatores externos e internos que influenciam as organizações desportivas na adoção de práticas de governança. Segundo Hoye e Cuskely (2007) são fatores externos: (a) Relacionamento entre governo e o setor não lucrativo; (b) Grupos de interesse; (c) Guias de governança de agências desportivas; (d) Políticas governamentais desportivas; (e) Globalização; (f) Ambiente regulador.

Pode-se verificar que as organizações desportivas sofrem pressões de diversos órgãos. O governo tem um papel fundamental na melhoria das práticas de governança nas organizações desportivas. Por meio de políticas desportivas e da relação que possui com o setor não lucrativo, o governo possui condições de criar guias e programas de modernização das entidades de administração desportiva.

Juntamente com os factores externos, as direcções de organizações desportivas não lucrativas precisam lidar com assuntos internos que influenciam a habilidade da utilização das práticas de Governança (Hoye & Cuskelly, 2007 p.31). Para esses autores são fatores internos: (a) Composição da direcção; (b) Condução de reuniões; (c) Recrutamento de membros da direcção; (d) Estrutura de governança; (e) Valores e cultura organizacional; (f) Distribuição de liderança entre direcção; (g) Relações de trocas de recursos entre os órgãos nacionais de gestão e seus membros.

Materiais e métodos

Considerando os objetivos propostos nesse trabalho optou-se utilizar uma pesquisa de carácter qualitativo. Para a recolha de dados desta pesquisa utilizou-se uma entrevista semi estruturada.

O modelo de análise baseou-se nos fatores internos e externos que influenciam as organizações

desportivas a adotar princípios de boa governança apresentado por (Hoye & Cuskelly, 2007).

Para avaliar o grau de adoção de práticas de boa governança nas federações desportivas utilizou-se como parâmetro o guia britânico “A UK Sport Good Governança Guide for National Governing Bodies” (UK Sport, 2004).

Por conveniência, foram escolhidas para a pesquisa as federações desportivas do estado do Paraná. Foram convidados presidentes de 12 entidades no entanto somente 8 retornaram o convite e aceitaram participar da pesquisa. Trata-se de uma amostragem não probabilística intencional, onde o pesquisador não está interessado na opinião da massa, e sim em um determinado grupo da população (Marconis e Lakatos, 1990).

As gravações das entrevistas foram transcritas e a análise dos dados foi feita seguindo o conteúdo proposto por Bardin (1977). Na primeira fase, buscou-se ler as entrevistas de forma a obter as primeiras impressões e tirar observações. As leituras seguintes tornaram-se mais específicas de onde se procurou criar recortes dos temas e formar unidades de registro para discutir cada tema proposta.

Resultados

Observou-se a presença ou ausência de práticas de boa Governança na gestão das federações desportivas pesquisadas conforme o que é apresentado pela UK Sport (2004).

No que diz respeito a governança e os membros da direção percebe-se que os presidentes não conseguem diferenciar as atividades de gestão operacional e de governança, os membros da direção não são treinados para seus cargos e não existe nenhum plano de . O mesmo acontece com os colaboradores que não passam por nenhum tipo de processo de recrutamento.

Apenas uma federações apresenta o cargo de superintendente, na literatura sobre governança esta figura é o principal responsável pela gestão operacional, permitindo que os dirigentes voluntários possam tratar de assuntos estratégicos e de governança sem se preocuparem com outros assuntos operacionais. Percebeu-se também falta de documentos formais como organogramas, código de conduta, planejamento estratégico, sendo que em muitas das entidades somente o estatuto é utilizado como referência e suporte a gestão das federações. A falta de documentos auxiliares torna as ações da gestão informais e de difícil controle.

Existe pouca participação de grupos de interesse na governança das federações. Somente a assembleia geral é usada para auditar as contas e acompanhar o que é realizado durante o ano. Mesmo assim, nas assembleias assuntos técnicos da modalidade são mais discutidos do que assuntos relacionados a governança.

Discussão

Considerando as ações internas que influenciam as organizações a praticarem boas ações de governança, conforme sugerem Hoye e Cuskelly (2007), destaca-se que as federações estaduais desportivas pesquisadas encontram-se distantes de adotarem boas práticas de Governança. Importantes assuntos internos como reuniões, recrutamento e treino de diretores, e composição da direção ainda são tratados de forma informal dentro dessas entidades.

Quando analisados os quadros acima, observa-se que, apesar de algumas das ações das federações estarem de acordo com o proposto pela boa Governança, ainda verifica-se pouca formalidade nas ações praticadas. Neste sentido, a seguir, reflecte-se sobre os casos onde se percebeu a necessidade de formalização de procedimentos internos para melhorar a Governança das federações.

Levando em consideração as influências externas apresentadas por Hoye e Cuskelly (2007 p.19), este trabalho apresenta as seguintes considerações. Quanto à relação entre as federações desportivas e o governo estadual, percebe-se que existe muito pouco apoio financeiro do Estado nessas entidades. Consequentemente, por não serem financiados pelo Estado, os dirigentes deixam de se sentir obrigados a prestar contas para qualquer órgão governamental e passam a sofrer pouca influência desses órgãos.

No que diz respeito às relações das federações com outros grupos de interesse, damos destaque ao apoio que algumas confederações oferecem para as federações. O apoio e incentivo das entidades nacionais para a profissionalização das entidades estaduais pode ser uma motivação para a melhoria da governança nas federações desportivas.

Devido à existência de poucas federações com patrocinadores, verificou-se pouca influência desses agentes na governança das federações. Considera-se importante reflectir se, com a melhoria da gestão das federações e a profissionalização delas, iriam se estabelecer melhores contactos entre empresas interessadas no meio desportivo e as federações estaduais.

Por possuírem pouca interferência de investidores externos, essas organizações desportivas não se sentem pressionadas a melhorarem e formalizarem os seus procedimentos internos, ou serem mais transparentes nas suas prestações de contas. Ou seja, a melhoria da governança das federações pode estar ligada a uma maior cobrança de órgãos governamentais do que de patrocinadores.

Conclusão

Concluiu-se que a governança nas organizações pesquisadas ainda precisa ser desenvolvida. Ou seja, é preciso que os presidentes percebam as vantagens da profissionalização das federações e, junto com os novos profissionais, busquem novas formas de gerir suas entidades. Desta maneira, poderão trazer inovações na gestão de organizações desportivas.

As conclusões do trabalho nos levam a uma reflexão sobre a necessidade da profissionalização das federações desportivas e da modernização dos processos e estruturas dessas organizações. A adoção de boas práticas de governança poderá se tornar um diferencial para que certas federações desportivas utilizem na captação de recursos, que poderá ser beneficiada com atual o ambiente favorável no desporto brasileiro. Além disso, poderão ser utilizadas como ferramentas para demonstrar como os investimentos estão sendo utilizados e quais os resultados obtidos.

Espera-se que a partir desse estudo surjam novas pesquisas a respeito da governança nas entidades de administração do desporto brasileiras. Também será de grande importância o surgimento de guias para adoção de práticas de boa governança na língua portuguesa.

Referências bibliográficas

- Bardin, L. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.
- Clarke, T. (2004) Theories of corporate governança: The philosophical foundations of Corporate Governança. Londres: Routledge.
- Ferkins, L., Shilbury, D. & McDonald, G. (2005) The role of the board in building strategic capability: Towards an integrated model of sport Governança reseach. Sport Management Review, 8, 195-205.
- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Acesso em 06 de março de 2009, em <http://www.ibgc.org.br>
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (1990). Técnica de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas.
- Marques, D. S. P. & Costa, A. L. (2009). Governança em clubes de futebol: Um estudo comparativo de três agremiações no estado de São Paulo. Revista de Administração da Universidade de São Paulo, 44 (2), 118-130.
- Pires, G. (2007). Agôn gestão do desporto: O jogo de Zeus. Porto: Porto.
- Rezende, A. J.; Dalmacio, F. Z.; Facure; C. E. F. & Slomski, V. (2009). Corporate Governança and management models in non-for-profit organizations: An analysis of Brazilian Football Clubs. In: AAA – American Accouting Association, 2009, New York – EUA. American Accounting Association, 2009.
- UK Sport (2004). Good Governança guide for national governing bodies. Londres: UK Sport.

A dificuldade de implementar novas tecnologias no Futebol, dada a herança da "Common Law"

Temática: Legislação Esportiva e Gestão do Esporte

Braz Rafael da Costa Lamarca
brlamarca@gmail.com
Fernanda Pizzotti Guerra das Dores
fepizzotti@gmail.com
Filipe Fernandes Ribeiro Mostaro
filipemostaro@hotmail.com
João Claudio Martins Tavares
jcmtavares79@hotmail.com
Luciana Accioly Zogaib
luaccioly@terra.com.br
Vinícius Laranja Faustini
viniciusfaustini@gmail.com

Faculdades Integradas Hélio Alonso - IGEC, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo

Decidir uma jogada utilizando-se de recursos tecnológicos. Vários esportes já adotam essa técnica para tentar diminuir a possibilidade de erro dos árbitros. Entretanto, o Futebol ainda reluta para adotar os recursos eletrônicos em jogadas duvidosas. A herança da "Common Law" influencia esta barreira existente entre tecnologia e a arbitragem, no esporte mais popular do mundo, haja vista que o Futebol e suas regras foram criados na Inglaterra.

Palavras-chave: Legislação: "Common Law" e "Civil Law", Futebol, Tecnologia, Gestão do Esporte.

Abstract

Deciding a move using a technological resource. Several sports have adopted this technique to try to reduce refereeing errors during a match. However, the Football is still reluctant to adopt electronics resources in questionable moves. The heritage of the British Common Law has influenced this barrier between technology and referee in the world's most popular sport considering that Football as well as its rules were created in England.

Keywords: Legislation: Common and Civil Laws, Football, Technology, Sport Management.

A dificuldade de implementar novas tecnologias no Futebol, dada a herança da “Common Law”

Introdução

É inegável que a tecnologia vem, cada vez mais, influenciando o esporte, seja na preparação dos atletas, na Medicina Esportiva ou na execução de regras. São várias as modalidades que já contam com o auxílio de câmeras, vídeos e imagens congeladas, para desmistificar as polêmicas ocorridas durante uma partida. Porém, no esporte mais popular do mundo, o Futebol, verifica-se certa repulsa a esses novos instrumentos. Muito se discute sobre “*chips*”, telões em estádios, e árbitros responsáveis por conferir, com ajuda de um “*replay*”, a validade de uma determinada jogada. Esta discussão passa pela sua própria gênese, isto é, pelas raízes jurídicas da legislação predominante no país que criou o Futebol, uma vez que a base legal foi a “*Common Law*”, e a estes, os ingleses, coube a tarefa de definir e unificar as regras utilizadas no certame.

Objetivos do estudo

Abordar e analisar o porquê da dificuldade de se modificar algumas regras no Futebol, e como o legado da “*Common Law*” influencia, diretamente, nesta decisão.

Revisão de literatura

Para HILÁRIO (2007), o Futebol aos poucos adotou o que, de certa forma, se tornava comum ao esporte: “... de maneira complementar às regras oficiais, desde os primeiros tempos o Futebol conheceu práticas que se incorporaram a ele como se fossem outras regras”. Exemplificando, temos a utilização do apito pelo árbitro, em 1878, bem como, a introdução do intervalo de 15 minutos, em 1896. Em 1894, o árbitro passou a marcar faltas e pênaltis, aplicando o poder que lhe conferia, e confere, a regra da modalidade. Isso porque, antes, não se acreditava que num jogo de cavalheiros, alguém pudesse ser capaz de cometer um ato desonroso, ou seja, uma falta, e, se a cometesse, o próprio autor do ato, tomado pelo espírito nobre, marcaria a infração cometida em desfavor ao seu time. Até 1886, o árbitro não atuava dentro de campo, e, somente, em 1891, surgiram os árbitros auxiliares, hoje conhecidos, no Brasil, como “bandeirinhas”.

O mundo foi sofrendo alterações tanto quanto o Futebol, e com isso, as regras adquiriram novos contornos desde então. Em 1899, determinou-se como 11, o número de jogadores para cada time, diferentemente da primeira partida organizada pela FA (“*Football Association*”), em 1864, onde eram 14 jogadores em campo, por equipe. O Futebol começava a ter autonomia e identidade próprias, com regras específicas, para que não houvesse dúvidas quanto à legitimidade da prática futebolística, uma vez que: “*Enquanto certos hábitos da prática futebolística continuaram aceitos sem se transformar em regra, outros acabaram sendo incorporados pela norma escrita por se tratar de pontos fundamentais, que não poderiam dar margem a hesitações e variações*”. (HILÁRIO, 2007)

Com a expansão do Império Britânico, o Futebol se espalhou pelo Mundo, tão rápido quanto angariava apaixonados adeptos, caindo no gosto popular dos países em que foi implantado, inclusive no Brasil (final do século XIX). Porém, como a Inglaterra foi perdendo a sua força e “*status*” de superpotência no cenário mundial, o mesmo se sucedeu com a sua influência sobre o Futebol. Entretanto, a prática cresceu muito, e os próprios ingleses não conseguiam mais controlá-la, nem mesmo dentro de seus próprios domínios territoriais. Um esporte que, como se dizia, à época, permitido apenas para os cavalheiros, foi intensamente apoiado, aprendido e praticado pelas massas, tornando-se uma elevadíssima fonte de renda para os clubes. Mas, mesmo com o poderio da Inglaterra em declínio, e a popularidade do Futebol em ascensão, as regras continuaram, e continuam, sob o comando da “*International Board*” que, ao lado da FIFA, decidem os rumos regulamentadores do Futebol.

Outros esportes, adiante exemplificados, já adotaram novas tecnologias, e acredita-se que a tendência do Futebol seja a de adotá-las também, mas o grande questionamento é: por que tanto demora? Esta pergunta, invariavelmente realizada em mesas redondas de cronistas esportivos, é respondida com hipotéticas acusações à FIFA, ou até, com insinuações de possíveis manipulações de resultados. Contudo, para respondermos ao que foi indagado, temos de, obrigatoriamente, digredir até a base do direito inglês, a “*Common Law*”, sendo óbvio que suas aplicações e peculiaridades demandariam um tempo muito grande, além de páginas e mais páginas escritas. Desta forma, abordar-se-ão a principal diferença entre a “*Common Law*” e a “*Civil Law*”, e a sua definição, já que estes elementos são suficientes para que

tenhamos um mínimo de conhecimento necessário ao entendimento da demora nas mudanças das regras do esporte bretão.

Preliminarmente, antes de adentrarmos no tema propriamente dito, há de se estabelecer, superficialmente, a existência de dois grandes sistemas, a “**Civil Law**” e a “**Common Law**”. Montesquieu, com a obra intitulada “*L’esprit des Droits*”, afirma que toda e qualquer ação ou reação da sociedade, cujo objetivo se consubstancia na defesa de seus anseios, é capaz de imprimir ao Sistema Jurídico em questão, uma força criadora ou modificadora das leis que o compõe, tendo dentre seus fatores, as inúmeras variáveis sociais, históricas, religiosas, naturais, demográficas, políticas, econômicas, morais, temporais e outras, as quais são denominadas como fontes do direito.

A “**Civil Law**” é a estrutura jurídica adotada no Brasil. Significando dizer que, no Direito brasileiro, as principais fontes, metaforicamente comparada à nascente de um córrego, são: a Lei, a Jurisprudência e a Doutrina, e os Usos e Costumes, isto é principalmente, o Direito Positivo, o que está positivado, ou seja, o que está escrito. Já a “**Common Law**”, estrutura jurídica em uso nos países de raízes anglo-saxônicas, tais quais os Estados Unidos da América do Norte e a Inglaterra, diferencia-se da “**Civil Law**”, no que concerne à aplicabilidade das fontes do Direito no caso concreto, pendendo mais para a utilização da Jurisprudência (reiteradas decisões judiciais proferidas pelos Juízes com base na interpretação das normas do Direito), do que no texto da lei propriamente dito. Não se querendo dizer com isto que na “**Common Law**” não existam Leis. Existem, mas a forma de aplicação destas é que as diferencia da “**Civil Law**”, decidindo-se, normalmente, de forma análoga aos casos concretos semelhantes, já anteriormente pacificados pela aplicação do entendimento jurisprudencial.

As diferenças entre a “**Civil Law**” e a “**Common Law**” são mais especificamente definidas por COUTINHO, da seguinte forma: “*Em geral e em análise apertada, tem-se compreendido a Civil Law como um sistema jurídico que tem por fonte primária, ostentando posição de relevância como fonte de solução de conflitos sociais, a lei, vale dizer, a norma jurídica escrita, positivada; já por Common Law tem-se entendido o sistema cujo elemento norteador, a base da estrutura jurídica, são os casos julgados, isto é, as decisões judiciais já proferidas, cujas soluções empregadas se apresentam vinculantes, ou seja, têm de ser obrigatoriamente observadas em julgamentos posteriores.*” (COUTINHO, 2011).

Conforme o mesmo Autor, a principal diferença consiste na participação da Justiça no seio da Sociedade, no cumprimento das decisões judiciais, e no modo pelo qual a Justiça regula as condutas sociais, defendendo que: “*Além disso, a posição dos juízes de primeiro grau (que, por exemplo, nos Estados Unidos são eleitos pelo povo), do Ministério Público e dos advogados, como protagonistas de cada sistema, passa, sob o ponto de vista instrumental, a ser bem diferente em cada sistema o que, por si só, já se apresenta como fator contundente de certo afastamento deles. Outrossim, a visão de um processo inquisitorial, com atuação efetiva do juiz na busca da verdade e interessado na realização da prova (típica ocorrência dentro da Civil Law), em contraponto com um processo adversarial, em que aos advogados cabe a estratégia e a arte de produzir a prova sem a intervenção ou “consulta” ao juiz (principalmente nos Estados Unidos), bem contrasta os dois universos jurídicos.*” (COUTINHO, 2011)

Já PEDROSA define uma diferença crucial para o entendimento em tela: “*Enfim, a fonte primária da Civil Law é a legislação e, portanto, advogados e juízes a analisam num primeiro momento para somente depois, se necessário, observar a jurisprudência. Diferentemente, as fontes primárias da Common Law são os casos, que devem ser inicialmente analisados por advogados e juízes.*” (PEDROSA, 2010)

É por esse fato que, nos países que adotam a “**Common Law**”, muitos escândalos, ou casos que nem chegam a ser ajuizados, os próprios advogados fazem acordos entre as partes para que se evite uma verdadeira batalha judicial, daí, só por ilustração, a diferença entre os “**solicitors**” (advogados não contenciosos, atuadores em acordos não litigiosos), e “**barristers**” (advogados contenciosos, operadores do Direito em Tribunais), existente nos Sistemas Jurídicos anglo-saxões e derivados. Já que: “*Na Civil Law as decisões baseiam-se, normalmente, em interpretações do que já está legislado, enquanto no Common Law as decisões buscam análises de outras sentenças já proferidas.*” (PEDROSA, 2010)

Desta forma, é muito difícil anular uma decisão depois de sentenciada, ou no caso de aprovação de uma Lei, depois de sancionada, a sua revogação seria quase que impossível e, justamente por isso, no entender de CARPENA, é uma afronta ao próprio Sistema Jurídico pátrio, pois: “*Na concepção de um investigador da Civil Law, pode-se dizer que os precedentes do Common Law atuam como normas reguladoras das condutas sociais, e a negação de aplicação desses precedentes a um determinado caso em que, a priori, incidiria, seria uma verdadeira negativa à previsibilidade e segurança jurídica, as quais se mostram imprescindíveis para garantir a desejada paz social.*” (CARPENA, 2010)

Ainda neste caminhar, o precedente torna-se Lei e impõe ao Sistema Jurídico ao qual ele compõe, o estrito e completo dever não violá-lo: “*Há, de fato, verdadeira resistência quanto à aplicação do “abandono*

do precedente” (overruling), porque, sendo o precedente uma fonte de direito e, logo, um instrumento de regulação social, a sua não incidência em determinado caso fático específico a que, em tese, seria aplicável representa uma violação à base do próprio sistema”. (CARPENA, 2010)

Materiais e métodos

Pesquisou-se outras modalidades desportivas, comparativamente, que adotaram as novas tecnologias eletrônicas, e também, como se deu a evolução das respectivas regras nas referidas práticas desportivas, com o acatamento e com a adoção das novas tecnologias, a fim de minimizar os erros dos árbitros, tentando-se alcançar o “**Fair Play**” na sua plenitude sem, no entanto, desnaturar a essência da modalidade. Após a realização dessa etapa, questionou-se o porquê do Futebol ainda não ter adotado essas novas tecnologias. Concluindo-se que a preponderância da “**Common Law**” influencia, sobremaneira, as decisões da “**International Board**” associada à FIFA, dada à herança legislativa do país criador do Futebol.

Resultados

Além de a lei antiga prevalecer sobre a mais moderna, o que é uma anomalia jurídica, para a “**Civil Law**”, a “**Common Law**” trouxe os costumes da sociedade para as suas decisões, pois “a aceitação de costumes da prática do Futebol e sua associação a ele sem transformá-lo em leis do jogo, decorre da tradição cultural inglesa (HILÁRIO, 2007)”. As leis são originárias dos costumes que, após as decisões dos Tribunais, tornam-se “**cases laws**”, e o conjunto de leis inglesas, consolidado na “**Common Law**”, foi sendo construído com a sedimentação das práticas sociais desveladoras dos valores positivos para a sociedade inglesa. Foram os fatos sociais que ganharam força de lei, sem terem sido legislados *a priori*. A exemplo, temos as redes das balizas do goleiro que, uma vez constatado que era melhor jogar com elas, tornou-se um costume e, logo depois, foi oficializada como regra para o Futebol.

Na Inglaterra, em 1875, criou-se a Corte de Apelação inglesa para capitanear seu respectivo Corpo Judicial Estatal (HILÁRIO, 2007). No Futebol, a “**International Football Association Board**” foi criada em 1886, com o mesmo propósito, tendo sido concebida dentro do espírito jurídico do Direito Consuetudinário, onde o Direito precedente prevalece. Na Inglaterra, não se mudam as leis constantemente, nem se modifica uma que já existe, com a mesma frequência da cultura jurídica latina (HILÁRIO, 2007), e, a partir do momento em que o árbitro é a autoridade máxima em campo, não é fácil criar uma regra que possa substituí-lo, fazendo com que a tecnologia julgue os atos praticados em campo, tornando o árbitro, um mero observador. Afinal: “Quando se menciona *Common Law*, está se referindo ao sistema em que o direito é criado pelo juiz. É o que também se chama de *Judge-made Law*. Assim, o juiz, ao dar a sentença, cria o direito”. (PEDROSA, 2010)

Discussão

Na essência, o Futebol não é um Esporte totalmente refratário à mudanças, os dirigentes é que, às vezes, remanchem. Quem compara as regras atuais com as originais de 1863, tem a nítida impressão de que se trata de dois Esportes completamente distintos. Ilustrando: o número de jogadores em campo, o pênalti, e o travessão ligando as duas traves, verifica que isto não constava do livrinho de 1863. Nos últimos anos, a “**International Board**” aprovou decisões que contribuíram para o aumento do tempo de bola em jogo: proibindo o goleiro de usar as mãos, em bolas recuadas com os pés por seus companheiros de clube, e limitando a seis segundos, o tempo para o arqueiro recolocar a bola em jogo, o que substitui o “**sobrepasso**” (número de passos que o goleiro podia andar com a bola nas mãos), porém, a introdução da tecnologia ainda é uma “Caixa de Pandora”, mas parece ser inevitável.

Enquanto o Futebol reluta em adotá-las, várias modalidades aderiram ao uso dos eletrônicos, inclusive aquelas de origem anglo-saxônica, tanto quanto o Futebol, eis que, desde 2002, o Basquete utiliza câmeras para determinar se um arremesso, realizado no último segundo, ocorreu, de fato, antes ou depois de ter sido zerado o cronômetro, e a Federação Internacional de Basquete oficializou a regra, sendo que na **NBA**, a revisão independe de recurso, pois, em caso de dúvida, é obrigatório que o árbitro reveja o arremesso no dispositivo tecnológico. O Tênis, bastante conhecido pela sua resistência à mudanças, em 2006, no torneio de **Key Biscayne**, EUA, instalou um equipamento que permitiu ao jogador recorrer ao árbitro eletrônico duas vezes a cada “**set**”, e, adicionalmente, no desempate do “**set**”. Atualmente, quando recursos são impetrados, o árbitro consulta o monitor, prevalecendo o que a imagem registrou. Contudo, isto já era utilizado nas transmissões de TV, mas foi a primeira vez que teve “**status**” de “**tira-teima**” oficial. O Futebol Americano também tem câmeras auxiliadoras na decisão de jogadas controversas, e cada treinador pode utilizar-se desse recurso duas vezes por jogo, somente, em situações bastante específicas,

conforme a competição. Porém, se contestar a jogada erradamente, com intuito procrastinatório, seu time perde um pedido de tempo.

Os costumes acabaram por se tornar regras, o que poderá vir a acontecer com o Futebol, desde que não fira, diretamente, os princípios basilares da **“Common Law”**. Enumeramos neste artigo, algumas mudanças, que adaptaram os costumes ao regramento desportivo, e, em contrapartida, certas mudanças não são adotadas porque interferem em antigas decisões, já petrificadas e tidas como lei, como o inquestionável e supremo poder do árbitro de Futebol. Já outras, não podem ser aceitas como tal, pois se assim o fizerem, abrirão precedentes normativos insolúveis, motivo pelo qual a **FIFA** não adotou nenhuma atitude após o ocorrido nas eliminatórias da Copa do Mundo de Futebol de 2010, onde um dos países, para obter a sua classificação, locupletou-se de um gol iniciado numa jogada em que seu jogador ajeitou a bola com a mão, e, caso o jogo tivesse sido anulado, ou se houvesse sido classificado o outro país, qualquer equipe prejudicada em atitude similar, poderia reivindicar seu direito à classificação, fazendo com que o uso da tecnologia se tornasse uma regra incontestável: *“... o ponto principal é o que se chama de **doctrine of stare decisis**, também denominada **doctrine of precedents**. Ressalte-se que **doctrine** significa regra, e desse modo, pode-se falar em “regra precedente”. **Precedent**, portanto, existe quando há uma única ou várias decisões de um órgão coletivo de segundo grau (que é um Tribunal de Apelação), fazendo com que o mesmo Tribunal ou os Juízes que lhe são subordinados decidam no mesmo sentido, quando houver um caso idêntico”*. (PEDROSA, 2010)

Conclusão

O Futebol, tal qual o conhecemos hoje, teve sua origem na Inglaterra, e o nascedouro britânico fez com que suas regras se situassem no mesmo espectro ideológico do Sistema Jurídico inglês. As regras alteraram-se ao longo do tempo, de acordo com os costumes e práticas das respectivas épocas, característica intrínseca à legislação britânica. Mas, por outro lado, a medida em que uma regra entra em vigor, revoga-se a anterior na **“Civil Law”**, e este, talvez, seja o principal argumento para se defender a admissibilidade de novas tecnologias eletrônicas para a decisão de jogadas polêmicas e duvidosas e, ao mesmo tempo, também, o maior impecílio, já que na **“Common Law”**, o juiz faz direito por intermédio de seus julgados. O evolução da prática trouxe avanços nas regras do Futebol como: marcação de campo, redes nos gols, uso de chuteiras, caneleiras, cartões, proibição de o goleiro segurar com as mãos bolas atrasadas por seus companheiros com os pés intencionalmente, o **“Fair Play”**, e o cartão por simulação de falta, porque partiu do princípio de que o Futebol é um jogo de cavalheiros, “limpo”, leal, cabendo ao praticante que desrespeita a regra, a punição. Desta forma, pergunta-se: por que algumas regras do Futebol foram mudadas de forma rápida? E outras demoram tanto para serem aceitas?

A **“Common Law”** explica parcialmente, conforme os pontos acima destacados, mas a pergunta que norteou esse artigo, nos ousa sugerir que, se a tecnologia vier a ser utilizada no Futebol, deverá vir para ajudar o árbitro, e nunca para substituir sua autoridade, e a implantação deverá ser gradual e contínua, mas a decisão final deverá, sempre, ser a do árbitro, pois, se a aplicação da tecnologia tornar-se uma regra inquestionável, e, qualquer “eletronicismo” demonstrar que um argumento tem validade jurídica para determinada equipe, outorgando-lhe poderes para requerer as benesses com base no precedente, o árbitro perderá a sua utilidade, desnaturando a própria identidade do Futebol, e, de acordo com o projeto da **FIFA**, a bola poderá até ter **“chip”** para auxiliar o árbitro a solucionar uma dúvida acerca do posicionamento da bola, em jogadas que não viu, mas jamais, decidir por ele.

Por fim, a maior dificuldade atual consiste na concepção de um sistema eletrônico eficiente e eficaz, que seja capaz de conciliar a manutenção da autoridade máxima do árbitro de Futebol em campo, e respeitar os princípios da **“Common Law”**. Contudo, enquanto este sistema não for criado, desenvolvido, testado e aprovado, ainda teremos as grandes polêmicas e as infundáveis discussões acerca de: se foi ou se não foi gol; se foi ou se não foi pênalti; se estava ou não estava impedido; e por aí em diante...

Referências bibliográficas e eletrônicas

ALMEIDA FILHO, J. C. A.; **O pedido no sistema da “Common Law” e o princípio da adstrição**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, nº 1067, 03/07/2006. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/8436>, acesso em 09/08/2011;

CARMONA, L.; POLI, G.; **Almanaque do Futebol SportTV**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: COB Cultural, 2009;

CARPENA, M. L.; **Os poderes do juiz no Common Law**. Artigo publicado na Revista de Processo nº. 180,

ano 35, fev/2010. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais;

COUTINHO, F. O.; A "Stare Decisis" da "Common Law": Semelhanças no efeito vinculante brasileiro. Conteúdo Jurídico, Brasília/DF, 06/05/2011, disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.31989&seo=1>, acesso em 06/08/11;

ESTADO DE SÃO PAULO. Chip na bola deve ser a novidade do Mundial. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso.chip-na-bola-deve-ser-a-novidade-do-mundial,751030,0.htm>, acesso em 10/08/2011;

FIFA. Laws of the game 2011/2012. www.fifa.com, acessado em 08/08/2011;

GIULIANOTTI, R.; Sociologia do Futebol – dimensões históricas e socioculturais do Esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2010;

HILÁRIO, F. Jr. A dança dos deuses: Futebol, cultura e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007;

MURRAY, B.; Uma história do Futebol. São Paulo: Hedra, 2000;

PEDROSA, K. L. A.; O contrato nas doutrinas "Common Law" e "Civil Law". Jus Navigandi, Teresina, ano 15, nº 2465, 01/04/2010, disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/14625>, acesso em 08/08/2011.

O papel de atuação dos gestores desportivos em relação aos professores de Educação Física

Temática: Gestão de Organizações Esportivas

Ronaldo Rodrigues da Silva
Noriberto Barbosa da Silva
Universidade Católica de Brasília - Águas Claras – DF- BRASIL
ronaldorodriguesdasilva1@gmail.com
noriba@ucb.br

Resumo

Os papéis de atuação dos profissionais de segmentos esportivos muitas das vezes se confundem na aplicabilidade da profissão. Foi pensando nisso que essa pesquisa teve como objetivo diferenciar e analisar o papel de atuação dos gestores desportivos em relação aos professores de educação física. Foi utilizada uma pesquisa qualitativa exploratória, com uma população de alunos de uma instituição de ensino superior do curso de educação física. A amostra foi composta de n= 50 alunos dos últimos semestres (5º e 6º) de ambos os sexos que estudam no período noturno futuros formandos em Bacharelado e em licenciatura. A faixa etária ficou entre 22 a 25 anos. Foi utilizado um instrumento que constava 07 questões com atribuições do gestor desportivo e o profissional de educação física. Coleta de dados foi realizada no período de agosto a setembro de 2011. As relações de educador e gestor passam por processos semelhantes em condições de atuação em seus devidos cenários. Não obstante devemos lembrar que funções distintas para cargos distintos requerem dos seus atores habilidade, competência e conhecimento. O gestor atuando na parte administrativa e coordenativa já o professor ministrando e organizando seus eventos. Esses papéis em determinado tempo se cruzam até se confundem nessa relação, ministrar, organizar, gerenciar, desenvolver, ensinar e protagonizar as suas competências. Cabe a esses profissionais atuarem em cenários distintos onde cada um seja conhecedor de seus direitos e deveres. O profissional de educação física conhecedor do esporte em todas as suas vertentes, conhecedor seu campo de atuação, torna-se apto a lidar com qualquer tema relacionado ao esporte. Basta saber onde atuar sem incomodar ou entrar no campo de atuação de terceiros sem ter habilitação para trabalhar.

Palavras chave: Papel da Atuação, Gestão do Esporte, Professores de educação física.

Abstract

The roles of professionals' action sports segments often become confused in the applicability of the profession. It was with this in mind that the objective of this research was to differentiate and analyze the role of action sports managers in relation to the physical education teachers. It was used a qualitative exploratory study, with a population of students from a higher education institution of the physical education course. The sample was composed of n= 50 students of the last six (5) and 6 (1) of both sexes who are studying at night future trainees at Bachelor and master's degree. THE age range was between 22 to 25 years. It was used an instrument featured in 07 questions with tasks of sports manager and the professional physical education. Data collection was carried out during the period of August the September 2011. The relations of educator and manager are replaced by similar processes in terms of performance in their due scenarios. Nevertheless we must remember that separate functions for distinctive roles require of its actors ability, competence and knowledge. The authorising officer acting on the administrative part and unsaturated already professor ministering and organizing their events. These roles in a given time if they cross until may be confused in this relationship, teach, organize, manage, develop, teach, and play their skills. It is up to these professionals act in different scenarios where each one is an expert in their rights and duties. The professional physical education with knowledgeable of the sport in all its facets, who knows his field of activity, it becomes fit to deal with any issue related to sports. Enough to know where to act without disturbing or enter the field of action of third parties without entitlement to work.

Key Words: Role of action, Sport Management, Teachers of physical education.

O papel de atuação dos gestores desportivos em relação aos professores de educação física

Introdução

A gestão desportiva não é uma atividade nova como se pensa. Essa função vem sendo desenvolvida por indivíduos que ligado ao esporte ou outro tipo de função na qual o mesmo se responsabiliza ao organizar, administrar, cuidar e se responsabilizar por outras pessoas que estão sob seu controle ou auspícios.

A função de responsabiliza-se ou de se comprometer em cuidar das ações por trás do desenvolvimento das atividades seja esportivas, culturais, sócias e de lazer faz com que apareça a figura da responsabilização de seu pleno desenvolvimento sendo assim apontado como “coordenador” do evento ou diretor de esportes e ate mesmo chefe da delegação.

Já a função do professor fica por conta de ministrar e coordenar as aulas ou treinos deixando assim claro que o gestor não poderá desenvolver essas atividades por diversos fatores éticos e pedagógicos no qual o professor está habilitado.

O simples fato de coordenar ou ser o treinador de equipes não dá o direito de o professor carregar o status de gestor. A gerencia dos técnicos e atletas ficará a cargo do gestor desportivo. O mesmo acontece com o profissional de educação física que nas escolas ao elaborar eventos como festas comemorativas não o qualifica como gestor do referido evento ficando o direito para o gestor desportivo e de lazer.

As junções dessas três profissões dão o direito de fato a esses profissionais poderem ministrar e gerir diversas atividades habilitando-o a gestor e professor de educação física e esportes.

A divisão se faz necessária pelo campo de atuação desses profissionais serem demasiadamente amplos e distintos apesar de estarem bem relacionados e dentro de um mesmo campo de conhecimento.

Objetivos do estudo

O objetivo desse estudo foi diferenciar e analisar o papel de atuação dos gestores desportivos em relação aos professores de educação física.

Revisão de literatura

Atuação de gestores desportivos e profissionais da educação física

Quando estamos falando de atuação, não podemos esquecer-nos de lembrar que, para cada campo de atuação há um profissional gabaritado em desenvolver as atividades requeridas. Portando seria lógico em afirmar que ao escolher uma atividade profissional devemos saber o que se quer e se temos habilidades e competências para aprender. Estamos numa época em que a competição pelo mercado de trabalho se torna acirradas a cada dia. Os canais de informação permitem acesso com muita velocidade para as renovações de conhecimentos e tecnologias, trazendo para o mercado de trabalho atual (de hoje em dia), tendências globais em todas as suas relações Zouain e Pimenta (2003, p. 1).

Primeiro, devemos entender o como classificar as habilidades ou competências do gestor. Pesquisando sobre o assunto, percebemos que a teoria muda constantemente, e o termo que descreve melhor esses itens propostos é competência. Segundo Zarifian (1999) citado por Fleury (2002, p. 55), “competência é a inteligência prática de situações que se apóia nos conhecimentos adquiridos e os transforma com tanto mais força quanto maior for a complexidade das situações”. (FLEURY, 2002, p. 55). Já Le Boterf (1995) citado por Fleury (2002), define competência como “o entrecruzamento de três eixos, formados pela pessoa (sua biografia, socialização), por sua formação educacional e por sua experiência profissional”(ZOUAIN e PIMENTA, 2003, p.1).

Segundo Borrachine (2010) o conceito de competências não abrange apenas essas vertentes, como foi brevemente comentada nesses trechos. Segundo Fleury (2002), “competência é um saber agir responsável e reconhecido que implicam mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agregue valor econômico a organização e valor social ao individuo”. (FLEURY, 2002, p. 55). Como podemos ver esse conceito vai mais longe do se imagina ele perpassa uma questão social e dimensional o

que se imagina conhecer as estruturas científicas das bases de conhecimentos.

Ainda segundo a autora acima citada deixa claro que esses aspectos que vemos não bastam ao indivíduo ter um conhecimento acadêmico, uma experiência profissional, uma habilidade ou capacidade específica. Os fatores de transmissão dessas características e condições de utilizá-las são de extrema importância, para o sujeito e para a organização.

Gestores desportivos

O mercado de trabalho se manifesta na medida em que ele se mostra necessário. Se o professor de educação física ministra e prescreve exercícios e atividades físicas o gestor pode gerenciar e administrara academia em que ele trabalha.

Segundo Borragine (2010) torna-se necessário o atendimento a uma demanda de mercado que se proliferou desordenadamente nos últimos anos, a busca pelas atividades físicas e a formação do profissional para atendê-las. Como todo mercado, necessitamos de pessoas capacitadas a efetuar certas tarefas, e para isso precisamos identificar as necessidades desse profissional.

A atuação do gestor pode ser desenvolvida em condomínios, parques, clubes, academias, administração em hospitais (lazer), empresas que patrocinam esportes, empresas de assessoria em esportes. Podendo abrir outros meios de gerenciar o esporte.

Lembrando que um filão está por vir como as Olimpíadas, o mundial de futebol de campo e as universidades que poderá vir acontecer na capital federal em Brasília – DF.

Segundo Vieira (2007), qualquer estrutura administrativa que tenha como o foco o esporte e seu desenvolvimento. Esse mercado do esporte em 2002 no Brasil gerou R\$ 42 bilhões, só em venda de artigos esportivos (atacado varejo e industrial). No âmbito mundial, segundo a FIFA, só o futebol, movimentou cerca de 250 bilhões de dólares ao ano.

Essa magnitude de investimentos necessita recursos humanos que não seja mais somente o administrador ou gestor esportivo e que tenha sido um ex-atleta, ou outra pessoa qualquer. O mercado da prática esportiva hoje necessita de um profissional com formação específica (VIEIRA, 2007).

Para isso, analisaremos o perfil proposto por Zouain e Pimenta (2003), com as definições da área da gestão esportiva, para estabelecermos alicerces de uma discussão coerente e desenvolvimentista.

Para isso colocaremos sempre essas competências propostas pelo perfil analisado, como item que abrange as vertentes de Le Bouterf citado por Fleury (2002) em Borragine (2010); saber agir, saber mobilizar recursos, saber comunicar, saber aprender, saber engajar-se e a se comprometer, saber assumir responsabilidades e ter visão estratégica.

Não se faz necessário falarmos de conhecimento em Esportes pelo profissional de educação física. O curso em si o habilita nas diversas dimensões: as saúde, humanas e sociais tais como disciplinas da antropologia, a sociologia, a psicologia, o fenômeno esportivo, as teorias de treinamento, conceitos da fisiologia, anatomia, bioquímica, biomecânica, lesões e teorias do lazer. Isso torna um profissional altamente capacitado para atender a qualquer tema relacionado ao esporte, e esses conhecimentos darão subsídios para esse profissional entender das atividades gerais dos negócios, baseados sempre nos preceitos da Educação Física (BORRAGINE, 2010).

Professores de educação física

A visão do professor de educação física, pela sua formação, como profissional dessa área vê possibilidades de gerenciar no seu campo de trabalho e aos conceitos relacionados à gestão, trabalhando nas escolas e academias. Ao mesmo tempo em que coloca em prática os conhecimentos específicos da educação física estabelece relações de uma autonomia administrativa profissional, conhecendo os conteúdos das atividades propostas.

Sem determinar o que fazer seguindo um planejamento estruturado e dinâmico onde os participantes possam praticar não só pela atuação física como também se sensibilizar da importância de manter-se saudável e praticar atividades e prevenir diversas patologias, que crescem a cada dia entre a população. Há nesse conceito uma crescente demanda populacional à prática de atividade física, e pessoas que procuram estúdios e academias onde são oferecidas profissionais de atendimento exclusivos (personal Training) e clubes esportivos.

O profissional acompanha as novas tendências de mercado que exige um profissional preparado e

capaz de administrar a sua melhora na qualidade de vida colocando em suas mãos a confiança de que está bem assistido e com isso haverá de ter melhorias na sua qualidade de vida.

Segundo Parks (1998) citado por Zouani e Pimenta (2003), as responsabilidades dos gestores esportivos podem ser divididas em quatro “clusters”: Atividades de Gerência geral; Gerência organizacional; Gestão de informações e; Ciências do esporte e exercício. Daí tem-se a idéia que a realidade de um profissional de educação física faz parte das ciências da saúde passando aos indivíduos maior confiança e apreço pelos serviços desse prestados por esse profissional.

Materiais e métodos

Tipo da pesquisa: As pesquisas qualitativas são exploratórias, ou seja, estimulam os entrevistados a pensarem livremente sobre algum tema, objeto ou conceito. Elas fazem emergir aspectos subjetivos e atingem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea. São usadas quando se busca percepções e entendimento sobre a natureza geral de uma questão, abrindo espaço para a interpretação (IBOPE, 2004).

População: Consta de alunos de uma instituição de ensino superior do curso de educação física.

Amostra: foi composta de n= 50 alunos dos últimos semestres (5º e 6º) de ambos os sexos que estudam no período noturno futuros formandos em Bacharelado e em licenciatura. A faixa etária ficou entre 22 a 25 anos.

Instrumento: Foi utilizado um instrumento que constava 07 questões ligadas ao conhecimento do curso de gestão desportiva e de lazer bem como as atribuições do gestor e o profissional de educação física. Como forma de entrevistas, sendo esta uma estratégia que se realiza frente a frente com o entrevistado, permitindo se estabelecer um vínculo melhor com o indivíduo e em consequência colabora no aprofundamento das questões elaboradas

Coleta de dados: Foi realizada no período de agosto a setembro de 2011.

Resultados

As questões referentes ao conhecimento da diferença entre o papel de atuação dos gestores em relação aos professores de educação física foram analisadas qualitativamente os resultados tabulados e distribuídos da seguinte forma:

Na questão 01 foi levantada a faixa etária e gêneros dos entrevistados os dados apontaram que a média de idade variou de 21 a 23 anos e numericamente a quantidade de gênero ficaram iguais.

Constata-se que indivíduos nos últimos semestres dos diversos cursos fazem grade aberta demorando ainda mais o término de seus respectivos cursos alguns por estarem inseridos no mercado de trabalho em diversas atividades não ligadas aos cursos e outros já atuando como estagiários em escolas e academias.

O graduando brasileiro é mais velho do que a faixa etária ideal e se divide entre o estudo e o trabalho. A dificuldade de abranger classes sociais mais baixas também é sentida por outros países

O perfil dos alunos que chega ao ensino superior no Brasil ainda reflete a demanda reprimida que o país não foi capaz de atender durante alguns anos. O estudante universitário brasileiro é mais velho que a faixa etária ideal de 18 a 24 anos, trabalha e tem renda familiar mensal de até dez salários mínimos.

Segundo dados do INEP, o aumento de 61,9% no número de ingressos entre 2000 e 2006 se deveu, principalmente, à faixa etária dos 25 aos 29 anos. No ano 2000, eles representavam 15,9% dos novos estudantes. Em 2006 eram 18,7% do total. Os ingressantes da considerada faixa adulta, acima dos 25 anos, passaram de 35,81% no ano 2000 para 39,73% em 2006. (INEP, 2006).

Os dados apresentados pela pesquisa mostra que houve uma diminuição em relação a média de idade dos estudantes no curso superior de educação física estando estes em uma faixa etária ideal para permanecerem e ingressarem.

Tinto (1975) apresenta um modelo teórico de explicação da evasão e destacam a importância da integração acadêmica, estabelecida através de compromissos pessoais, sociais e acadêmicos, como elementos instauradores de um forte vínculo do estudante com a instituição. Tais elementos se transformariam em mecanismos capazes de evitar uma decepção com o curso ou com a instituição que acabasse por ocasionar o desligamento do curso.

Discussão

As demais questões foram assim discutidas:

Na questão 02:

Vocês já ouviram falar do gestor desportivo e de lazer como curso de tecnólogo? (profissionalizante)			
5º SEMESTRE		6º SEMESTRE	
Sim	Não	Sim	Não
15	10	10	15

Fonte: Dados de pesquisa do autor.

Conforme destacado por Schell (1995), os gestores têm um compromisso com o crescimento da organização, e a maneira de transplantar a estrutura do gerenciamento para a criatividade do gestor se dá por meio de uma combinação de técnicas gerenciais e flexibilidade empresarial, o que significa uma vida inteira lidando com pessoas.

A estatística acima deixa claro que a metade dos entrevistados conhece e desconhece as funções do gestor. Conforme o autor acima citado o gestor é um indivíduo capaz de desenvolver suas funções baseado em fatos científicos e estudados por meio de métodos no qual o mesmo busca sua formação em instituições de ensino.

Já na relação do desconhecimento os administradores que aprendem e oferecem serviços voltados à prática da gestão e gerencia na atualidade ainda são professores e ex-professores de educação física que foram no decorrer de sua vida profissional exercendo essa nova profissional conforme a demanda e suas habilidades de exercer o papel de comando, organização e administrador.

Na questão 03:

Vocês tiveram disciplina sobre gestão de evento?			
5º SEMESTRE		6º SEMESTRE	
Sim	Não	Sim	Não
25	00	00	25

Fonte: Dados de pesquisa do autor.

Todos os entrevistados não tiveram a disciplina e sim conhecimentos superficiais sobre a administração de eventos, torneios, colônia de férias e outros pequenos eventos.

Saber das atribuições dos gestores requer um conteúdo amplo de disciplinas voltadas e especificamente desenvolvidas dentro de uma filosofia de gestão e gerencia que o diferencia do profissional de educação física para ter essa ideia Parks (1998) citado por Zouani e Pimenta (2003), diz que as responsabilidades dos gestores esportivos podem ser divididas em quatro "clusters": Atividades de Gerência geral; Gerência organizacional; Gestão de informações e; Ciências do esporte e exercício. Ou seja, uma das responsabilidades citadas refere-se ao conhecimento que o profissional deve ter sobre as ciências do esporte e as atividades em geral, claro que com ênfase em sua área de atuação, porém munindo-se de conhecimento nas demais vertentes.

Já Vieira (2007), afirma que algumas escolas formam o profissional de educação física como conhecedor de atividades esportivas dentro do universo da educação física. Detentor desses conhecimentos, o profissional torna-se credenciado a lidar com qualquer tema relacionado a atividade física e entender as atividades do gestor. O gestor esportivo que tentar ingressar neste mercado sem conhecimento de esportes, ou mesmo sem ter vivenciado o ambiente, sofrerá a mais dura restrição, ou de acordo com suas palavras: "o novo profissional sofrerá dura resistência para ingressar no mercado, desde que já tenha algum vínculo com o ambiente esportivo, pois aquele que não o possui, não sofrerá resistências, na verdade, será repellido". (p. 23)

Na questão 04:

Foi o suficiente para habilitá-los nessa nova profissão?			
5º SEMESTRE		6º SEMESTRE	
Sim	Não	Sim	Não
05	20	22	03

Fonte: Dados de pesquisa do autor.

O trabalho é uma extensão na vida das pessoas. Sendo esse fator impossível de dissociabilidade. O ser humano precisa trabalhar para manter a sua sobrevivência, sem esse fator o homem corre o risco de perecer sem poder captar recursos básicos de sobrevivência. O tempo gasto com o trabalho pode não ser suficiente para adquirir esses meios.

Para atingir o sucesso pessoal ele precisa ter conhecimento e uma habilitação profissional que o torne apto a exercer essa nova profissão. As organizações dependem diretamente dessas mesmas pessoas para operarem, produzirem, atenderem seus clientes, prestarem serviços; enfim, dependem essencialmente das pessoas para funcionarem e assim obterem seu estimado lucro! (CHIAVENATO, 1999).

Não basta ao profissional ter um conhecimento acadêmico, diversas experiências profissionais, habilidades ou capacidades específicas. Estes fatores são de extrema importância, juntamente com as características pessoais para o sujeito e a organização em que irá atuar. Ou seja, a maneira que o indivíduo interage com a organização é de suma importância para uma definição de competência (VIEIRA, 2007).

Na questão 05:

O professor de educação física pode administrar como um gestor esportivo?					
5º SEMESTRE			6º SEMESTRE		
Sim	Não	Não souberam opinar	Sim	Não	Não souberam opinar
04	01	20	05	05	15

Fonte: Dados de pesquisa do autor.

As relações entre o profissional de educação física e as competências, são apenas exemplos que ele pode atuar como gestor esportivo. A formação acadêmica comum a todos os profissionais da educação física faz parte do desenvolvimento de competências, porém uma especialização na área de gestão se faz necessária para a melhor atuação desses profissionais na área de gestão esportiva (BORRAGINE ET AL 2010).

As tendências internacionais são quatro grandes vertentes temáticas: administração de clubes e associações esportivas; formação do profissional de administração esportiva; economia e marketing esportivo; administração, políticas públicas de esporte e terceiro setor, que naturalmente podem extrapolar essas vertentes sem necessariamente entrar em outro campo profissional.

Ainda conforme a autora acima citada constata-se que as principais competências do gestor esportivo devem ser: o conhecimento sobre sua área de atuação; habilidade de negociar; planejamento para antecipar e organizar as ações pretendidas; poder de decisão; aprender a lidar com críticas e sugestões; ter conhecimento da área legal e jurídica e ter habilidade para captar recursos.

As universidades, faculdades, outras instituições ligadas ao esporte, oferecem a disciplina Administração Esportiva e mini-cursos na área em nível de extensão universitária, de especialização, para públicos das áreas de educação física e esporte e não profissionais que atuam em organizações esportivas. (BASTOS, 2004)

Outra necessidade refere-se ao aprimoramento da formação do profissional, através da especialização (pós-graduação), para atuar na área, que acreditamos que se deve dar cada vez mais com ênfase nos conhecimentos multidisciplinares. Este aprimoramento poderá ser também baseado na fundamentação teórica para o estabelecimento de disciplinas específicas, nos cursos de formação de profissionais (graduação), com programas cada vez mais adequados à realidade e às perspectivas da área no país. Portanto fica claro que não é recomendável partir para um processo de adaptação sem conhecimentos específicos uma vez que a grade de um curso de gestão é diferenciada da grade de educação física.

Na questão 06:

O gestor pode atuar na área de educação física?					
5º SEMESTRE			6º SEMESTRE		
Sim	Não	Não souberam opinar	Sim	Não	Não souberam opinar
10	00	15	08	00	17

Fonte: Dados de pesquisa do autor.

As respostas ficam evidentes conforme os esclarecimentos por de autores que pesquisam sobre as competências e campo de atuação dos gestores e dos profissionais de educação física. A clareza de habilitação em educação física deixa claro que o professor aprende a ministra enquanto gestor a dirigir. Questões como essas podem deixar claro o papel de cada profissional na sua área de atuação. Para isso esses profissionais devem buscar conhecimentos em salas de aulas onde as especificidades ficam a cargo de indivíduos em saber escolherem a sua nova profissão.

Com esta crescente exigência de mercado de trabalho do profissional de Educação Física e diante da necessidade de se identificar pessoas para a atuação como gestor nesta área, esta pesquisa pretende contribuir para a obtenção de um maior conhecimento sobre o que é necessário buscar para que o profissional tenha uma efetiva atuação e conseqüentemente, contribua para a obtenção dos resultados desejados pela empresa (BORRAGINE ET AL 2010).

Na questão 07:

Quais as diferenças entre o gestor desportivo e o professor de educação física?		
Graduação	5º SEMESTRE	6º SEMESTRE
Não souberam opinar	12	12
Não souberam definir	09	08
Deram uma definição mais clara	04	05

Fonte: Dados de pesquisa do autor.

Pouquíssimos responderam a questão de uma forma clara, enquanto a maioria não soube opinar ou desconheciam fatos preocupantes com a entrada de novos cursos no mercado de trabalho já que os profissionais de ambas as áreas devem saber até onde a sua profissão o habilita sem que o mesmo entre no mercado do outro, tornando assim a necessidade de intervenção de órgãos constitucionais e de registro no Ministério do Trabalho.

Estamos numa época em que a competição pelo mercado de trabalho se torna acirrada a cada dia. Os canais de informação permitem acesso com muita velocidade para as renovações de conhecimentos e tecnologias, trazendo para o mercado de trabalho atual (de hoje em dia), tendências globais em todas as suas relações. Esse dinamismo do mundo hoje tem um ponto a ser destacado por Zouain e Pimenta (2003, p. 1).

A proliferação da tecnologia e o crescimento da automação na produção e nos serviços aliviaram a sociedade da necessidade de incremento nas horas diretas de trabalho. Como resultado, houve um engajamento nas atividades esportivas e de lazer pelas pessoas ao redor do mundo.

Ainda conforme o autor acima citado deixa claro que tornar necessário o atendimento a uma demanda de mercado que se proliferou desordenadamente nos últimos anos, a busca pelas atividades físicas e a formação do profissional para atendê-las. Como todo mercado, necessitamos de pessoas capacitadas a efetuar certas tarefas, e para isso precisamos identificar as necessidades desse profissional.

O gestor do desporto tem várias situações que podem ocorrer dentro da área de educação física. A questão destaca pontos de uma formação desportiva sempre ligada ao aspecto social, o desporto como elemento fundamental na sociedade pelas possibilidades que o mesmo pode oferecer principalmente a crianças e jovens desde que atrelado a aspectos culturais e educacionais, retomando seu conceito da Grécia antiga, filosófico, quase que religioso regido por princípios de ordem moral. Como gestor, mesmo consciente das necessidades de um mundo capitalista, é fundamental analisar e levar em consideração o que realmente representa o fenômeno desportivo antes de tomar qualquer decisão no que concerne a gestão desportiva (ANCHIETA, 2008).

Ainda conforme o autor acima citado, o gestor envolvido com organização e estruturação da profissão na área desportiva e de fundamental importância manter em evidência a concepção humanística do desporto. A formação do profissional de educação física, entendido como um profissional do desporto precisa ter bem clara a valorização dos aspectos morais e educacionais que envolvem o desporto. Por isso um dos elementos norteadores do órgão que regula e fiscaliza a profissão no Brasil é o código de ética profissional, que explicita em seu texto entre outras coisas o respeito à vida, à dignidade, à integridade e aos direitos do indivíduo além da responsabilidade social, ausência de discriminação ou preconceito de qualquer natureza e o respeito à ética nas diversas atividades profissionais.

Conclusão

As relações de educador e gestor passam por processos semelhantes em condições de atuação em seus devidos cenários. Não obstante devemos lembrar que funções distintas para cargos distintos requerem dos seus atores habilidade, competência e conhecimento. O gestor atuando na parte administrativa e coordenativa já o professor ministrando e organizando seus eventos.

Esses papéis em determinado tempo se cruzam até se confundem nessa relação, ministrar, organizar, gerenciar, desenvolver, ensinar e protagonizar as suas competências.

Finalizando cabe a esses profissionais atuarem em cenários distintos onde cada um seja conhecedor de seus direitos e deveres para com a comunidade que os cercam.

Para isso o gestor dentro de seu campo de trabalho deve ter conhecimentos sobre a área de gestão e também requer sabedoria sobre o produto no qual vai depender de conhecimentos específicos sobre o esporte.

O profissional de educação física conhecedor do esporte em todas as suas vertentes, conhecedor seu campo de atuação como profissional, torna-se apto a lidar com qualquer tema relacionado ao esporte e entender as atividades do negócio.

Basta saber onde atuar sem incomodar ou entrar no campo de atuação de terceiros sem ter habilitação para trabalhar.

Referências bibliográficas

- ANCHIETA, Tharcísio. Quais os desafios da gestão desportiva enquanto gestor desportivo? **Dissertação de Mestrado**. Universidade do Porto. Porto, outubro de 2008
- BORRAGINE, Solange de Oliveira Freitas. Thais Melo Ferraz, Pedro Costa Lopes, Ana Carolina Teotônio. Gestão esportiva: competências e qualificações do profissional de Educação Física. [EFDeportes.com](http://www.efdeportes.com), **Revista Digital. Buenos Aires, Año 15, Nº 147**, Agosto de 2010.
- BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (orgs). Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHIAVENATO, I. **Como transformar RH (de um centro de despesas) em um centro de lucro**. São Paulo, Makrom Books, 1996.
- FLEURY, M. T. **A gestão de competência e a estratégia organizacional. As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002.
- LE BOTERF, G. De la compétence. essai sur un attracteur étrange. Paris : Les éditions d'organisations, quatrième tirage, 1995 apud FLEURY, M. T. A gestão de competência e a estratégia organizacional. In: FLEURY, M. T. et. al. **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002.
- SCHELL, Jim. **Guia para gerenciar pequenas empresas: como fazer a transição para uma gestão empreendedora**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.
- TINTO, V. *Dropout from higher education: a theoretical synthesis of recent research*. Washington, **Review of Educational Research v. 45, n. 1**, 1975, p. 89-125.
- VIEIRA, T.P. e STUCCHI, S. Relações preliminares entre a gestão esportiva e o profissional de educação física. **Conexões: Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 113-128, jul./dez. 2007.
- ZOUAIN, D. M.; PIMENTA, R. C. *Perfil dos profissionais de administração esportiva no Brasil*. In: **World Sport Congress, Barcelona**, 2003 Espanha.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA – IBOPE. **Qual a diferença entre pesquisa qualitativa e quantitativa?** Disponível em: http://www.ibope.com.br/calandraWeb/BDarquivos/sobre_pesquisas/tipos_pesquisa.html. Acesso em 14/09/2011.
- ZARIFIAN, P. *Objetif compétence*. Paris: Liaisons, 1999 apud ZOUANI, D. M.; PIMENTA, R. C. *Perfil dos profissionais de administração esportiva no Brasil*. In: **WORLD SPORT CONGRESS**, Barcelona, 2003 Espanha. Disponível em: http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_rap_sobre.asp. Acesso em: 06 jun. 2005.
- WWW.INEP.GOV.BR**; Ensino superior no Brasil. 2006. Acessado em 14/09/2011.

As Emoções e os Comportamentos Corporais dos Torcedores durante um Jogo de Futebol

Temática: Gestão de Eventos Esportivos

Virgílio Franceschi Neto
Abel Correia
Carlos Colaço
Faculdade de Motricidade Humana Cruz Quebrada – Portugal
franceschi97@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como tema as emoções expressas pelos comportamentos corporais dos espectadores durante o jogo de futebol. São variáveis do ambiente o episódio, o resultado esportivo, o adversário e a natureza da competição. A coleta de dados foi feita por meio de filmagens de uma de torcedores do Sporting Clube de Portugal em sete jogos de competições diferentes. Identificaram-se doze comportamentos corporais, dos quais quatro emoções correspondentes foram atribuídas. “Permanecer imóvel” foi o comportamento corporal mais observado. Competições de natureza eliminatória tiveram maior manifestação de emoções negativas. Maior quantidade de comportamentos corporais e sinais de ansiedade foram observados no “derby”. Concluiu-se que a natureza da competição e o adversário foram os fatores principais para a mudança das emoções e dos comportamentos corporais.

Palavras-Chave: Futebol, Espectadores, Comportamentos corporais, Emoções, Gestão do Esporte.

Abstract

This paper aims to identify spectators' emotions and their associated body behavior during a football match. The episode, the game scores, the opponent and the nature of the competition were considered as environment variables. Data was recollected through the filming of a group of supporters of Sporting Clube de Portugal in seven games of different competitions. We identified twelve body behaviors and four emotions were attributed to these body behaviors. “Standing Still” was the most frequent body behavior. Knock-out matches had more expression of negative emotions. The “derby” had a greater number of body behaviors and anxiety signs. Competition's fixture and opponent were the main factors of changes in emotion and body behavior.

Keywords: Football, Spectators, Body behaviors, Emotions, Sport Management.

As Emoções e os Comportamentos Corporais dos Torcedores durante um Jogo de Futebol

Introdução

O futebol é a modalidade desportiva mais popular do planeta e através dele muito se pode entender sobre a sociedade. Na Grã-Bretanha, na antiguidade, o chamado "Folk Football" era jogado entre trabalhadores de fazendas das zonas rurais e entre habitantes de diferentes cidades (Elias & Dunning, 1986). Com os anos, este jogo passou a adquirir regulamentos e a sua prática foi incentivada nas escolas, uma vez que os educadores acreditavam que contribuía para o desenvolvimento do aluno. Por isso, o espaço do jogo tornou-se reduzido, ou seja, mais regras surgiram e moldaram o futebol moderno.

A Revolução Industrial foi fator importante para a popularidade do futebol. Incentivados pelos patrões, os operários jogavam após o trabalho. Formava-se, assim, um público local que acompanhava estes jogos. O Império Britânico e suas relações comerciais mundo afora contribuíram para a difusão do futebol (Giulianotti, 2002a). Com o crescimento das cidades, os espaços para o futebol tiveram que se adaptar para receber os espectadores. Logo, os estádios se tornaram palco para a manifestação de diversas emoções.

São escassos os estudos que investigam a influência do jogo sobre o espectador, especialmente no que concerne aos comportamentos e às respectivas emoções em um determinado momento do jogo. Para manter a segurança nos estádios é necessário entender a natureza do espectador e as prováveis reações que ele poderá ter. Se o jogo for marcado pela hostilidade ou se a equipe não corresponder aos seus anseios, ele poderá reagir nas arquibancadas com violência (Lee, 1985). Entretanto, em caso de vitória, uma das consequências é que o espectador pode tornar-se um potencial consumidor à saída do estádio¹. O clube, com isso, pode trabalhar no sentido de potencializar a assistência dos espectadores e, conseqüentemente, gerar mais rendimentos à organização desportiva.

O patrocinador também deve considerar as emoções dos torcedores ao promover seus produtos. Segundo o estudo de Bennett (1999), em momentos emocionalmente intensos, o torcedor capta e fixa melhor a cena daquele instante. Conseqüentemente, os anúncios que fazem parte dessa cena também são melhor fixados na memória. Ademais, se os espectadores perceberem o evento esportivo como sendo atrativo, divertido e interessante, estarão mais propensos a desenvolver atitudes favoráveis em relação ao patrocinador (Alexandris, Douka, Bakaloumi & Tsasousi, 2008). As expectativas sobre o evento aplicam-se a um jogo de futebol, em que os espectadores aguardam por entretenimento, diversão e experiências favoráveis (Alexandris et al., 2008). A atmosfera de um jogo de futebol é de excitação e os espectadores estão expostos às placas de publicidade à beira do campo (Bennett, 1999). Por estarem em um ambiente favorável, serão mais notadas do que em outras situações. Os espectadores que comparecem a uma partida vão para incentivar a equipe e, por isso, as imagens captadas durante o evento tendem a ser mais recuperáveis do que aquelas observadas em ambientes menos emotivos.

Objetivos

Este trabalho visa compreender quais as emoções sentidas pelo espectador durante uma partida e verificar a relação entre elas com variáveis que caracterizam o jogo. O presente estudo considera como tais variáveis a natureza da competição, o adversário, o episódio e o resultado esportivo.

Os objetivos deste artigo são (a) investigar as possíveis emoções dos torcedores durante o jogo de futebol; (b) verificar se essas emoções se alteram em função de fatores ligados ao ambiente do jogo; (c) e, por fim, examinar se as emoções modificam-se em função da alteração do ambiente do jogo.

Revisão de Literatura

O jogo de futebol possui uma dinâmica de tensão e conflito entre os opostos. É, portanto, um ótimo cenário para a excitação espontânea dos espectadores manifestada por meio de seus comportamentos corporais (ELIAS; DUNNING, 1986).

Comportamento coletivo é o comportamento de indivíduos sob a influência de um impulso que é comum e compartilhado (MCPHAIL, 1991, p.5). Este impulso é o produto da interação social. O comportamento coletivo ocorre porque "as pessoas têm entendimentos e expectativas comuns" (MCPHAIL,

¹ Segundo a Adidas Portugal, o dia de maior volume de vendas em sua loja do Estádio da Luz no segundo semestre de 2007 foi o da vitória do Benfica sobre o Marítimo, por 2-1, em 28 de outubro.

1991, p.10). Além disso, McPhail (1991) aponta que o o comportamento coletivo se caracteriza pela presença de duas ou mais pessoas comprometidas com a expressão de gestos, entoação de cantos, emissão de mesmas palavras ou frases, vestimentas comuns e ostentação dos mesmos símbolos. Essas características são constatadas em torcidas. Nesta linha de pensamento, a torcida é uma representação do comportamento coletivo.

Com relação aos eventos desportivos, o comportamento coletivo mais comum é a contemplação (permanecer imóvel) (MCPHAIL, 1991, p.165). Em termos de gestos, os mais observados são a saudação romana (veneração) e os braços e mãos levantados sobre a cabeça, que significam alegria (MCPHAIL, 1991, p.167). Comportamentos corporais possuem correspondência com determinados estados emocionais específicos (NIEDENTHAL, 2008, p.307). Além disso, a reação e a espontaneidade de um comportamento estão relacionadas com a emoção sentida pela pessoa num determinado momento (McPHAIL, 1991; EKMAN, 1992). Assim sendo, os comportamentos que manifestam a emoção são respostas adaptativas a eventos específicos (LEWIS, 2008, p.306; Wallbott, 1998).

Emoções são processos bidirecionais de estabelecer, manter e romper relacionamentos significantes entre o organismo e o ambiente (OATLEY; KELTNER; JENKINS, 2003). Lazarus (1991b) sustenta que as emoções são reações psico-fisiológicas que noticiam o organismo sobre relações contínuas com o ambiente. Emoções iniciam-se a partir de uma relação "indivíduo-ambiente" (LAZARUS, 1991b).

De acordo com Lazarus (1991a), as emoções podem ser classificadas em negativas e positivas. As negativas são a ansiedade, a irritação/raiva, o ciúme e a tristeza, resultantes de situações de contrariedade, ameaça e dano. As emoções positivas são a felicidade, a alegria, o orgulho, a gratidão e o amor, resultantes de benefícios, como a conquista de um objetivo.

As emoções dependem da relação ambiente-indivíduo (LAZARUS, 1991a). O objetivo maior de uma equipe no futebol é a vitória, com a qual os espectadores também estão comprometidos. Portanto, se o objetivo é o mesmo e há o comprometimento, o jogo influencia as emoções do torcedor (LAZARUS, 1991a). Lazarus (2000) relaciona oito emoções que existem no ambiente esportivo: irritação/raiva, ansiedade, vergonha, culpa, esperança, alívio, alegria e orgulho.

Para Niedenthal (2008), a irritação e a raiva são decorrentes do bloqueio da realização de um objetivo, o que pode resultar em agressão. É a consequência da frustração por um desejo não alcançado (LAZARUS, 1991a). Já a ansiedade surge na presença de uma ameaça indefinida contra determinados valores e objetivos (LAZARUS, 1991a). A ansiedade é sentida quando a perda ou a derrota é possível (LAZARUS, 2000; EKMAN, 2003).

Segundo Oatley (1992), a alegria surge quando se alcança um determinado sub-objetivo e o que se reflete em expansividade. O orgulho é um sentimento que promove a auto-estima, contrário à vergonha e à irritação/raiva (LAZARUS, 1991a; 2000).

É escassa a literatura sobre as emoções e os comportamentos corporais dos espectadores de eventos esportivos. Elias e Dunning (1986) limitam-se a afirmar que o torcedor manifesta as suas emoções através de comportamentos corporais. Além disso, autores como McPhail (1991), sugerem que, no esporte, comportamentos como esbracejar e fazer a saudação romana, correspondem a emoções como a alegria e o orgulho, respectivamente. No entanto, não foram encontrados estudos que categorizassem os comportamentos corporais, possibilitando inferir emoções da torcida. O único estudo encontrado que trata do tema da emoção no ambiente desportivo é o de Lazarus (2000), que investigou de forma individual a emoção por meio da expressão facial de atletas de alta competição. O autor atribuiu oito emoções às expressões faciais identificadas: a ansiedade, a alegria, o alívio, a culpa, a esperança, a irritação/raiva, o orgulho e a vergonha.

O estudo de Lazarus (2000) é referência importante para o tema tratado nesta investigação. No entanto, levando-se em consideração que aqui o objetivo é estudar a emoção expressa por uma coletividade, no caso a torcida, a forma de observação, o enfoque e a análise sofrem, necessariamente, modificações metodológicas consideráveis. Tendo em vista que a filmagem de uma torcida organizada, a uma distância de sessenta metros, contempla cerca de cem a cento e vinte torcedores, as imagens obtidas captam majoritariamente os comportamentos corporais dos indivíduos. Portanto, a análise das expressões faciais é prejudicada pela distância da câmera. Outro fator limitador no estudo das emoções de uma torcida é o fato de que os mesmos torcedores não ocupam uma única localização espacial durante o mesmo jogo, muito menos em diferentes partidas. Justifica-se dessa forma a análise de comportamentos corporais da torcida,

O presente estudo considera quatro variáveis capazes de influenciar o jogo, são elas: (a) a natureza da competição (pontos corridos ou eliminatória); (b) o adversário em questão (um "derby" ou um não-"derby", internacional ou não-internacional); (c) os resultados desportivos do jogo (derrota, empate e

vitória); e, finalmente, (d) o episódio do jogo. Hipotetiza-se que essas variáveis influenciam o comportamento corporal do torcedor, que tem origem na emoção por ele sentida. A primeira hipótese do presente estudo considera que a ansiedade é a emoção mais frequente nas situações de ameaça de derrota da equipe. Por analogia, a segunda hipótese considera que as manifestações de orgulho são mais frequentes nas situações de vitória da equipe. A hipótese número três refere-se aos acontecimentos vivenciados nos jogos considerados “derby”, em que a rivalidade é intensíssima, com grande competitividade, tensão e *atmosfera* (Lee, 1985; Giulianotti, 2002a). Nesse caso, hipotetiza-se que o número de comportamentos corporais realizados é maior em quantidade do que aqueles realizados em jogos não-“derby”. A quarta hipótese relaciona o comportamento corporal de “esbracejar” ao episódio da marcação de um gol. A quinta e última hipótese supõe que a ansiedade é mais frequente em jogos eliminatórios do que em jogos disputadas em torneios de jornadas, uma vez que nos jogos eliminatórios a desclassificação – no caso a perda ou dano (Lazarus, 2000) - é mais iminente.

Método e Materiais

Foram escolhidos para a observação os torcedores do Sporting Clube de Portugal durante 7 jogos em seu estádio, entre Março e Maio de 2008. O clube concedeu autorização para as filmagens e forneceu o contato da Torcida Verde, uma das torcidas organizadas do clube.

Foi utilizado o método da observação sistemática (VAN DER MARS, 1989) para investigar os comportamentos corporais dos integrantes da torcida. Os dados foram coletados a partir de filmagens a uma distância de 60 metros, possibilitando a visualização da maior parte dos integrantes da torcida presente nas partidas (em torno de 100 a 120 pessoas). Os filmes foram feitos em modo SP por uma câmera posicionada nas bancadas do lado oposto e frontal. Foram constituídas duas equipes para a coleta dos dados: uma com a função de filmar os espectadores no estádio, e a outra, responsável pela gravação do jogo. Para conferir validade aos dados coletados, optou-se por posicionar a câmera no mesmo lugar do estádio nos 7 jogos analisados (PATTON, 2002). Dessa maneira, privilegiou-se a obtenção de dados mais fiéis à realidade, uma vez que respeitou-se a liberdade de movimento dos torcedores filmados. As gravações dos jogos foram obtidas em discos compactos através de aparelhos de DVD (Digital Video Disc) com opção para a gravação, ligado ao canal de televisão que estivesse a transmitir o jogo. Os torcedores contemplados na análise foram aqueles que encontravam-se dentro de um quadrado de 10 por 10 pessoas, próximas aos puxadores.

Para validar as categorias de observação dos comportamentos corporais e emoções nos espectadores no futebol presentes no Modelo de Análise, recorreu-se à análise de quatro peritos - dois professores de Ciências do Esporte, um mestrando em Ciências do Esporte e o presidente de uma das torcidas do Sporting. Os comportamentos corporais eram categorizados quando mais da metade dos espectadores filmados os executavam.) A seguir, o quadro que categoriza os comportamentos corporais atribuídos às emoções (PATTON, 2002).

Tabela 1: Comportamentos corporais e emoções a observar

Comportamento	Emoção
Saltar com baixa elevação e elevado ritmo, saltar com alta elevação e elevado ritmo, abraçar, dançar, bater palmas, esbracejar, agitar bandeiras, rodar lenços ao redor da cabeça;	Alegria
Saudação romana;	Orgulho
Fazer gestos propositais e frenéticos;	Raiva/Irritação
Permanecer imóvel, levar mãos à cabeça;	Ansiedade

O mesmo painel de peritos determinou 12 instantes do jogo divididos em 6 segmentos: “vitória”, “empate” e “derrota”. “Bola no campo da equipe da casa” e “bola no campo da equipe adversária”. “Gol da equipe da casa” e “gol da equipe adversária”. “Falta disciplinar violenta da equipe da casa” e “falta disciplinar violenta da equipe adversária”. “Tiros de bolas paradas para a equipe local”, “tiros de bola parada para a equipe adversária”, e o “jogo parado”. Foram coletados dados que se referem ao número e à frequência da execução dos comportamentos corporais através do *software* “Behaviour Vídeo”, que

categorizou os comportamentos corporais e forneceu tempo de execução de cada comportamento, medido em segundos. Os resultados obtidos foram comparados entre os sete jogos e tratados através da versão mais recente do programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS 17.0 for Windows), utilizando-se metodologias relativas à estatística descritiva.

Resultados

Os torcedores permanecem ansiosos durante a maior parte do tempo dos jogos avaliados. Percebe-se também que o tempo da ansiedade é maior nos jogos eliminatórios.

Durante a ansiedade o comportamento corporal mais comum observado nos espectadores é “permanecer imóvel”. O “derby” foi o jogo em que mais comportamentos corporais foram identificados nos espectadores, com 419 no total. Com exceção do “derby”, que a ansiedade é predominante nos espectadores durante o resultado parcial de vitória.

Quanto ao empate, em média, a emoção mais comum é a ansiedade, seguido da alegria, orgulho e irritação/raiva. A ansiedade é mais comum durante os momentos de derrota nos jogos válidos por torneios eliminatórios.

De acordo com a Tabela acima, o “derby” teve 419 comportamentos corporais. Média muito superior à dos jogos não-“derby”. O espectador em um “derby” manifesta mais irritação/raiva do que em um jogo não-“derby”. Também demonstra estar mais ansioso.

Tabela 2: Frequência de cada emoção por jogo

Jogo	Irritação/raiva (%)	Alegria (%)	Orgulho (%)	Ansiedade (%)
Sporting-Nacional	0.1	34	6.5	59.4
Sporting-Braga	0.6	31.4	9.6	58.4
Sporting-Glasgow Rangers	0.4	27.6	7	65
Sporting-Leixões	0.1	29.6	9.1	60.3
Sporting-Benfica	0.6	26	2.4	68
Sporting-Marítimo	0.2	32.9	4	61.9
Sporting-Boavista	0.3	37.6	12.1	50
Média	1.03	31.3	7.24	60.43

Tabela 3: Frequência dos comportamentos corporais associados à ansiedade

Jogo	Permanecer imóvel (%)	Levar as mãos à cabeça (%)
Sporting-Nacional	98.76	1.24
Sporting-Braga	99.07	0.93
Sporting-Glasgow Rangers	98.35	1.65
Sporting-Leixões	99.23	0.77
Sporting-Benfica	95.92	4.08
Sporting-Marítimo	97.94	2.06
Sporting-Boavista	96.84	3.16
Média	98.02	1.98

Tabela 4: Número de comportamentos corporais observados nos espectadores

Jogo	Número de comportamentos corporais na 1ª parte do jogo (a)	Número de comportamentos corporais na 2ª parte do jogo (b)	Número total de comportamentos corporais no jogo (a + b = c)
Sporting-Nacional	167	223	390
Sporting-Braga	158	89	247
Sporting-Glasgow Rangers	201	111	312
Sporting-Leixões	161	118	279
Sporting-Benfica	170	249	419
Sporting-Marítimo	153	116	269
Sporting-Boavista	198	160	358

Tabela 5: Apresentação dos jogos do estudo

Jogo	Data	Hora	Espectadores	Competição	Natureza da competição	Resultado Final	Resultado ao Intervalo	Posição no Campeonato	Posição do Adversário
Sporting-Nacional	17.03	19h45	22.130	Bwin Liga	Jornadas	4-1	0-0	5º	9º
Sporting-Braga	06.04	18h30	27.858	Bwin Liga	Jornadas	2-0	2-0	4º	6º
Sporting-Rangers	10.04	19h45	31.155	Taça UEFA	Eliminatória	0-2	0-0	Jogo de volta das quartas-de-final	Jogo de volta das quartas-de-final
Sporting-Leixões	13.04	19h15	29.352	Bwin Liga	Jornadas	2-0	0-0	3º	14º
Sporting-Benfica	16.04	20h30	37.204	Taça de Portugal	Eliminatória	5-3	0-2	Semi-final	Semi-Final
Sporting-Marítimo	27.04	20h30	24.344	Bwin Liga	Jornadas	2-1	1-1	2º	6º
Sporting-Boavista	11.05	20h15	34.209	Bwin Liga	Jornadas	2-1	2-1	2º	8º

Os resultados demonstram que a ansiedade e irritação/raiva (emoções negativas) são mais frequentes, em média, nos jogos cuja natureza da competição é eliminatória.

Discussão

De acordo com os resultados obtidos, a ansiedade é a emoção mais comum, presente em 50% ou mais do tempo total de jogo (MCPHAIL, 1991). Nos jogos eliminatórios a ansiedade mostrou-se mais frequente em comparação com os jogos disputados em torneios por rodadas.

Supomos ser a ansiedade a emoção mais verificada no espectador do futebol pelo fato de o jogo ser um gerador de tensões e conflitos (ELIAS; DUNNING, 1986). A alegria – excitação espontânea - ocorre quando a tensão e a rotina são rompidas (ELIAS; DUNNING, 1986).

Para McPhail (1991) o comportamento corporal de “permanecer imóvel” é o mais comum nos espectadores do desporto. Os resultados evidenciaram que o comportamento corporal predominante no torcedor durante a ansiedade é o de “permanecer imóvel”. Por outro lado o derby foi o jogo em que a imobilidade foi menos observada. Em função dos resultados obtidos, o resultado esportivo de um jogo não é capaz de influenciar o número de comportamentos corporais. Todavia o número de gols sim. Os dois jogos com maior número de comportamentos corporais (Sporting-Benfica e Sporting-Nacional) foram também os jogos com maior número de gols: 8 e 5, respectivamente. Com isso, é possível compreender o seu total, conforme a agitação do jogo.

No empate, a emoção mais comum é a ansiedade, com uma frequência média menor que a obtida com a ansiedade durante a vitória. Lazarus (2000) sustenta que a emoção de ansiedade é mais comum quando há a ameaça da perda ou dano, e julgamos o resultado do empate representar mais a ameaça de

perda ou dano do que o resultado da vitória.

É possível associarmos a frequência muito superior da manifestação de ansiedade nos jogos de torneios eliminatórios durante a derrota, em comparação aos jogos disputados em competições de outra natureza, pelo fato de que no torneio eliminatório a desclassificação estar mais evidente.

A natureza da competição é uma variável que influencia na construção do ambiente de um jogo de futebol. Em função dos resultados obtidos, nos jogos válidos por torneios eliminatórios a média da frequência da ansiedade e da irritação/raiva é superior às médias das frequências de alegria e orgulho. O inverso acontece nos jogos válidos por torneios de jornadas, quando as médias das frequências das emoções positivas são superiores. Isto leva-nos a crer que os jogos válidos por torneios eliminatórios são responsáveis pela maior manifestação de emoções negativas, coincidindo com a afirmação de Lazarus (2000) de que a ansiedade existe quando há a ameaça de perda ou dano, que é mais iminente num torneio eliminatório.

De acordo com os resultados obtidos, a hipótese 1 – de que a frequência da ansiedade é superior durante o resultado esportivo de derrota, é refutada, uma vez que é também durante a vitória e o empate. A hipótese 2 – a frequência da manifestação da reação emocional de orgulho ser maior durante a vitória, também é refutada, já que é a ansiedade a emoção mais verificada mediante o comportamento corporal dos torcedores. A hipótese 3 – o “derby” possui maior número de comportamentos corporais que os outros jogos pelo fato de ser um jogo com grande *atmosfera* – é aceita, visto que foi o “derby” o jogo em que o número de comportamentos corporais observados foi superior aos demais. Já a hipótese 4 se refere ao comportamento corporal de “esbracejar” como sendo o único para o episódio do gol para a equipe local. Esta hipótese é refutada visto que foram observados outros comportamentos corporais além do “esbracejar”. A quinta e última hipótese trata da frequência da ansiedade ser superior nos jogos eliminatórios: a hipótese é corroborada, visto que os resultados obtidos mostraram-na ser superior nos jogos eliminatórios.

Conclusão

O estudo constatou que o jogo de futebol é um ambiente com múltiplas emoções e os torcedores manifestam-nas através de diversos comportamentos. Ademais, algumas emoções são predominantes no decorrer do jogo, mas variam de acordo com apenas alguns dos fatores que configuram o ambiente de um jogo de futebol: natureza da competição, resultado esportivo, adversário e episódio do jogo. Além disso o estudo apresentou algumas limitações, como a não consideração das expressões faciais e o baixo número de jogos observados. Por outro lado, o tema do trabalho é inédito e os resultados descritivos fornecem informações relevantes para a gestão do esporte.

Para futuros estudos, sugerimos incluir a variável tempo como determinante no ambiente de um jogo. Acreditamos que o tempo seja capaz de aumentar a ansiedade dos torcedores. Além disso, estudos acerca do comportamento corporal, emoções, aplicação de questionários e recolha do áudio da torcida em diferentes setores do estádio podem revelar diferenças que remetem às origens sócio-econômicas de cada um.

Por último, existem autores que apontam as emoções surgirem de fatores culturais (OATLEY; KELTNER; JENKINS, 2003), trabalhar com a questão cultural seria assaz oportuno para estudar torcedores do Norte e Sul da Europa, da Grã-Bretanha, do Extremo Oriente, da América Latina e compará-los. Supõe-se que existam diferentes maneiras de apoiar a equipe.

Referências Bibliográficas

- ALEXANDRIS, Kostas; DOUKA S; BAKALLOUMI, S; TSASOUSI, E. (2008). The influence of spectators' attitudes on sponsorship awareness: a study in three different leisure events. *Managing Leisure*, 13:1, pp. 1-12;
- BENNETT, Richard. (1999). Sports sponsorship, spectator recall and false consensus. *European Journal of Marketing*, 33, 291-313.
- EKMAN, P. Facial expressions and emotion. *American Psychologist*, Washington DC, n.4, p.384-392, abr. 1992.
- EKMAN, Paul. (2003). **Emotions Revealed: Recognizing Faces and Feelings to Improve Communication and Emotional Life**. Nova York: Holt Paperbacks, 2003.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1986.

- GIULIANOTTI, Richard. (2002a). **Sociologia do Futebol: Dimensões Históricas e Socioculturais do Esporte das Multidões**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002a.
- LAZARUS, R. Cognitive-motivational-relational theory of emotion. **American Psychologist**, Washington DC, n.8, p.819-834, 1991a.
- LAZARUS, Richard. **Emotion and Adaptation**. Nova York: Oxford University Press, 1991b.
- LAZARUS, R. How emotions influence performance in competitive sports. **The Sport Psychologist**, Champaign, IL, n.14, p.229-252, 2000.
- LEE, M. J.. From rivalry to hostility among sports fans. **Quest**, n.37, p.38-49, 1985.
- McPHAIL, Clark. **The Myth of the Madding Crowd**. Nova York: Aldine de Gruyter, 1991.
- NIEDENTHAL, P. M. Emotion concepts. In LEWIS, M.; HAVILAND-JONES, J.M.; FELDMAN-BARRETT, L. (Orgs.) **Handbook of Emotions**. Nova York: The Guilford Press, 2008, p.587-600.
- OATLEY, Keith. **Best Laid Schemes: the Psychology of Emotions**. Nova York, NY: Cambridge University Press, 1992.
- OATLEY, Keith; KELTNER, Dacher; JENKINS, Jenniffer. **Understanding Emotions**. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.
- ORTONY, Andrew; CLORE, Gerald; COLLINS, Allan. **The Cognitive Structure of Emotions**. Nova York: Cambridge University Press, 1988.
- PATTON, Michael. **Qualitative Research & Evaluation Methods**. Londres: Sage Publications, 2002.
- VAN DER MARS, H. (1989). Systematic observation: An introduction. In DARST, P. W; ZAKRAJSEK, D. B.; MANCINI, V. H. (Orgs.) **Analysing physical education and sports instruction**. Champaign, IL: Human Kinetics, 1989, p.3-18
- WALLBOTT, H. Bodily expression of emotion. **European Journal of Social Psychology**, Malden, MA, n.28, p.879-896, 1998.

Copa do Mundo FIFA Brasil 2014: uma breve análise da candidatura de Pernambuco

Temática: Gestão de Eventos Esportivos

Thiago Seixas dos Santos
Associação Caruaruense de Ensino Superior, Caruaru, Pernambuco, Brasil
thiaseixas@msn.com
José Pedro Sarmento
Faculdade de Desporto, Porto, Portugal
psarmento@fade.up.pt
Vilde Menezes
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil
vildemenezes@hotmail.com

Resumo

Grande interesse tem surgido nos últimos anos em sediar eventos esportivos, especialmente os megaeventos, tais como Olimpíadas e Copas do Mundo de Futebol, em virtude dos legados que podem proporcionar. A presente pesquisa é parte de dissertação de mestrado defendida em maio de 2010 na Universidade do Porto, Portugal e teve como objetivos: verificar quais intervenções serão realizadas na infraestrutura esportiva do estado para a Copa; verificar como a população pernambucana participou na construção das propostas para a Copa; e identificar quais iniciativas serão promovidas pelo governo para, através da Copa, melhorar a qualidade de vida da população pernambucana. A metodologia utilizada no estudo foi a análise documental de 48 reportagens do Diário de Pernambuco sobre o tema. As conclusões do estudo foram: 1- A população pernambucana não participou no processo de elaboração das propostas para a Copa 2014; 2- O Comitê Pernambuco na Copa não elencou o desenvolvimento do esporte em sediar a Copa do Mundo de Futebol; 3- Há um compromisso do Estado de Pernambuco com a utilização da Copa enquanto estratégia de melhoria da qualidade de vida da população pernambucana, através dos programas de qualificação, voluntariado e de infra-estrutura que serão desenvolvidos.

Palavras-chave: Copa, Eventos Esportivos, Pernambuco, Gestão do Esporte.

Abstract

Great interest has emerged in recent years in hosting sporting events, especially the mega-events such as Olympics and World Cup Soccer given the legacy they can provide. This research is part of master's dissertation presented in May 2010 at the University of Porto, Portugal and had the following objectives: determine which interventions will be made in sport infrastructure of Pernambuco for the Cup; see how the population participated in construction of proposals for Cup; and identify which initiatives will be promoted by the government for improve the quality of life of people of Pernambuco. The methodology was the document analysis, with an analysis of 48 reports in the Diario de Pernambuco on the theme. Based on the analysis of documents, the study found the following conclusions: 1 - The population of Pernambuco did not participate in the drafting of proposals for the Cup; 2 - The Committee Cup Pernambuco not mentioned the development of sports to host the FIFA World Cup; 3 - There is a commitment by the state of Pernambuco with the use of the World Cup as a strategy for improving the quality of life of Pernambuco, through training programs, volunteer and infrastructure to be developed.

Keywords: Cup, Sporting Events, Pernambuco, Sport Management.

Copa do Mundo FIFA Brasil 2014: uma breve análise da candidatura de Pernambuco

Introdução

Cresce a cada dia o interesse por sediar eventos esportivos em todo o mundo. Sarmento (2010) afirma que os eventos esportivos têm todas as características gerais de um evento qualquer, contudo, são acrescidos de um conjunto de especificidades. O autor ainda evidencia que existe uma interface de quem o idealiza, produz e consome de forma direta ou indireta.

Poit (2006) utiliza uma definição para o termo evento, que consiste em um conjunto de ações profissionais antecipadamente planejadas, que, seguindo uma sequência lógica de preceitos e conceitos administrativos, têm por objetivo alcançar resultados que possam ser qualificados e quantificados entre determinado público-alvo.

Nesse sentido Constantino (2006) ainda refere que o evento esportivo pode ser um excelente fator de notoriedade para os organizadores, para seus participantes e para o local que sedia o evento. Em razão desse fator, o evento fortalece o senso de comunidade por parte dos residentes do local onde ele transcorre, bem como promove maior interação dos diferentes grupos étnicos, reforçando, por sua vez, o sentimento de compartilhamento advindo da experiência vivenciada (Ohmann; Jones; Wilkes, 2006). É possível afirmar, portanto, que o evento advém, na sua gênese, de uma necessidade humana de expressar sentimentos, emoções e compartilhá-los socialmente em virtude de um determinado fato ou acontecimento.

Objetivos do Estudo

O presente estudo se baseou em alguns objetivos para responder às inquietações propostas. Foram objetivos da pesquisa verificar quais intervenções serão realizadas na infra-estrutura esportiva de Recife e São Lourenço da Mata, em virtude da Copa 2014, verificar como a população de Pernambuco participou na elaboração do projeto “Cidade da Copa” e identificar quais iniciativas serão promovidas pelo Governo do Estado de Pernambuco, no sentido de, através da Copa 2014, melhorar a qualidade de vida da população pernambucana.

Revisão de Literatura

Podem ser considerados megaeventos aqueles eventos de curta e preestabelecida duração que apresentam grandiosidade em termos de público, mercado-alvo, nível de envolvimento financeiro, envolvimento do setor público, efeitos políticos, extensão de cobertura televisiva, construção de instalações e impacto sobre o sistema econômico e social da comunidade que o sedia (Hall, 1992). Outra definição de megaeventos pode ser encontrada nas palavras de Roche. O sociólogo sugere que os megaeventos seriam: “[...] eventos culturais de larga escala que envolvem grandes massas populares e recursos de importância internacional, que são tipicamente geridos através da combinação da esfera governamental e de empresas não-governamentais.” (Roche, 2000, p.1).

Os referidos eventos têm a capacidade de provocar impactos relevantes na economia local e na estrutura urbana de uma cidade, de um país – a exemplo de uma Copa do Mundo –, sendo frequentemente vistos como oportunidades de promover a atividade econômica local (Dwyer; Forsyth, Spurr; 2006).

O professor Dr. Holger Preuss, renomado estudioso dos megaeventos esportivos, em sua palestra sobre essa temática, realizada em 2007 no estado do Rio de Janeiro, diferencia os significados dos impactos bem como dos legados construídos por megaeventos. Segundo o referido professor, os impactos estão diretamente relacionados com todas as transformações ou implicações que repercutem na cidade-sede durante o evento, ou seja, enquanto o evento transcorre. Enquanto os legados seriam todas as transformações ou implicações sofridas pela cidade-sede que podem advir dos impactos previamente causados, geralmente surgindo após o evento e podendo surgir em virtude dos impactos previamente causados (DaCosta *et al.*, 2008). Existe uma relação estreita de causa-efeito.

No estudo de Emery (2002), fora realizada uma pesquisa para verificar os principais motivos que levaram nações e regiões a buscar tornar-se sede de grandes eventos esportivos. Para tanto, o autor utilizou questionários e entrevistas semiestruturadas em sua metodologia, e constatou que tais eventos eram procurados tendo em vista promover e desenvolver o desporto em primeiro lugar, posteriormente, obter desenvolvimento econômico mediante os impactos provocados pelo evento e conseguir infra-estrutura esportiva para novos momentos esportivos.

Os eventos esportivos também podem desencadear impactos e até legados sociais positivos. Vários estudos têm sido realizados no sentido de verificar essa relação e a interação de suas variáveis, por

exemplo, os visitantes de megaeventos e a comunidade onde ele ocorre (Rúbio, 2005; Ohmann; Jones; Wilkes, 2006; Preuss, 2007).

No artigo de Ohmann, Jones e Wilkes (2006, p. 130), fora exposto o conceito de impactos sociais por meio do estudo de Olsen e Merwin (1977). Os autores consideram tais impactos como mudanças na estrutura e no funcionamento da ordem dos padrões sociais que, por sua vez, ocorrem com a inovação tecnológica, ambiental ou social. Tais mudanças podem ser caracterizadas como alterações culturais e as inovações que ocorrem após o megaevento. Estas somente são possíveis em virtude de todas as experiências e do aprendizado “gerado” pelo processo de candidatura, execução e avaliação do megaevento.

Esse aprendizado² interfere nos demais processos sociais que estão englobados pelo evento e sofrem alterações em virtude do que fora aprendido e assimilado.

Segundo Brunt (1999), os impactos sociais também podem ser relacionados com a qualidade de vida dos residentes do local onde o megaevento se realiza. Se o evento proporcionar uma elevação nos padrões de vida da população local, os impactos sociais serão positivos.

Em virtude de tais fatores, Bull e Lovell (2007), em seu estudo acerca do Tour de France do referido ano, afirmam que os impactos sociais devem ser planejados, devendo-se focar a população, sua integração, comunicação e interação. Um grande evento deve ser planejado em grande parte para atender às necessidades da comunidade que o sediará. O planejamento do evento não deve estar voltado para fora de sua sede, mas sim para dentro. É esse olhar, quando na concepção do planejamento, que pode sanar problemas de ordem socioeconômica e contribuir para impactos sociais mais eficazes e abrangentes.

Materiais e Métodos

No presente estudo utilizamos análise documental como elemento chave do processo de recolha de dados.

A recolha de dados foi realizada através das reportagens oficiais publicadas no site do Jornal Diário de Pernambuco que abordassem o tema da candidatura de Pernambuco para a Copa 2014 no período de maio de 2009 à março de 2010. Para tanto entramos em contato com o Jornal que nos fizera a recomendação de buscar no site oficial do Diário de PE.

Foi escolhido o Diário de PE, pois é um meio veiculador de informações de alta credibilidade e é o Jornal mais antigo não só do Brasil, mas de toda a América Latina. Concedendo mais credibilidade à pesquisa.

O período de recolha e seleção das reportagens publicadas no Diário de PE foi do dia 31 de maio de 2009, o dia em que foram confirmadas todas as subsedes para a Copa 2014, inclusive Pernambuco, a 31 de março de 2010, data limite para tratamento de dados e inserção no estudo.

No campo de pesquisa do site do referido jornal foram inseridas as palavras “Copa 2014” e “Pernambuco” para que se chegasse a um primeiro quantitativo de reportagens que foram filtradas levando em consideração a relevância para o estudo.

A sustentação metodológica da análise de dados se encontra na análise de conteúdo proposta por Bardin (2004) e as categorias e subcategoria definidas *a priori* foram:

CATEGORIA 1- A importância de sediar megaeventos esportivos na atualidade.

CATEGORIA 2- Planejamento de Legados nos megaeventos esportivos.

Subcategoria A²- Os impactos sociais de megaeventos esportivos.

Resultados

No total foram selecionadas 68 matérias, que por sua vez, foram analisadas e, posteriormente filtradas, levando em consideração a relevância para o estudo e a presença das unidades de registro e unidades de contexto eleitas na pesquisa para, após este processo, fossem inseridas no *corpus* do estudo. No total foram inseridos no *corpus* do estudo 48 matérias que abordassem o tema proposto na pesquisa, que posteriormente foram filtradas para o enquadramento das 3 categorias supracitadas.

Discussão

² Mais de 20 mil pessoas receberam capacitação para os Jogos Pan-Americanos (JPA) Rio 2007.

Neste momento serão apresentados sucintamente os resultados encontrados a partir da recolha das matérias do jornal selecionado e seu enquadramento nas categorias eleitas.

Categoria 1 - A importância de sediar megaeventos esportivos na atualidade

Foram encontradas nas matérias do Diário de PE informações sobre os investimentos que foram planejados para o evento: *“O projeto Via Mangue, já incluído no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), deve receber investimento de R\$ 272 milhões, dos R\$ 450 milhões totais”*. (Diário de PE- 10/11/2009). *“O primeiro grande ‘bolo’ de investimentos do governo federal para a Copa 2014 será repartido amanhã. O presidente Lula vai divulgar como serão repartidos os R\$ 21,8 bilhões destinados a obras de mobilidade urbana nos 12 estados que vão receber o Mundial”*. (Diário de PE- 12/01/2010).

Neste sentido foi encontrada coerência com o que aponta a literatura pesquisada. No estudo de (Horne, 2007), por exemplo, afirma que os eventos esportivos têm uma capacidade impressionante tanto de atrair recursos para a localidade onde se realizará o evento quanto de dar visibilidade ao local que os sedia.

Categoria 2 - Planejamento de legados nos megaeventos esportivos

Planejamento pode ser definido como um processo de preparação de um conjunto de decisões para atuar no futuro, objetivando obter os melhores resultados (Roche, 2002). O planejamento deve exigir uma reflexão sobre o nosso ambiente, sobre o que acontece em redor de uma organização ou às próprias pessoas.

Em reportagem do Diário de PE, foi encontrada uma discrepância com o que Roche (2002) evidencia acerca do planejamento: *“Enquanto uma fatia generosa da população de São Lourenço se esbaldou ao som de músicas regionais no centro da cidade, os residentes da comunidade de Penedo de Baixo - local escolhido para construção da Arena FIFA- ficaram reclusos em suas casas. A confirmação trouxe a certeza que a mudança está perto. Não se sabe bem para onde. Um dia após a festança, eles ainda aguardam, apreensivos, algum contato do governo, responsável pelo projeto da Cidade da Copa,..., As famílias que tiram seu sustento da roça estão ainda em condições mais delicadas. Como não é permitido o um novo plantio, o que já estava prestes a ser colhido se estragou. ‘A gente não sabe ao certo quando vai sair daqui. Então, o mato acabou cobrindo tudo. A gente não pode fazer nada. Ninguém quer se arriscar e pedir ao trabalhador para plantar feijão, macaxeira ou milho. Estou aqui de braços cruzados e sem ter o comer’, comentou Ismael Lourenço da Silva.”* (Diário de PE, 02/06/2009).

Segundo Roche (2002) o planejamento possui três fases, nomeadamente: a fase analítica, a fase de programação e fase de acompanhamento e avaliação. Na fase analítica o mais importante é situar-se diante do problema, levando em consideração a realidade da organização e do ambiente que a circunda. Por outro lado, na fase de programação observamos tudo aquilo que se pretende fazer, quais estratégias que serão utilizadas para alcançar os objetivos propostos, levando em consideração também os investimentos a ser realizados e os custos. Já na fase de acompanhamento e avaliação ocorre o estudo e a análise de tudo o que fora executado.

Subcategoria B² - Impactos sociais de megaeventos esportivos

Segundo Ohnmann, Jones, Wilkes (2006), todos os eventos esportivos têm, independente da sua dimensão, a capacidade de promover impactos na comunidade onde o mesmo ocorre. Neste mesmo estudo podemos observar um conceito. Os impactos sociais são mudanças na estrutura e funcionamento da ordem dos padrões sociais que, por sua vez, ocorrem juntamente com a inovação tecnológica, ambiental e/ou social.

Em reportagem do Diário de PE fica evidente que o governo já iniciou ações no sentido de promover esta capacitação, através de congressos para planejar impactos da Copa: *“A Prefeitura do Recife começa a realizar, a partir deste mês, cursos e capacitações voltados para os profissionais do turismo da cidade. Ao todo, 2.195 vagas serão oferecidas até maio de 2010, em várias etapas do programa de qualificação. Os profissionais da área (taxistas, barraqueiros, cozinheiros, guias, etc.) poderão receber os turistas estrangeiros falando inglês”*. (Diário de PE- 11/08/2009).

Além da qualificação na área do turismo, haverá investimento para qualificação para o atendimento dos não-residentes que virão ao país: *“Na área de turismo, a receita virá do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) do Ministério do Turismo (MTur). Da mesma forma, o projeto de qualificação, cuja meta é atingir 40 mil pessoas até 2014, terá apoio federal.”* (Diário de PE- 03/01/2010). Assim como evidencia DaCosta (2008), quando aponta que o aprendizado gerado através de todas as capacitações e treinamentos da população quando ocorre um megaevento pode ser considerado como um impacto social positivo, além do que Teo (1994) e Brunt (1999) evidenciam, quando tratam da melhoria da

qualidade de vida da comunidade sede de um grande evento esportivo.

Conclusão

Foram encontradas algumas conclusões, a partir do estudo realizado. A primeira delas é que o custo elevado do evento é uma fraqueza relevante, além do fato de não terem sido mencionadas estratégias de envolver antecipadamente a população no evento, no sentido de facilitar a execução de quaisquer estratégias relacionadas à Copa, com o apoio da mesma. Em seguida ficou evidente que a população local não participou no processo de elaboração das propostas para a Copa 2014. Prejudicando muito o processo de construção de propostas para o evento.

O estudo ainda constatou que não serão realizados investimentos nas infra-estruturas esportivas das Cidades de Recife e São Lourenço da Mata em virtude da Copa 2014, com exceção da Arena Pernambuco, que será construída sob a forma de uma Parceria-Público-Privada (PPP), onde uma empresa privada irá construir e gerir a arena por 30 anos após sua construção.

Um fator de grande relevância é que a população deverá obter legados sociais positivos, uma vez que há um compromisso do governo de Pernambuco em promover capacitações e treinamentos, elevando desta forma o potencial de geração de empregos e oportunidades para a comunidade local, que deve ser o foco do planejamento.

Desta forma o evento deve levar em conta as necessidades do cidade sede primeiramente, seus anseios devem ser conhecidos, seus desejos, na medida do possível atendidos, para que o evento não seja planejado para uma realidade distinta da que efetivamente vai usufruir dos impactos e legados que serão proporcionados.

Referências Bibliográficas

- BARDIN, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. 3ª Ed. Edições 70. Lisboa.
- BRUNT, P. Host perceptions of sociocultural impacts. *Annals of Tourism Research* **26**(3): 493-545. 1999.
- BULL, C., J. Lovell The Impact of Hosting Major Sporting Events on Local Residents: an Analysis of the Views and Perceptions of Canterbury Residents in Relation to the Tour de France 2007. *Journal of Sport and Tourism* **12**(3-4): 229-248. 2007.
- CONSTANTINO, J. M. *Desporto: geometria a equívocos*. Lisboa: Livros Horizonte. 2006.
- DACOSTA, L. P. *Legados de Megaeventos Esportivos*. Brasília, Ministério dos Esportes. 2008.
- DWYER, L.; FORSYTH, P., SPURR, R. Assessing the economic impacts of events: a computable general equilibrium approach. *Journal of Travel Research*. n. 45, p. 59-66, Aug. 2006.
- EMERY, P. (2002). Bidding to host a major sports event: The local organising committee perspective. *The International Journal of Public Sector Management*. **15**(4): 316-335.
- HALL, C. M. (1992). *Hallmark Tourist Events: Impacts, Management and Planning*. London, Belhaven.
- HORNE, J. The four 'knows' of sports mega-events. *Leisure Studies*. v. 26, n. 1, p. 81-96, 2007.
- OHMANN, S.; JONES, I.; WILKES, K. The Perceived Social Impacts of the 2006 Football World Cup on Munich Residents. *Journal of Sport and Tourism*. **11**(2): 129-152. 2006.
- PREUSS, H. The Conceptualisation and Measurement of Mega Sport Event Legacies. *Journal of Sport and Tourism*. **12**(3-4): 207-227. 2007.
- ROCHE, M. *Mega-events and modernity: olympic and expos in the growth of global culture*. London: Routledge, 2000.
- ROCHE, F. (2002). *Gestão Desportiva: Planejamento Estratégico nas Organizações Desportivas/ Fernando Paris Roche*. Porto Alegre, Artmed.
- RÚBIO, K. Os Jogos Olímpicos e a transformação das cidades: os custos sociais de um megaevento. *Scripta Nova- Revista Eletrônica de Geografia e Ciência Sociais*. **194** (85). 2005.
- SARMENTO, J. *Gestão das Organizações Desportivas*. Material de apoio ao Mestrado em Gestão Desportiva. Faculdade de Desporto, Universidade do Porto. 2010.

O Direito Constitucional contemporâneo e a legislação jurídico-desportiva brasileira

Temática: Legislação Esportiva e Gestão do Esporte

Braz Rafael da Costa Lamarca
brlamarca@gmail.com
Danilo Araújo Gomes
danilo.araujogomes@gmail.com

Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, da Seccional de São Paulo, São Paulo/SP Brasil

Resumo

O presente artigo apresenta as três dimensões sociais do esporte conjugadas com os artigos constitucionais vigentes por intermédio da articulação valorativa existente entre o Esporte, a Sociedade e o Estado.

Palavras-chave: Constituição Federal, Dimensão Social do Esporte, Valores, Gestão do Esporte.

Abstract

This paper introduces three Social Dimensions of Sport combined with the existing constitutional articles through the articulation of social values between Sport, Society and State.

Keywords: Constitution, Social Dimensions of Sport, Social Values, Sport Management.

O Direito Constitucional contemporâneo e a legislação jurídico-desportiva brasileira

Introdução

Este artigo tem por finalidade apresentar a estrita relação entre a Constituição-cidadã (CRFB/88), e o atual estágio de desenvolvimento da legislação jurídico-desportiva no Brasil, estabelecendo uma correlação axiológica entre as Dimensões Sociais do Desporto, corporificadas na unicidade do Desporto em seu estado *latu*, e o texto constitucional vigente, com especial ênfase ao Desporto de Participação.

Objetivos do estudo

Discorrer acerca da axiologia constitucional presente nas Dimensões Sociais do Esporte, bem como, as regulamentações constitucionais e infraconstitucionais delas decorrentes.

Revisão de literatura

De acordo com CEGALLA, “*desporto*” é o “*conjunto de exercícios físicos praticados com método; esporte*”, e, “*esporte*” é definido pelas seguintes acepções: “1. *Prática metódica de exercícios físicos; 2. Exercício praticado com método, regras específicas, individualmente ou em equipes; 3. Divertimento; passatempo; 4. Diz-se de roupa normal*” (CEGALLA, 2005). Os diferentes significados do verbete “*esporte*” nos remetem à conclusão de que existem diversas concepções e formas de aplicação da palavra, desde a simples prática de exercícios físicos, até um estilo de roupa, passando por divertimento, e passatempo.

A origem do esporte sempre foi uma tarefa muito difícil de ser determinada, e DUARTE ensina: “*O esporte sempre acompanhou o homem. A necessidade fez com que ele praticasse natação, arco-e-flecha, luta e outros*” (DUARTE, 2004), fazendo com que o homem o aprendesse em decorrência das suas atividades naturais do dia-a-dia, isto é, da necessidade de sobreviver, e, por intermédio da repetição de gestos, aprimorou seus exercícios, tornando-os habituais ao seu viver que, por conseguinte, adaptou-os à demonstração física em busca do melhor domínio de seus movimentos, e do seu aperfeiçoamento atlético.

No caminhar das evoluções do esporte e do homem, chegou-se a determinado estágio de refinamento sócio-desportivo e axiológico, que, atualmente, pode-se definir quais são as Dimensões Sociais do Desporto atreladas aos seus respectivos valores, no seio das mais diversas Constituições existentes no Estado Moderno. Contudo, permaneceremos, apenas, no texto da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), com as seguintes Dimensões Sociais do Desporto: Desporto Educacional, Desporto de Participação e Desporto de Rendimento (TUBINO, 1992).

Além disso, devemos observar outras duas características que bastante auxiliar-nos-ão a compreender o espectro jus-desportivo vigente no Brasil, os quais se consubstanciam, justamente, na forma de prática desportiva associada a cada uma das Dimensões Sociais, e qual distinção é feita entre os respectivos praticantes. Assim, nos **Desportos Educacional e de Participação**, as **práticas são não-formais**, isto é, são **práticas flexibilizadas** no que concerne ao regramento, visando à adaptabilidade do praticante à modalidade que, acrescida dos requisitos legais exigidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), conclui-se que **o praticante dos Desportos Educacional e de Participação é um atleta não-profissional**.

Já no **Desporto de Rendimento**, os praticantes têm de obrigatoriamente **obedecer às regras preestabelecidas pelos organismos internacionais de cada modalidade**, não havendo outra forma de prática, senão a **prática formal, inflexível** em suas regras. Além disso, dada à especificidade da técnica, a necessidade do exaustivo treinamento, complementado por todas as nuances intrínsecas a cada modalidade, o atleta para alcançar melhores índices a cada competição, não tem alternativa outra sem que seja a de se dedicar integralmente à modalidade, fazendo desta atividade, normalmente, a sua profissão, o que, conseqüentemente, leva-o a **profissionalizar-se**, dependendo ou não da existência de contrato de trabalho. Contudo, imperativo é o cumprimento dos requisitos da CLT, especialmente no que pertine à lavratura do Contrato Especial de Trabalho de Desportista (CETD) firmado com o seu empregador, de forma que o **praticante do Desporto de Rendimento só pode ser o atleta profissional**.

Ultrapassadas as definições de cada Dimensão Social, formas de prática e, ainda, a definição de cada praticante, dirigiremos o nosso raciocínio para a CRFB/88, que trouxe, pela primeira vez no Brasil, o esporte como uma das bases que constituem o Estado brasileiro, como escreveu BULOS: “*O subsistema constitucional do desporto visa à integração social do homem (Art. 217, CRFB/88). Sua palavra de ordem é educar pelo esporte.*” (BULOS, 2009)

O **caput** do art. 217, da CRFB/1988, encerra: “*É dever do Estado fomentar práticas desportivas*

formais e não-formais, como direito de cada um". No ordenamento jurídico brasileiro, o esporte foi subdividido em categorias para facilitar as formas de aplicação e disciplina, quando o artigo 217 expressa: "... *práticas desportivas formais e não-formais...*". É certo que a CRFB/88 não disciplinou o que é cada uma delas exatamente, pois, isto coube à Lei nº 9.615/98 ("Lei Pelé"), que dispôs, uma a uma, em um capítulo específico, totalmente inspirado nos fundamentos constitucionais acima destacados.

A prática desportiva formal é aquela regulada pelas regras nacionais e internacionais do esporte e administrada por entidade de organização esportiva, daí decorrendo a existência de outra subdivisão para distinguir as formas de tal prática, alcançando o desporto de rendimento. No tocante à prática não-formal, como exposto pela "Lei Pelé", a mesma é "*caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes*". A palavra lúdica, segundo CEGALLA, significa "*relativo ou pertencente a jogo, brinquedo ou divertimento*" (CEGALLA, 2005), como citado por REZENDE: "*Com base nestes elementos e numa perspectiva de integração da LGSD, evidenciam-se relações lógicas, diretas e objetivas, estabelecendo conexões entre a prática desportiva e sua natureza e finalidade, que permitem concluir, com segurança: que o desporto de rendimento é uma prática desportiva formal; que o desporto de participação e o desporto educacional constituem prática desportiva não formal.*" (REZENDE, 2009) (grifamos)

O inciso I, do artigo 217, da CRFB/88, dispõe sobre "*a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento*";. A norma constitucional outorgou às entidades de prática desportiva a flexibilização do modo de funcionamento individual, para que pudessem alcançar seus objetivos e solucionarem seus próprios problemas. MELO FILHO (2006) nos ensina: "*Com autonomia os entes desportivos estão aptos a buscar fórmulas capazes de resolver seus problemas, enriquecendo a convivência e acrescentando à sociedade desportiva idéias criativas e soluções inovativas mais adequadas às peculiaridades de sua conformação jurídica (organização) e de sua atuação (funcionamento), desde que respeitados os limites da legislação desportiva nacional e resguardados os parâmetros das entidades desportivas internacionais.*"

Há de se destacar, no entanto, que autonomia não significa liberdade absoluta ou liberalidade, mas, sim, liberdade conferida pelo ordenamento jurídico, que se inaugura pela própria CRFB/88, ou seja, a autonomia não afasta a heteronomia. O Estado brasileiro destina recursos públicos para fomentar a prática esportiva no país, conforme normatiza o inciso II, do artigo 217, da CRFB/88. Já o desporto educacional começa a angariar uma diferenciação, pois, no mesmo inciso susodito, para que haja o recebimento dos recursos públicos: "*A destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento.*" Apesar de priorizada pela nossa Constituição, a modalidade foi definida pela "Lei Pelé", no seu artigo 3º, inciso I, como sendo: "*Desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer*".

Nesta modalidade, em tese, não pode haver formas de seleção, e sim, ser difuso para todos os interessados em participar e aprender a praticar um esporte, para evitar a disputa, a segregação entre os praticantes e os que desejam aprender a modalidade. A intenção desta modalidade é a de formar o cidadão e não, apenas, o atleta, incentivando-o a praticar o esporte como forma de formação física e mental de uma maneira saudável, e ainda, divertí-lo. O desporto de participação é aquele "*praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos participantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e na preservação do meio ambiente*", utilizado como promoção social, sendo desenvolvido, na maioria das vezes, pelo Poder Público, e tem como exemplo os Jogos da Cidade de São Paulo, promovidos pela Prefeitura da Cidade de São Paulo, que, às vezes, até é promovido pela iniciativa privada. Independente de quem o promova, a intenção é sempre a de incentivar a melhoria da qualidade de vida, da saúde e da preservação do meio ambiente. LENZA nos adverte: "*O dever do Estado é no sentido da preservação dos parques, áreas verdes, praias, lagos, com o objetivo de facilitar a prática desse desporto de lazer*". (LENZA, 2008)

O desporto de rendimento está definido no artigo 3º, inciso III, da "Lei Pelé", nos seguintes termos: "*Desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações*". A prática de rendimento é conhecida como esporte profissional. Entretanto, a norma constitucional do inciso III, do artigo 217, da CRFB/88, a seguir reproduzida, faz uma subdivisão da modalidade, em *profissional* e *não profissional*: "*III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional.*"

A modalidade profissional está prevista no artigo 3º, p. ú., inciso I, da Lei 9.615/98, e tem como característica a "*remuneração pactuada em contrato formal de trabalho entre o atleta e a entidade de*

prática desportiva". Com isso, a lei define o atleta profissional como o empregado da entidade de prática desportiva. Já o atleta não-profissional está definido no inciso II, da mesma lei, como: "*Identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de contrato de trabalho, sendo permitido o recebimento de incentivos materiais e de patrocínio*". Nesta espécie, enquadram-se, na maioria das vezes, os atletas de modalidades individuais, uma vez que eles independem de uma entidade desportiva para participar de seus campeonatos, cuja inscrição no certame é feita em nome do atleta, o que torna um direito personalíssimo, pois, na maioria destes campeonatos, somente o atleta que obtém os índices mínimos da modalidade, garante o direito de competir.

Materiais e métodos

Pesquisou-se, de forma focal e objetiva, no contexto do espectro axiológico constitucional vigente, os sincronismos e assincronismos valorativos, no que tange ao texto positivado, bem como, a sua efetiva aplicabilidade à conjuntura sócio-desportivo-educacional brasileira, na moldura temporal contemporânea.

Resultados

A Carta Magna brasileira, além de colocar na essência do Estado a promoção do esporte, definir as modalidades, e elencar quais delas serão priorizadas em seu desenvolvimento, o artigo 217, inciso IV, da CRFB/88, traz em seu texto a proteção das manifestações esportivas de criação nacional, quando determina "*a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional*".

A proteção às manifestações desportivas de criação nacional, não trata apenas de modalidades desportivas criadas no Brasil, mas como cita JOSÉ AFONSO DA SILVA: "*Não significa que seja de invenção brasileira, mas que seja prática desportiva que já tenha sido incorporada aos hábitos e costumes nacionais*" (JOSÉ AFONSO DA SILVA, 2006). Com isso o constituinte procurou proteger, de todas as formas, as modalidades difundidas dentro do território brasileiro, e não somente, os esportes como a capoeira, o **beach soccer**, o futsal, e outras tantas modalidades criadas por aqui. Visa proteger, também, esportes como: futebol, vôlei, basquete, handebol, atletismo, vela, hipismo, ginástica, jiu-jitsu, e outros que são muito praticados em todo o país, e já sedimentados no cenário internacional como potência, ou adquirido destaque pela qualidade de seus desportistas.

Com todo um sistema constitucional criado para proteger e fomentar a prática desportiva, a CRFB/88 novamente inovou e, pela primeira vez na história das constituições brasileiras, trouxe no bojo do artigo 217, dois parágrafos que reconheceram a Justiça Desportiva: "*§ 1º - O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei. § 2º - A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.*"

A Justiça Desportiva foi criada para, única e exclusivamente, julgar questões inerentes às regras e à disciplina das competições desportivas. De caráter administrativo e extrajudicial, não integra o Poder Judiciário, cujos órgãos têm suas sede e fisionomia desenhadas ao longo dos artigos 92 a 126, da Constituição Federal. Inclusive, de acordo com a Resolução nº 10/2005, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), estabeleceu-se a aplicabilidade direta da CRFB/88, no particular, ao tratar do seu Artigo 95, p. ú. , inciso I, isto é, a resolução do CNJ ao entender que a Justiça Desportiva é independente e não integra o Poder Judiciário, vedou, taxativamente, o exercício de magistrados junto àquela instância, mitigando de forma absoluta, as possíveis influências que poderiam decorrer dessa imprevisível relação.

Apesar de serem custeados pelas entidades de Administração do Esporte, os órgãos que integram a Justiça são independentes, como expresso no artigo 52, da sua legislação própria. A organização da Justiça Desportiva é muito parecida com a organização do Poder Judiciário, tanto é que recebe a titulação de **Judiciariforme**, e no intuito de oferecer um processo justo, obedece ao Princípio do Duplo Grau de Jurisdição que, segundo LENZA, é organizada da seguinte forma: "**Comissões Disciplinares**: com competência para processar e julgar as questões previstas nos Códigos de Justiça Desportiva; **Tribunal de Justiça Desportiva**: funcionando junto às entidades regionais da administração do desporto; **Superior Tribunal de Justiça Desportiva**: funcionando junto às entidades nacionais de administração do desporto." (LENZA, 2008), para que sejam atendidos os anseios dos princípios desportivos, conforme adiante destacado.

Discussão

Os princípios são base de toda a norma, constitucional ou infraconstitucional, pois cabe a ela trazer seus ideais intrínsecos e extrínsecos. Os *princípios*, ao lado das *regras*, são espécies do gênero *normas*, e,

além de se constituírem em normas, também se mostram como diretrizes hermenêuticas para compreensão de outras normas, especialmente as regras. Eles estão na Constituição e nas legislações abaixo dela, com base na pirâmide de KELSEN, como é exposto por Bandeira de Melo, em MELO FILHO (2006), “*Violar qualquer princípio, ainda que implícito, é tão afrontoso, como o que esteja expresso*”. A legislação esportiva não poderia ser exceção à regra, cujo rol está positivado no art. 2º, da Lei nº 9.615/98.

Os princípios que discorrem sobre o esporte devem ser conjugados com os de outros ramos e áreas. Neste sentido, associa-se com direitos e princípios fundamentais previstos no **caput** do artigo 5º, da CRFB/88, especialmente, os direitos à vida, à liberdade e à igualdade, senão vejamos: a aplicação da cláusula do devido processo legal, com todos os seus consectários, na Justiça Desportiva, ou a igualdade entre homens e mulheres, sem excluir tantos mais espalhados por toda a Tábua Constitucional, recebem ainda, inspiração dos fundamentos e objetivos previstos nos artigos 1º e 3º, da Constituição pátria.

Assim é que, a Soberania, um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º, I, CRFB/88), envolve a Supremacia Nacional, dando ao esporte toda a característica de patrimônio do país. Igualmente, os fundamentos da cidadania (“direito a ter direitos”) e da dignidade da pessoa humana (II e III) têm inafastáveis incidências sobre o desporto e seus peculiares princípios. Já o Princípio da Autonomia da Administração das Entidades Desportivas é dado pelo artigo 217, I, da CRFB/88. As bases principiológicas desportivas são similares àquelas que compõem a Constituição e as principais normas jurídicas do país. O principal princípio desportivo é o do direito social, ao qual foi conferida uma qualificação diferenciada pelo próprio constituinte, e está previsto no artigo 6º, da CRFB/88, sendo esse direito, como bem exposto por MORAES, **verbis**: “*Os direitos fundamentais do homem, caracterizando-se como verdadeiras liberdades positivas, de observância obrigatória em um Estado Social de Direito, tendo por finalidade a melhoria de condições de vida aos hipossuficientes, visando à concretização da igualdade social, e são consagrados como fundamentos do Estado democrático, pelo artigo 1º, IV, da Constituição Federal.*” (MORAES, 2009)

As normas constitucionais sempre trazem em seu bojo a eficácia, podendo ser jurídica e social, ou, somente jurídica. A Teoria das Eficácias das Normas adotada é, atualmente, a do professor JOSÉ AFONSO DA SILVA, que se divide em três tipos: “*Normas de Eficácia Plena: Sendo aquelas que têm a sua aplicabilidade desde o momento da entrada em vigor da Constituição, não necessitando de lei integrativa para torná-la eficaz. Normas de Eficácia Contida: são aquelas em que o legislador regulou o suficiente os interesses relativos para que a lei integrativa estabeleça os termos e os conceitos nela enunciados. Normas de Eficácia Limitada: Segundo LENZA são “aquelas normas que de imediato, no momento em que a constituição é promulgada, não têm condão de produzir todos os efeitos, precisando de uma lei interativa infraconstitucional. São, portanto, de aplicabilidade mediata e reduzida, ou, segundo alguns autores, aplicabilidade diferida.*” (LENZA, 2008)

No entendimento do mesmo Autor, as normas de eficácia limitada se subdividem em normas de princípio institutivo (ou organizativo) e normas de princípio programático. As normas de princípio institutivo são: “*Normas constitucionais de princípio institutivo: aquelas através das quais o legislador constituinte traça esquemas gerais de estruturação e atribuição de órgãos, entidades ou institutos, para que o legislador ordinário os estruture em definitivo, mediante lei*”. Já as normas de princípio programático, trazem no bojo uma programação a ser desenvolvida pelo Estado e normalmente se aplicam à realização de fins sociais. Como novamente expõe JOSÉ AFONSO DA SILVA, são: “*Através das quais o constituinte, em vez de regular, direta e imediatamente, determinados interesses, limitou-se a traçar-lhes os princípios para serem cumpridos pelos seus órgãos (legislativos, executivos, jurisdicionais e administrativos), como programas das respectivas atividades, visando à realização dos fins sociais do Estado*” (LENZA, 2008).

As normas constitucionais que tratam do esporte são compostas por mais de um tipo de norma, abrangendo as de eficácia plena, como a atribuição de autonomia às entidades desportivas para sua organização e funcionamento (art. 217, I, CRFB/88), que tem a aplicação imediata, pois dá a autonomia de organização e funcionamento sem que seja necessária uma lei que defina o que é essa autonomia. O **caput** do artigo 217, da CRFB/88, diz que caberá ao Estado o dever de fomentar a prática esportiva formal e não formal e, no seu inciso II, ordena a destinação de recursos públicos para a promoção do esporte, mas não lhe subsidia com informações de como direcionar os recursos para tal, então, essa é uma norma de eficácia limitada. A norma teve sua aplicação com a Lei nº 9.615/98, a qual distinguiu vários tipos de recursos para promover o esporte e, seu aprimoramento foi feito pela Lei nº 11.438/2006, a Lei de Incentivo ao Desporto. Um exemplo de norma de eficácia limitada de princípios institutivos, é o inciso III, do artigo 217, da CRFB/88: “*o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;*”. É uma norma que o constituinte ao invés de regular, apenas traça um esquema a ser estruturado em definitivo pelo legislador ordinário, que foi cumprida, quando da aprovação da lei específica que disciplina o desporto.

A norma que está disposta no art. 217, § 2º, da CRFB/88, disciplina o prazo máximo de duração de

um processo na Justiça Desportiva, sendo uma norma de eficácia plena, pois tem aplicação imediata, delimitando os padrões para a lei que veio, posteriormente, regulamentar a Justiça Desportiva. Na seqüência do mesmo artigo, no § 3º, o constituinte deixou uma norma de eficácia limitada declaratória de princípios programáticos, quando explicitou “**O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social**”, veiculando programas a serem implementados pelo Estado brasileiro.

Conclusão

Durante a evolução do homem para agilizar os seus dias, acabaram surgindo as primeiras modalidades esportivas, e com a evolução, estas se transformaram em uma forma de entretenimento, e, posteriormente, foram profissionalizadas.

A importância do esporte para a população é tamanha, que chegou ser disciplinada em constituições, como a brasileira, transformando-se em um direito social, que está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com a promulgação da CRFB/88, o esporte alçou a posição de Direito Fundamental, fazendo parte da ordem social que, como expõe JOSÉ AFONSO DA SILVA, “*forma o núcleo substancial do regime democrático*”. Com a idéia de recreação, lazer e divertimento, ganhou essa posição na estrutura do país, separando as modalidades, prioridade de fomento e para disciplinar o esporte, ela deu um novo posicionamento para a Justiça Desportiva, limitando-a a julgar questões inerentes à disciplina e às competições esportivas, exclusivamente.

Após toda exposição sobre o tema, conclui-se que Direito Desportivo ainda tem muito a se fortalecer no que se refere à legislação, mas a tendência caminha no sentido de que haja autonomia, em um futuro próximo. Uma característica que demonstra essa evolução do Direito Desportivo é a eficácia das normas constitucionais que tratam do desporto, bem como, a presença de legislação, doutrinas e jurisprudências específicas. Entretanto, ainda falta o cumprimento de normas constitucionais importantes, como o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional, bem como, a necessidade de criação de legislações específicas para outras modalidades esportivas, uma vez que, boa parte das normas é dirigida ao futebol, sendo estendida para as demais modalidades, por analogia assíncrona, pois somente quando a legislação tratar os “*iguais igualmente e os diferentes na medida de suas diferenças*” acreditaremos que o Direito Desportivo, finalmente, terá se tornado um ramo autônomo do Direito.

Referências bibliográficas e eletrônicas:

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**;

BULOS, U. L., **Direito Constitucional ao Alcance de Todos**. São Paulo: Saraiva 2009;

CEGALLA, D. P., **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. 1ª edição. Companhia Editora Nacional, 2005;

DUARTE, O., **História dos Esportes**. 4ª edição. São Paulo. Editora Senac, 2004;

MELO FILHO, A., **Direito Desportivo: Aspectos Teóricos e Práticos**, Thomson/IOB, São Paulo-SP, 2006;

MORAES, A., **Direito Constitucional**. 24ª edição. São Paulo. Editora Atlas, 2009;

LENZA, P., **Direito Constitucional Esquematizado**. 12ª edição. São Paulo: Saraiva. 2008;

REZENDE, J. R., **Justiça Desportiva e Prática Desportiva**. São Paulo. Disponível em: http://www2.oabsp.org.br/asp/esa/comunicacao/artigos/justica_desportiva.pdf, acesso: 28/10/2009;

SILVA, J. A., **Comentário Contextual à Constituição**. 2ª edição. São Paulo: Malheiros. 2006;

TUBINO, M. J. G., **Dimensões sociais do esporte**. Cortez: Autores Associados. São Paulo: 1992.

Understanding the Olympic Spectator: A Key Stakeholder in the Olympic Games

Theme: Marketing and Communication in Sports

Lisa Delpy Neirotti, Ph.D.
The George Washington University, Washington, DC, United States
delpy@gwu.edu

Abstract

In Olympic hierarchy spectators are last on the list following athletes, officials, sponsors, and media. The importance of live spectators was most evident at the 2004 Athens and 2006 Torino Games, where many venues were half empty, consequently impairing revenues and the spirit around the Games. Even in Beijing, where tickets were sold out, venues were not always full. This article profiles the Olympic Spectator over eight consecutive Olympic Games (Winter and Summer) and offers insights into decision factors influencing attendance (e.g., risk perception), spectator satisfaction (e.g., service quality, transportation), and intent to attend future Games. Results indicate the importance of the host city's tourism infrastructure and English language capabilities. In general, the demographic profiles of the Olympic visitor has not varied significantly since 1994, with differences in decision making factors, consumer behavior, and satisfaction influenced most by location and infrastructure of the host city. Results indicate that OCOGs and host cities should market and organize the Games as both a sporting event and cultural experience to meet visitor expectations and maximize Games time and future economic opportunities. Specific recommendations are made for Rio2016.

Key Words: Olympic visitor profile, decision factors, motivational features, consumer behavior and satisfaction, Sports Management.

Understanding the Olympic Spectator: A Key Stakeholder in the Olympic Games

Introduction

Olympic visitors represent an important client group for the International Olympic Committee (IOC) and respective Organizing Committees of the Olympic Games (OCOGs). Visitors are integral to the Games in that they enliven the venues, offer support and encouragement to athletes, and add economic value to the host city and sponsors. To date, visitors are not afforded the same attention as other client groups yet they make a significant contribution to the success of the Olympic Movement. The purpose of this research is to better understand the Olympic visitor, to ensure full venues and the greatest possible legacy for host cities.

Literature review

Sport fans are “individuals who have an interest in and follow a sport, player, and/or team” (Wann, et. al., 2001). There are many definitions of sport spectators, including those whose principle travel motive is to attend an organized sports event (Nogawa & Yamaguchi, 1996). A sport tourist is defined as a “temporary visitor staying at least 24 hours in the event area and whose primary purpose is to participate in a sports event, with the area visited being a secondary attraction” (Nogawa & Yamaguchi, 1996). According to Gibson (1998) spectators are passive sport tourists, while the participants are active. Kaplanidou (2009) further describes a spectator as an active sport tourist with intentions to attend an event or return to the event site based on perception (Kurtzman, 2001). Spectators are identified more frequently as sport tourists with the increase of tourism surrounding sporting events (Kurtzman, 2001). Understanding sport fans has become a central subject of study due to the sport industry’s increasing importance to society, and the industry’s reciprocal need for spectators (Wann, et. al., 2001). Wendkos (2011) suggests that “realizing this importance has become more recognized because of increasing costs and competing entertainment options that have made retaining and developing fans more difficult” (Yuksel, 2001).

Spectators are either direct sport consumers who personally attend sport events, or indirect sport consumers exposed to sport events through the media. A direct consumer has the chance to participate in the sporting atmosphere and impact the event (Kenyon, 1969; McPherson, 1975; Wann et. al., 2001). The level of spectator involvement is shown to affect attendee’s overall perception of the experience, and is important to the consumption of products and services (Dimanche et al, 1991; Kaplanidou & Havitz, 2010; Funk & James, 2006; Funk et al, 2004; Pritchard & Funk, 2006). Plans to revisit the location of a sport event correlate with a positive prior experience (Kaplanidou, 2009). A sport event experience involves “organizational, environmental, physical activity, social and emotional aspects...such as fulfillment” (Kaplanidou & Vogt, 2010). The experience has three stages: the trip planning, the event, and post-trip (Kaplanidou & Vogt, 2007; Vogt & Andereck, 2003; Gartner, 1993; MacKay & McVetty, 2002). Understanding how to maximize the meaning of this experience may help create a more desirable image for visitors (Chalip 2001).

In terms of Olympic Games specifically, spectators are described as ambassadors of the Olympic idea (Muller & Messing, 2000; Preuss, 2006). Spectators associate the Games in all experience stages with destination brand images and are motivated to attend an event due to popular coverage (Brown, Chalip, Jago, & Mules, 2002; Jago, Chalip, Brown, Mules, & Shameem, 2003; Kurtzman, 2005; Wann, Melnick, Russel & Pease, 2001). Olympic spectators also attend the Games for reasons other than to follow a sporting event (Kurtzman 2001). Zhang et al. (2001) argues that demographics are a more effective foundation than motivation to understanding attendance motivation. Spectator game satisfaction is highly dependent on game atmosphere while the main considerations for service satisfaction are stadium access and employees (Yoshida & James 2010). Spectators contribute to the audible aspect of any sporting event; this may be why Olympic athletes perform better than anticipated in front of a home crowd (Smith, 2005). Organizing committees should first understand spectator behavior, and then proceed to build fan knowledge and awareness of the Games in order to exploit the potential benefits of increased involvement (Kaplanidou & Havitz, 2010; Gibson 2004; Jones, 2008; Kurtzman 2001).

Olympic spectators are imperative to reaching business goals through sport, but surprisingly little is known about them (Digel, 2009). Live fans have not been specifically observed over time (Kaplanidou, 2007). The studies that focus on Olympic spectators are limited, primarily researching the spectator as a tourist for a single Game. The uniqueness of this research is that the Olympic visitor is studied over a series of Olympic Games.

Methodology

The purpose of this research is to provide a descriptive profile of the Olympic visitor from a historic perspective and provide recommendations for future Olympic Games host cities and OCOGs, specifically Rio 2016. This research further proposes how the Olympic Movement benefits in the long term from a live audience and the advantage of treating the Olympic spectator as a priority.

Survey Instrument

The survey instrument was first created and used at the 1992 Olympic Games in Barcelona to measure spectator motivation and consumer behavior. It is well tested and data from the survey have been published (Delpy et al, 2001; Neirotti & Hilliard, 2006). The original survey was evaluated for appropriateness of content, in a double-blind fashion, by a Delphi panel of internationally known experts with extensive knowledge of the Olympic Games, sport management, tourism, and international sporting competitions.

From 1992 through the 2010 Vancouver Games, the survey methodology and questions have remained constant with added questions reflecting current trends or concerns (e.g., environmental questions included for the Beijing Games). This longitudinal study is independent research, not sponsored or funded by any commercial institution.

Data Collection Training and Personnel

Since 1992 students at The George Washington University have collected data via surveys in Olympic host cities during the Games. Students are trained on data collection techniques, including selection of every 10th spectator to ensure a sample representative of the population. Each student is evaluated prior to actual collection and monitored while administering the surveys. Two university instructors then cleared the student as a qualified data collector and shared performance feedback. Surveys were equally administered across different sport venues, live sites, and central locations throughout the host city to ensure a representative sample. The students are not compensated for their participation.

Data Collection Strategy

Each data collector (average 29 students) was given 25 surveys and asked to administer them during days 2 through 17 of the Olympic Games, spaced evenly by day and location. The geographic disbursement across the venues was coordinated on-site. The goal was to prevent pockets of data collection resulting in a profile of only one type of Olympic spectator. This approach permitted random data collection.

Target Sample

The sample was limited to English-speaking adults (18 years or older) who traveled a minimum of 50 miles to be in the host city during the Games. The goal was to obtain 500 completed surveys from a random sample of the population in a 15-day period. The minimum sample size for each Olympic Games was 400 surveys guaranteeing a 95% statistical confidence level based on the population. The sample size for 1992 Summer Olympic Games survey was less than 400 thus to be consistent in the confidence level of data, results are not included.

Data Analysis

The data was manually entered and averages calculated using Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) software normalized for U.S. dollars. Summary and descriptive statistics were used to create a profile of the population, the Olympic visitor.

Results

Demographics

The average Olympic visitor is slightly skewed toward male, college educated, largely professional, between 25-44 years old with varying levels of income. Olympic visitors are physically active and became interested in the Olympic Games through Olympic television coverage. However, gender is almost equal

among games visitors, only differing by more than 10 percent (an increase in males) for Beijing, Nagano and Lillehammer.

Analyses of the demographic responses from 1998 through 2010 revealed that 40-60% of visitors were from the U.S., with the exception of Salt Lake City (89.9%). Approximately 46 to 54 percent of the sample subjects were single, except at Salt Lake City (57.6% married). On average 23% of visitors have attended previous Games. Those that attended Summer Games were more likely to attend future Summer Games and the same for Winter Games. This suggests prior positive experience resulted in a desire to attend again (Kaplanidou, 2009). The percent of Olympic visitors who also attend other mega events is on average 37 percent, with the Super Bowl and World Cup most often cited. When asked to classify themselves, the majority of Olympic visitors state they are sport enthusiasts, which correlates with the most important feature of the Games being athletic competition. This is similar to the sport tourist, whose primary purpose is to attend the sport event and secondary interest is the host city (Nogawa & Yamaguchi, 1996). However, the number of visitors who are more interested in the overall event (Olympic Tourists) than the sport competition is significant, with an average over seven Games of 33 percent.

Spectator Perceptions

Brand

The Olympic brand perception among visitors is strong and stable. Spectators are originally attracted to the Games through media and popular coverage, supporting the evidence that visitors first became interested in the Olympics from watching television (Brown, Chalip, Jago, & Mules, 2002; Jago, Chalip, Brown, Mules, & Shameem, 2003; Kurtzman, 2005; Wann, Melnick, Russel & Pease, 2001). The majority states that the primary purpose of the Games is to recognize the best athletes in the world and to promote world peace and friendship. Recognition of the Games promoting world peace has been increasing over the years. The Olympic bid scandal does not seem to have influenced the opinion of visitors regarding the Games. Olympic spectators recognize sponsors, especially Coca Cola, who have a strong brand presence at the Game, but do not necessarily plan to change their purchasing behavior.

Host city

Visitors' impressions of a host city did not directly correlate with their desire to return, but largely dictated the extent to which they would recommend the host city. While most visitors had a good or excellent impression of the host city, not all visitors expressed that they would be very likely to return as a tourist. Overall, Vancouver had the highest visitor perception, scoring 85 percent or higher on all indicators, with Torino scoring the lowest. Factors such as weather, distance, and enthusiasm of locals shape visitor perceptions (Kurtzman 2001).

Olympic Attendance Factors & Travel Decisions

Based on data collected, the Olympic visitor tends to make a decision to attend the Games one year in advance and is drawn to the Games primarily for the athletic competition as well as cultural experience, international party atmosphere, and patriotism. The uniqueness of the event and availability of tickets are the two most important factors when making a decision to attend the Games. Both of these factors have grown in importance over the years. For Nagano, Sydney, and Beijing, visiting the host city was an important factor. This indicates the interest of Olympic visitors in the overall tourism product offered by these cities. At the same Games experiencing the culture was also important, which correlates with the interest in visiting the host city as an important factor in deciding to attend the Games.

For Atlanta, the availability of accommodations was an important factor. This makes sense considering the number of U.S. residents with family or friends living in the Atlanta metro area. In Western culture host cities (Atlanta, Sydney), the opportunity to meet people from around the world and celebrate the Games was an important factor as well. Not surprisingly, historical significance played a larger role in Athens, the home of the first Modern Olympic Games, with ten percent identifying this as a primary reason for attending. The majority of visitors book their travel via the internet, stay in hotels, spend an average of 8 nights, travel with 3 people, and attend 1-3 events. Visitors tend to stay longer when Games are held in recognized tourist destinations. For most Olympic host cities, the average number of additional nights spent outside of the Olympic host city on side trips was 2.4; however Athens reported 10.6 and Sydney 8.8. Although not a factor for most Olympic Games, security concerns were important in Athens, where 28

percent of Olympic visitors personally knew someone who did not attend the Games due to security concerns while 24 percent were concerned about a terrorist threat.

Satisfaction of Services

Satisfaction of transportation in an Olympic host city is influenced by the amount of information and directional signage, distance between venues and adequate English-speaking staff to answer questions. Although visitors for the 2010 Winter Olympic Games had to book and pay for bus transportation in advance, the rating was overwhelmingly positive.

Environmental and recycling efforts in Vancouver were highly recognized compared with Torino where there was little information or visibility of green initiatives. Major TOP sponsors such as Coca-Cola and GE activated around the environment during the Beijing Games, which complimented the efforts made by the host city and OCOG in this area. Despite the negative media reports prior to the Beijing Games, visitors reported a neutral feeling about the pollution during the Games.

Accommodations & Event Attendance

Games held in countries with a Western culture have a greater percent of people staying with family and friends (Vancouver, Salt Lake City, Sydney and Atlanta). Overall, a greater number of tickets are sold in host cities where more visitors stay with friends and family. In general Olympic visitors attend 1-3 events followed by those who attend 4-6 events. The major factors cited for not attending more events were cost and ticket availability. In Beijing on-site ticket booths were not available, making ticket availability a greater factor. In Vancouver and Torino, ticket cost deterred visitors more than other Games. Notably, in Beijing and Athens a greater percentage of visitors indicated they did not attend more events because they were spending time at various cultural events.

Recommendations

Results indicate that OCOGs and host cities should market and organize the Games as both a sporting event and cultural experience in order to meet visitor expectations and maximize Games time and future economic opportunities. When marketing the Games, emphasis on the unique experience including the Cultural Olympiad and the international atmosphere of the Games should be included. With a greater percentage of the general world population as potential tourist versus sport enthusiasts, it behooves the Olympic Family to more proportionally engage its audience. Considering that 23% of visitors polled had attended previous Games, this indicates an opportunity for the IOC and sponsors to build a lifelong relationship with visitors and encourage repeat attendance.

When marketing the Games, the athletic competition should be highlighted, as this is the most important feature when Olympic visitors are deciding to attend. London 2012's "Greatest Event on Earth" is a good example of emphasizing the excellent competition. The prominence of this feature has increased over time. Overall, someone who attends one Olympic Games and has a positive experience is apt to attend future games. Because it costs three to five times as much to attract a new customer as it does to retain a prior customer, this repeat business pattern is very important for future Olympic Games organizers to note (Kaplanidou, 2009; Wendkos, 2011; Neirotti, 2006; Yuksel, 2001).

It is important for the IOC to build a relationship and maintain visitors' enthusiasm in between Games.

Since the majority of visitors indicate high satisfaction with their Olympic experience they are prime candidates to attend future Games and encourage others to attend. Marketing practices indicate 20% of satisfied customers generate 80% of business and are less expensive to market to. The IOC should capitalize on fan excitement and interest during the Olympic Games time period to market attendance to future Games and to engage Olympic fans throughout the quadrenium by offering special opportunities (attend other Olympic family events), discounts (offered by Olympic sponsors), or goal-based incentives. The IOC should also consider the other mega events Olympic visitors attend as this provides a target audience to market and spread the Olympic message between the Games. Once the IOC establishes a database of Olympic visitors with information on Olympic sport events attended and associated demographics (country of residence), they could share this information with IF's and other members of the Olympic Family who organize events (Pan-American Games and Commonwealth Games).

Considering the detrimental impact security concerns had on Athens visitor attendance, Rio 2016

needs to ensure they are proactive in responding to the general population's concerns over security, especially those issues widely reported by the media. Reinforcing the excellent competition and the overall positive Olympic Experience is recommended. As other mega events have successfully implemented the use of Mobile and online technology to engage fans during competition, the IOC/OCOGs should incorporate similar technology. In cities where ticket availability is limited, an extra emphasis on offering more cultural events should be considered.

Organizing Committees should plan for ticket sales during the Games regardless if all tickets are believed to be sold. If nothing else, information should be available as to where visitors can go to exchange tickets with other visitors at face value (identify a fan exchange location like Peachtree Road in Atlanta). As secondary ticket software improves along with the opportunity for paperless tickets, the ability to fill stadiums will increase.

Conclusions

Based on the analysis of descriptive statistics, the Olympic Games visitor profile has remained fairly consistent over time. It appears that decision factors, spending behaviors, and satisfaction differ mainly based on geographic location of host city and the extent to which the host city is a tourist destination. English language capabilities tend to be correlated with visitor satisfaction of Games services.

In addition to providing excellent athletic competition, OCOGs and host cities should plan unique experiences for visitors, as this is what draws them to the Games. Focusing on and providing this once-in-a-lifetime opportunity will improve overall economic impact and leave a strong brand legacy for the host city.

References

- Brown, G., Chalip, L., Jago, L., & Mules, T. (2002). The Sydney Olympics and Brand Australia. In N. Morgan, A. Pritchard, & R. Pride (Eds.), *Destination branding: Creating the unique destination proposition* (pp. 163–185). Oxford, UK: Butterworth-Heinemann.
- Chalip, L. L. (2001). Sport and Tourism: Capitalizing on the Linkage. In *The Business of Sport*, Oxford, England, Meyer & Meyer Sport (UK) Ltd., c2001, p.77-89 United Kingdom: Retrieved from EBSCOhost.
- Delpy, L., Bosetti, H., Teed, K.. Motivation to Attend the 1996 Summer Olympic Games. *Journal of Travel Research*, Vol. 39, No. 3, February 2001.
- Digel, H. (2009). Spectators in Olympic sport. *New Studies in Athletics*, 24(2), 67-69. Retrieved from EBSCOhost.
- Dimanche, F., Havitz, M.E. & Howard, D.R. (1991) Testing the involvement profile (ip) Scale in the context of selected recreational and touristic activities, *Journal of Leisure Research* 23(1), 51-66.
- Funk, D.C. & James, J.D. (2006) Consumer loyalty: the meaning of attachment in the development of sport team allegiance, *Journal of Sport Management* 20(2), 189-217.
- Funk, D.C., Ridinger, L.L. & Moorman, A.M. (2004) Exploring origins of involvement: Understanding the relationship between consumer motives and involvement with Professional sport teams, *Leisure Sciences* 26, 35-61.
- Gartner, W.C. (1993). Image Formation Process. In M. Uysal & D.R. Fesenmaier (Eds.), *Communication and channel systems in tourism marketing* (pp. 191-215). New York: The Haworth Press.
- Gibson, H. (2004). Moving Beyond the 'What is and Who' of Sport Tourism to Understanding 'Why'. *Journal of Sport Tourism*, 9(3), 247–265.
- Gibson, H.J. (1998) Sport tourism: a critical analysis of research, *Sport Management Review* 1, 45-76.
- Jago, L.; Chalip, L.; Brown, G.; Mules, T.; Shameem, A. 2003. Building Events Into Destination Branding: Insights From Experts. *Event Management*. 8(1): 3-14.
- Jones, I. (2008). Sport Fans and Spectators as Sport Tourists. *Journal of Sport & Tourism*, 13(3), 161-164.
- Kaplanidou, K. (2009). Relationships among Behavioral Intentions, Cognitive Event and Destination Images among Different Geographic Regions of Olympic Games Spectators. *Journal of Sport & Tourism*, 14(4), 249-272. Retrieved from EBSCOhost.

- Kaplanidou, K., & Havitz, M. E. (2010). Exploring SI and EI of Olympic sports tourists: Does trip purpose matter? *International Journal of Sports Marketing & Sponsorship*, 11(4), 344-359. Retrieved from EBSCOhost.
- Kaplanidou, K., & Vogt, C. (2010). The Meaning and Measurement of a Sport Event Experience Among Active Sport Tourists. *Journal of Sport Management*, 24(5), 544-566. Retrieved from EBSCOhost.
- Kaplanidou, K., & Vogt, C. (2007). The Interrelationship between Sport Event and Destination Image and Sport Tourists' Behaviours. *Journal of Sport & Tourism*, 12(3/4), 183-206. Retrieved from EBSCOhost.
- Kenyon, G.S. (1969). *Aspects of Contemporary Sport Sociology*. Chicago: The Athletic Institute.
- Kurtzman, J. (2001). Sport! Tourism! Culture! *Journal of Sport and Tourism*, XXVII (38), 20-27.
- Kurtzman, J. (2005). Economic Impact: Sport Tourism and the City. *Journal of Sport Tourism*, 10(1), 47-71.
- MacKay, K., & McVetty, D. (2002). Images of first-time visitors to Queen Charlotte Islands and Gwaii Haanas national park reserve. *Journal of Park and Recreation Administration*, 20(2), 11-30.
- McPherson, B. (1975). Sport Consumption and the Economics of Consumerism. In D. W. Ball & J. W. Loy (Eds.), *Sport and Social Order: Contributions to the Sociology of Sport* (pp.243-275). Reading, MA: Addison-Wesley.
- Muller, N. & Messing, M. "Sydney 2000 From the Spectators' perspective-a Survey on Attendance Reasons, Program Preference, Organization and Trust in the Olympic Future." *Acta Academiae Olympicae Estoniae* 11.2 (2003): 27-34. Print.
- Neirotti, L. & Hilliard, T., Impact of Olympic Spectator Safety Perception and Security Concerns on Travel Decisions, *Tourism Review International*, 2006, Vol. 10, No. 3, 269-284.
- Nogawa, H., Yamaguchi, Y., & Hagi, Y. (1996). An Empirical Research Study on Japanese Sport Tourism in Sport-for-All Events: Case Studies of a Single-Night Event and a Multiple-Night Event. *Journal of Travel Research*, 35(46), 45-54.
- Preuss, H. (n.d.). 3rd Conference Tourism Development Post Olympic Strategies for Greek Tourism (2006).
- Pritchard, M.P. & Funk, D.C. (2006) Symbiosis and substitution in spectator sport, *Journal of Sport Management*, 20(3), 299- 321.
- Smith, D. (2005). Home Field Advantage. *Berkshire Encyclopedia of World Sport*, 2750 752. Retrieved from EBSCOhost.
- Vogt, C.A. and Andereck, K.L. (2003). Destination perceptions across a vacation. *Journal of Travel Research*, 41:348-354.
- Wann, D., Melnick, M., Russell, G., & Pease, D. (2001). *Sport Fans: The Psychology and Social Impact of Spectators*. New York: Routledge.
- Wendkos, M. (2011). Teams can better reach fans by knowing what motivates them. *Street & Smith's Sports business Journal*, 14(18), 13. Retrieved from EBSCOhost.
- Yoshida, M., & James, J. D. (2010). Customer Satisfaction With Game and Service Experiences: Antecedents and Consequences. *Journal of Sport Management*, 24(3), 338-361. Retrieved from EBSCOhost.
- Yuksel, A. (2001). Managing customer satisfaction and retention: A case of tourist destinations, Turkey. *Journal of Vacation Marketing*, 7(2), 153-168.
- Zhang, J.J., Pease, D.C., Lam, E.T.C., Bellerive, L.M., Pham, U.L., Williamson, D.P., Lee, J.T. and Wall, K.A., 2001. Sociomotivational factors affecting spectator attendance at minor league hockey games. *Sport Marketing Quarterly* 10 1, pp. 43-56.

Relação entre a percepção dos docentes e dos alunos formandos de Educação Física acerca de sua qualificação para a entrada no mercado de trabalho

Temática: Formação acadêmica em Gestão do Esporte e Mercado de Trabalho

André Gomes Pontes
agomespontes@gmail.com
Paulo Henrique Azevêdo
pha@unb.br
Guilherme Nunes Pereira
camasias@gmail.com
Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

Resumo

Esta pesquisa descritiva buscou analisar, na percepção de graduando e do corpo docente, qual o nível de preparação oferecido pelo curso de Educação Física da Universidade de Brasília, através de um questionário semiaberto. Pode-se sugerir que o graduado se forma com qualidade, mas claramente há diferenças nas percepções sobre o que é requerido pelo mercado de trabalho para se obter sucesso na profissão.

Palavras-chave: Educação Física, Gestão de Ensino Superior, Gestão do Esporte.

Abstract

This descriptive research aimed to analyze, in the perception of students and teachers, the level of preparation offered by the Physical Education course of the Universidade de Brasília, through an semi open questionnaire. It can be suggested that the students left the college with quality, but there are differences in the perception of what is required by the labor market to be successful.

Palavras-chave: Physical Education, Management in Higher Education, Sport Management.

Relação entre a percepção dos docentes e dos alunos formandos em Educação Física acerca de sua qualificação para a entrada no mercado de trabalho

Introdução

O mercado de trabalho exige cada vez mais uma melhor qualificação e competências por parte dos profissionais a serem contratados, o que, somado à cada vez maior demanda de mão-de-obra, gera uma competição acirrada entre os candidatos. Sant'anna (2008), analisando a percepção de estudantes formandos e pós-graduandos de administração sobre a demanda de competências que as organizações em que esses atuavam requeriam, encontrou um alto grau de percepção quanto à performance organizacional e competências sociais e relacionais, confirmando o elevado nível de exigência do mercado. A visão de que recrutar funcionários menos qualificados porque eles despendem menos custos está se tornando obsoleta, pois como afirma Moraes (2006), esse tipo de contratação gera baixa qualidade de produção. Compreende-se hoje que quanto melhor preparado for o empregado, mais sucesso a empresa alcançará, e menos recursos para capacitação deverão ser gastos. Mas ao mesmo tempo em que são requeridas inúmeras especializações, também é essencial que se possua experiência de trabalho.

Na área da educação física, seja no setor público ou privado, grande parte das seleções são realizadas através de provas ou entrevistas. Os candidatos que não detêm certas capacidades e competências são excluídos durante o processo, e geralmente se dá preferência aqueles que já possuem experiência. Luguetti (2005) verificou que uma minoria considerável de alunos ingressantes e formandos da Faculdade de Educação Física de Santos escolheu o curso em função da facilidade empregatícia, relacionando este fato com a alta concorrência decorrente do grande número de profissionais formados anualmente.

A formação acadêmica em Educação Física, no Brasil, tem se caracterizado por uma evolução acentuada, acompanhada por um significativo incremento na produção científica nesta área que, até alguns anos atrás não apresentava perspectivas de melhora neste quadro. Betti (1991) relata que a partir de 1982 a Educação Física passou a obter resultados significativos no campo científico, com o aumento no número de periódicos da área, realizações de congressos, simpósios e cursos de especialização.

Atualmente observa-se também um alto nível de qualificação do corpo docente nas diversas instituições e motivação na atuação, tanto no ensino, como pode ser verificado pelo aumento do número de doutores entre 1998 e 2004 na Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, passando de 2 para 16 (AZEVEDO 2004), tanto como na pesquisa e na extensão universitária, o que tem conduzido a resultados de destaque, inclusive quando comparado com os observados em outros cursos. Exemplo disso é o desempenho obtido pelo mesmo curso de Educação Física, da Universidade de Brasília, que foi o único da Região Centro-Oeste (englobando-se aí todas as demais áreas do conhecimento) a alcançar nota cinco no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), em 2008.

A despeito dessa excelente atuação no âmbito acadêmico, o que se questiona é se, de um lado, as condições para a formação na área de atuação estão cada vez mais promissoras, qual a contribuição efetiva que as instituições de ensino superior dão aos seus graduandos – a maioria recentemente saída da adolescência – na qualificação para a entrada e boa atuação no mercado de trabalho, que é para onde irá toda essa massa oriunda do ensino superior.

Oliveira (2000) afirma que a atuação do profissional de Educação Física hoje se resume a cinco áreas: escola, saúde, lazer, esporte e empresa. Durante a graduação, o aluno recebe informações básicas de cada uma dessas grandes áreas. O que de acordo com Tojal (1989), não é suficiente para uma boa formação, já que não se sabe o valor dessas disciplinas na vida prática do formado. Ainda segundo Tojal (1989), pode-se perceber que os profissionais adotam uma postura generalista, atuando de forma superficial em várias dessas áreas, o que leva a um declínio da qualidade e especialidade profissional.

Além das disciplinas ofertadas pela instituição de ensino, o aluno pode optar pela participação em várias atividades como projetos de extensão, programas científicos, monitorias, entre outros. O currículo concentra muitas disciplinas de caráter essencialmente teórico, e quando há a prática, ela se realiza prioritariamente no ambiente da aula.

Para adquirir experiência fora do espaço acadêmico, os alunos geralmente procuram – por iniciativa pessoal – estágios em instituições privadas, submetendo-se a uma remuneração e condições de trabalho que beiram o “serviço escravo”, comprometendo, inclusive a plena realização de seu curso de graduação. Muitas vezes, o foco fica muito mais direcionado ao pseudo estágio, do que em sua formação acadêmica com qualidade.

Dessa maneira, o formando ou o recém formado, geralmente possui o conteúdo básico em várias

áreas de conhecimento, mas não uma preparação que gere competências para o necessário para se sobrepôr a outros concorrentes no mercado de trabalho.

O dinamismo e os avanços da sociedade exigem que a preparação de profissionais se adapte para que se apresente novos e eficientes resultados (OLIVEIRA, 2000). Tojal, em 1989, afirmou que a maior parte do currículo de Educação Física era voltado para a atuação de professor na escola, quadro que Ghilardi, em 1998, afirma ter sofrido apenas uma pequena modificação. Porém, quando analisadas as escolhas profissionais dos educadores físicos, Costa (2006) verificou que de 60% a 70% dos formados se direcionam para a área de academias.

Questiona-se, portanto, qual seria o papel da universidade na plena qualificação – em nível acadêmico e em nível profissional – para que exista uma transição de qualidade entre o processo de formação acadêmica e a preparação para uma competente entrada no mercado de trabalho, que é o destino previsto para os discentes das universidades.

Por isso, faz-se necessário avaliar quão preparados esses indivíduos estão, e quanto dessa preparação deve-se ao currículo da graduação de educação física. A averiguação desses fatores visa auxiliar uma melhor compreensão do papel que o curso referido desempenha na formação de profissionais, não apenas em nível do conteúdo específico do curso realizado, mas também no que refere ao preparo para oferecer eficientemente o serviço para as empresas e mais, ter condições de se comportar adequadamente no ambiente de trabalho – cumprindo normas, relacionando-se bem com as pessoas e planejando um futuro de sucesso.

Assim, esta pesquisa buscará analisar, na percepção de graduando e do corpo docente, qual o nível de preparação oferecido pelo curso de Educação Física da Universidade de Brasília, para o desempenho do profissional no ambiente de trabalho desta área de atuação.

Materiais e Métodos

A pesquisa é descritiva, pois segundo definição de Gil (1991), estabelece relações entre variáveis, sem contudo alterá-las. A coleta de dados será feita através de questionário fechado, visto que o respondente escolhe uma ou mais respostas dentre várias alternativas dadas (VERGARA, 1998).

Apenas foram incluídos na pesquisa os alunos que cursaram 8 ou mais semestres na faculdade, tendo ingressado nos anos de 2005 ou 2006, excluídos aqueles que efetuaram trancamento geral da matrícula, totalizando 32 alunos, sendo 18 homens e 13 mulheres, com um não respondente, com média de idade de $22,55 \pm 1,03$ anos.

Quanto aos professores, a população amostral foi o universo, composto de 34 professores, mas devido à dificuldade de comunicação (licenças, viagens e disponibilidade) a amostra reduziu-se para aproximadamente 70%, ou seja, 24 docentes, com média de idade de $49 \pm 6,43$ anos, sendo 18 homens e 6 mulheres. Dos 24 participantes, 19 pertencem ao quadro de professores da UnB, enquanto 4 são professores da Secretaria de Educação do GDF cedidos à Universidade de Brasília e 1 é de outra Instituição de Ensino Superior.

Resultados e discussão

Na Tabela 1 encontram-se os dados sobre o que os alunos e os docentes consideram mais importante durante a graduação, com relação a quantidade de aulas teóricas e práticas, para a futura atuação profissional dos discentes.

Tabela 1

O que você considerou mais importante para sua futura atuação profissional?	% Professores	% Alunos
Muito mais aulas práticas do que aulas teóricas	0,00	6,25
Mais aulas práticas do que aulas teóricas	4,00	21,89
Muito mais aulas teóricas do que aulas práticas	0,00	0,00
Mais aulas teóricas do que aulas práticas	12,50	15,62
Mesma quantidade de aulas teóricas e aulas práticas	50,00	40,62
Outra resposta. Qual?	33,50	15,62
Total	100,00	100,00

As opiniões acerca dessa questão equilibram-se na resposta de que deve haver a mesma quantidade de aulas teóricas e aulas práticas, tanto por professores (50,00%) quando por alunos (40,62%).

Porém, pode-se observar ainda, mesmo que não tão significativa, que cerca de 28,14% dos alunos consideraram que mais ou muito mais aulas práticas foram o fator mais importante para a futura atuação profissional, enquanto apenas 4% dos professores escolheram esta resposta.

No que se refere a opinião dos respondentes sobre a base teórico-prática do curso de graduação em Educação Física da UnB, as respostas também são equilibradas, como mostrado na Tabela 2, sendo que cerca de 61% dos professores e 67% dos alunos concordam que o curso oferece uma boa ou uma excelente base teórico-prática. Esse resultado possivelmente reflete a avaliação do ENADE 2008, em que o curso de Educação Física foi o único da Universidade de Brasília a receber a nota máxima.

Tabela 2

Você concorda que o curso de Educação Física da UnB oferece:	% Professores	% Alunos
Uma excelente base teórico-prática	16,66	6,45
Uma boa base teórico-prática	45,83	61,30
Uma razoável base teórico-prática	25,00	32,25
Uma base teórico-prática ruim	4,16	0,00
Uma base teórico-prática péssima	0,00	0,00
Outra resposta. Qual?	8,33	0,00
Total	99,98	100,00

Sobre o que seria mais importante para obter sucesso no mercado de trabalho após a conclusão do curso, os respondentes puderam escolher até três opções, enumerando-as conforme a ordem de importância. Pode-se perceber que nesta questão, houve algumas diferenças significantes nas opiniões de professores e alunos, mostradas nas Tabelas 3 e 4:

Tabela 3: Alunos

O que você entende ser mais importante para obter sucesso na profissão?	% 1º	% 2º	% 3º	% Geral
Ter contatos profissionais (conhecer pessoas influentes da área)	25,00	3,12	21,87	16,66
Ser formado por uma instituição muito reconhecida pela sociedade	3,12	15,62	3,12	7,29
Saber lidar com as pessoas	21,87	12,50	18,75	17,70
Saber liderar as pessoas	6,25	3,12	3,12	4,16
Conhecimentos práticos sobre a profissão	9,37	21,87	9,37	13,54
Ter realizado estágios durante a realização do curso superior	12,50	9,37	12,50	11,45
Participações extracurriculares (congressos, seminário e outros eventos técnicos e científicos)	0,00	12,50	18,75	10,41
Conhecimentos teóricos sobre a profissão (investir em seus estudos durante o curso superior)	18,75	21,87	12,50	17,70
Outra resposta. Qual?	3,12	0,00	0,00	1,04
Total	99,98	96,85	99,98	99,95

Tabela 4: Professores

O que você entende ser mais importante para o futuro profissional de Educação Física obter sucesso na profissão?	% 1º	% 2º	% 3º	% Geral
Ter contatos profissionais (conhecer pessoas influentes da área)	4,34	0,00	4,34	2,89
Ser formado por uma instituição muito reconhecida pela sociedade	4,34	4,34	0,00	2,89
Saber lidar com as pessoas	13,04	13,04	21,73	15,94
Saber liderar as pessoas	4,34	4,34	4,34	4,34
Conhecimentos práticos sobre a profissão	13,04	39,13	17,39	23,18
Ter realizado estágios durante a realização do curso superior	13,04	21,73	17,39	17,39
Participações extracurriculares (congressos, seminário e outros eventos técnicos e científicos)	8,69	4,34	21,73	11,59
Conhecimentos teóricos sobre a profissão (investir em seus estudos durante o curso superior)	34,78	13,04	13,04	20,28
Outra resposta. Qual?	4,34	0,00	0,00	1,44
Total	99,95	99,96	99,96	99,94

Nota-se que com relação ao fator julgado como o mais importante, as opiniões divergem, visto que 25% dos formandos consideram ter contatos profissionais, e outros 21% consideram saber lidar com as pessoas como o mais essencial, enquanto que pela opinião dos professores, apenas cerca de 4% e 13%, respectivamente, responderam da mesma forma. Os docentes consideraram como o mais importante (34,78%) o formando possuir conhecimentos teóricos sobre a profissão, enquanto 18% dos discentes escolheram a mesma opção.

Como o segundo fator considerado mais importante, os formandos apontam, com cerca de 21% cada, conhecimentos práticos e conhecimentos teóricos. Os professores, por sua vez, consideram em sua maioria conhecimentos práticos e ter realizado estágio, 39% e 21% respectivamente. Cerca de 21% dos alunos afirmaram ainda que ter contatos profissionais é o terceiro fator mais importante, enquanto 18% consideraram saber lidar com as pessoas e outros 18% ter participações extracurriculares, o que se assemelha ao que os professores consideraram, com aproximadamente 21% cada, saber lidar com as pessoas e ter participações extracurriculares.

No geral, a maior parte das opiniões dos alunos com relação aos três fatores mais importantes ficou dividida entre ter contatos profissionais (16,66%), saber lidar com as pessoas (17,70%) e conhecimentos teóricos (17,70%). Já as respostas dos professores se concentraram entre conhecimentos práticos e conhecimentos teóricos, cerca de 23% e 20%, respectivamente.

A Faculdade de Educação Física oferece aos seus alunos oportunidades em projetos de extensão em diversas áreas, incluindo trabalho com diabéticos ou com idosos. O aluno que se voluntaria a participar de tais projetos, muitas vezes realiza uma carga horária de quatro a seis horas por semana, assemelhando-se a uma matéria ou até aos estágios obrigatórios. Cabe perguntar, portanto, a percepção dos alunos e professores sobre a utilidade de tais projetos para que o aluno adquira experiência para entrar no mercado de trabalho. A tabela 5 mostra a opinião acerca desse tema:

Tabela 5

Você concorda que os projetos de extensão oferecidos pela FEF são suficientes para adquirir experiência sobre atuação no mercado de trabalho?	% Professores	% Alunos
Concordo totalmente	0,00	0,00
Concordo parcialmente	66,66	56,25
Discordo parcialmente	12,50	18,75
Discordo totalmente	16,66	18,75
Outra resposta. Qual?	4,16	3,12
Não sei	0,00	3,12
Total	99,98	99,99

Percebe-se que cerca de 79% dos professores e 75% dos alunos concordam ou discordam apenas parcialmente, sem haver respondentes que concordem totalmente com a afirmação. Resultado semelhante acontece quando pergunta-se sobre as práticas de ensino oferecidas pela Faculdade de Educação Física, os chamados estágios obrigatórios, em que o aluno realiza por dois semestres, sendo que em um deles deve ser feito em uma escola pública indicada pelo professor orientador, e o outro fica a critério do aluno. Os resultados estão a mostra na tabela 6.

Tabela 6

Você concorda que as Práticas de Ensino oferecidas pela FEF são suficientes para adquirir experiência sobre a atuação no mercado de trabalho?	% Professores	% Alunos
Concordo totalmente	0,00	3,22
Concordo parcialmente	58,33	29,03
Discordo parcialmente	20,83	41,93
Discordo totalmente	20,83	25,80
Outra resposta. Qual?	0,00	0,00
Total	99,99	99,98

Exceto por 3% dos alunos, cerca de 80% dos professores e 70% dos alunos não concordam totalmente com a afirmação de que essas Práticas de Ensino são suficientes para adquirir experiência para

entrar no mercado de trabalho, sendo que ainda 25% dos discentes e 20% dos docentes discordam totalmente da afirmação, mostrando uma convergência entre as opiniões. Esse resultado é o contrário ao encontrado por Silva e Krug (2008), em que a maioria dos alunos afirmou satisfação em realizar o estágio supervisionado, sendo que a principal justificativa foi de que serviu como experiência importante para a formação profissional.

Com relação ao papel do curso em si para a qualificação do aluno para entrada no mercado de trabalho, a maioria das respostas foram positivas e equilibradas:

Tabela 7

Você entende que estará preparado para se relacionar bem com as pessoas do local onde estiver trabalhando?	% Professores	% Alunos
Muito preparado	0,00	9,67
Preparado	62,50	54,83
Pouco preparado	25,00	35,48
Despreparado	0,00	0,00
Outra resposta. Qual?	0,00	0,00
Não sei	12,50	0,00
Total	100,00	99,98

Tabela 8

Você entende que estará preparado para enfrentar uma seleção e conseguir uma vaga no mercado de trabalho?	% Professores	% Alunos
Muito preparado	16,66	22,58
Preparado	79,16	54,83
Pouco preparado	0,00	22,58
Despreparado	4,16	0,00
Outra resposta. Qual?	0,00	0,00
Não sei	0,00	0,00
Total	100,00	99,99

Tabela 9

Você entende que estará qualificado para cumprir com competência as tarefas exigidas na empresa em que estiver trabalhando?	% Professores	% Alunos
Muito qualificado	8,33	6,45
Qualificado	83,33	61,30
Pouco qualificado	8,33	25,80
Desqualificado	0,00	0,00
Não sei	0,00	6,45
Total	100,00	100,00

A maioria dos alunos e professores classificam o curso como suficiente para deixar os graduados preparados ou muito preparados nos diversos aspectos analisados.

A evasão dos alunos das universidades públicas é um tema preocupante, e que já levou o Ministério da Educação a realizar pesquisas específicas sobre este tema na década de 90. Porém, pouco se sabe sobre a situação dos alunos formados no mercado de trabalho, com poucas referências acerca da continuidade dos alunos na área da graduação realizada. Sobre esse tema, a seguinte pergunta foi feita aos respondentes:

Tabela 10

O que poderá fazer com que você não siga na área de Educação Física após a formatura?	% Professores	% Alunos
Baixo salário do mercado de trabalho	46,15	59,45
Falta de interesse na área	30,76	10,81
Falta de preparação profissional	0,00	2,70
Outra resposta. Qual?	15,38	18,91
Não sei	7,69	8,10
Total	99,98	99,97

Tal questionamento é importante para os fins dessa pesquisa, pois demonstra a real dificuldade e preocupação dos alunos quanto ao seu futuro no mercado de trabalho, podendo-se avaliar se os professores compartilham a mesma percepção. A maioria dos discentes (59,45%) avalia que o baixo salário do mercado de trabalho é o principal elemento para que não se siga na área após formado, e metade dos professores avaliados apontam a mesma razão para que os graduados abandonem a área. Talvez por essa preocupação, quando perguntados sobre a motivação em seguir na área (Tabela 11), as respostas ficaram equilibradas entre bem e muito motivado (55%), e pouco motivado (44%), não havendo porém discentes que respondessem que não havia motivação para seguir na área.

Tabela 11

Como você classificaria sua motivação de trabalhar como um profissional de Educação Física?	%
Baixo salário do mercado de trabalho	21,87
Falta de interesse na área	34,37
Falta de preparação profissional	43,75
Outra resposta. Qual?	0,00
Não sei	0,00
Total	99,99

Como citado na introdução, muitas vezes o aluno de Educação Física procura estágios extracurriculares, aqui definidos como aquele sem vínculo com a universidade, que o aluno procura por livre e espontânea vontade, para adquirir experiência. Dos alunos formandos respondentes, cerca de 87,5% realizam ou realizaram estágio extracurriculares, por em média 4,96 semestres e 19,25 horas semanais. Com esta carga horária média, quase meio período, cabe perguntar o porque da opção por realizar estágio, e qual a percepção dos alunos sobre a efetiva contribuição deste para sua formação acadêmica.

Tabela 12

Escolha o(s) motivo(s) que o(a) fizeram procurar estágio extracurricular não obrigatório:	% Professores	% Alunos
Necessidade de dinheiro	7,14	39,21
Para adquirir experiência prática de atuação profissional	31,42	41,17
Influência dos pais	32,85	1,96
Para garantir emprego quando formado	27,14	13,72
Não sei	1,40	3,92
Outra resposta. Qual?	0,00	0,00
Total	99,95	99,98

Com relação aos motivos, os respondentes puderam escolher mais de uma resposta. Nota-se que grande parte dos professores, cerca de 33%, afirmam que os alunos optam por realizar o estágio extracurricular por influência familiar, enquanto apenas 2% dos alunos responderam da mesma forma. A grande maioria dos alunos ficou dividida entre adquirir experiência para atuação profissional (41%), e necessidade de dinheiro (39%). Entende-se como necessidade de dinheiro a procura de dinheiro extra, e não a necessidade de subsistência.

Pode-se perceber também que quase a totalidade dos alunos (96%) afirmou que o estágio ajudou

na formação em Educação Física, sendo que 78% afirmaram a experiência do estágio ajudou muito.

Tabela 13

Como você entende que o estágio interferiu em sua formação na graduação em Educação Física?	% Alunos
Ajudou muito na minha formação em Educação Física	78,57
Ajudou um pouco na minha formação em Educação Física	17,85
Não fez diferença na minha formação em Educação Física	0,00
Prejudicou um pouco na minha formação em Educação Física	0,00
Prejudicou muito na minha formação em Educação Física	0
Outra resposta. Qual?	3,57
Total	99,99

Conclusão

A partir dos resultados adquiridos, pode-se afirmar que a percepção sobre os fatores mais importantes para obter sucesso na profissão aponta divergências entre o que os alunos, que possuem um contato mais recente com o mercado de trabalho, e o que os professores acreditam, o que pode interferir diretamente na qualidade da preparação do graduando.

Grande parte dos docentes afirma que o curso prepara e qualifica bem os estudantes para lidar com as pessoas, passar em seleções e realizar as tarefas exigidas pelo mercado de trabalho. Mas, apesar de os estudantes formandos possuírem uma percepção parecida, o resultado sobre as Práticas de Ensino, ou estágios obrigatórios, que deveriam aproximar o aluno da realidade do mercado de trabalho, mostra que uma minoria dos alunos e nenhum professor concordam totalmente que elas são suficientes para adquirir experiência prática da profissão.

Pouco se sabe se a opinião dos estudantes acerca de sua preparação é influenciada pela realização do estágio extracurricular, visto que cerca de quase 28 dos 32 dos entrevistados realizaram em média aproximadamente 20 horas semanais durante 5 semestres do curso, sendo que cerca de quase a totalidade destes afirmaram que o estágio ajudou de alguma forma a realização do curso.

Portanto, pode-se sugerir que o graduado em Educação Física pela Universidade de Brasília se forma com qualidade, mas não se pode afirmar que é completamente em função do curso, pois claramente há diferenças nas percepções de discentes e docentes sobre o que é requerido pelo mercado de trabalho para se obter sucesso na profissão.

Referências Bibliográficas

- AZEVÊDO, Paulo Henrique; BARROS, Jônatas; SUAIDEN, Samir. Administração estratégica e gestão de unidades públicas de ensino superior: a experiência da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília. *Rev. Digital de Buenos Aires*, Buenos Aires, Ano 10, N 77, Outubro 2004. Disponível em <<http://www.efdeportes.com/>>. Acesso em: 17 de novembro de 2009.
- BETTI, Mauro. **Educação física e sociedade**. Rio Claro, Movimento, 1991.
- COSTA, Lamartine. Atlas do esporte no Brasil. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.
- GHILARDI, Reginaldo. Formação profissional em educação física: a relação teoria e prática. **MOTRIZ** – v. 4, n. 1, Junho, 1998.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo. Atlas. 1991.
- LUGUETTI, Carla; DUBAS, João Paulo; MARTINS, Tathiane; MADUREIRA, Fabrício; CAMPI, Cássia. Perspectivas dos futuros profissionais da faculdade de educação física de santos-sp: novas tendências. **Conexões**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 58 – 71, 2005.
- MORAES, Adriana Veiga de; ZATTAR, Simone. A utilização do sistema de controle de custos como ferramenta gerencial na empresa de pequeno porte. **Revista Científica da Faculdade Modelo**. Curitiba, Ano I, v. 1, n 1, Dezembro, 2006.
- SANT'ANNA, Anderson Souza. Profissionais mais competentes, políticas e práticas de gestão mais avançadas? *RAE-eletrônica*. São Paulo v. 7, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em <<http://www.rae.com.br/>>. Acesso em: 13 de novembro de 2009.

- SILVA, Marcio Salles; KRUG, Hugo Norberto. Opinião discente sobre o estágio curricular supervisionado em Educação Física na UFSM. Revista Digital Efdeportes. Buenos Aires, Ano 13, n. 119, Abril, 2008 .
- OLIVEIRA, Amauri A. Bássoli de. Mercado de trabalho em educação física e a formação profissional: breves reflexões. **Rev. Bras. Ciên. e Mov.** Brasília, v.8, n. 4, p. 45 – 50, Setembro, 2000.
- TOJAL, J.B.A.G. **Currículo de graduação em educação física: a busca de um modelo.** Campinas, Edunicamp, 1989.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 1998.

Evento realizado por:

GESPORTE

GRUPO DE PESQUISA GESTÃO E MARKETING DA EDUCAÇÃO FÍSICA, SAÚDE, ESPORTE E LAZER
Registrado no CNPq e certificado pela UnB

LABORATÓRIO DE PESQUISA SOBRE GESTÃO E MARKETING DO ESPORTE

Universidade de Brasília – UnB – Faculdade de Educação Física – FEF

gesporte@unb.br

Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba B - Centro Olímpico - Asa Norte - Brasília DF -
Brasil - CEP: 70919-970

Fones: 55 61 3107-2553 – Caixa Postal: 04502 - Blog: <http://gesporte.blogspot.com/>
– e-mail: gesporte@unb.br

O Grupo de Pesquisa "Gestão e Marketing da Educação Física, Saúde, Esporte e Lazer - GESPORTE" foi criado, registrado no CNPq e certificado pela Universidade de Brasília (UnB) no ano de 2005, iniciando trajetória de realização de estudos, debates e disseminação de conhecimento nessa importante área. Surgiu por idealização e iniciativa do Professor Doutor Paulo Henrique Azevêdo, da Faculdade de Educação Física, da UnB.

Em 2008, com a criação da Escola Internacional de Futebol da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – EIF-CPLP, o Grupo de Pesquisa GESPORTE consolidou a interação ensino-pesquisa-extensão, que é o elemento fundamental de atuação das instituições de ensino superior para com a sociedade. Inúmeros e relevantes eventos têm servido de interface para a oferta de serviços qualificados para a Educação Física e o Esporte. É criado então, no mesmo espaço da EIF-CPLP, o "Laboratório de Pesquisa sobre Gestão do Esporte – GESPORTE".

Atualmente, o GESPORTE ocupa lugar de destaque na pesquisa sobre o tema em nosso país e possui dois de seus integrantes como fundadores da Associação Brasileira de Gestão do Esporte – ABraGEsp, que é a instituição que congrega pesquisadores e profissionais que atuam nessa área no Brasil, e que realiza interface com as demais associações em todo o mundo.

O grupo realiza estudos e debates acerca do impacto da gestão e do marketing enquanto agentes essenciais para a qualidade de organizações sociais e eventos públicos e privados, temas que ainda encontram pouco referencial na literatura, essencialmente em nível nacional. Pesquisa, cientificamente, políticas públicas e privadas que refletem no ambiente da Educação Física, Esporte e Lazer. Periodicamente, o laboratório, realiza palestra para promover a integração entre a Universidade e a comunidade.